

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 379, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 894/2024****OF 982/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, que renova, a partir de 08 de novembro de 2017, concessão outorgada à Rádio Gaeta Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média posteriormente adaptado para o serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Guarapari, Estado do Espírito Santo

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 894

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2023, que renova, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à Rádio Gaeta Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Brasília, 20 de agosto de 2024.

EM nº 00026/2024 MCOM

Brasília, 3 de janeiro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada em 27 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA. (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/12/2023 | Edição: 245 | Seção: 1 | Página: 44

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 11.573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à RÁDIO GAETA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.







PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 982/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2023, que renova, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à Rádio Gaeta Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/08/2024, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6020959** e o código CRC **9C5A56AE** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

### IDENTIFICAÇÃO

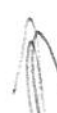
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>		<b>RÁDIO GAETA LTDA</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>27.317.809/0001-06</b>	<b>CEP da sede:</b>	<b>29.220-060</b>
<b>Endereço da sede:</b>	AVENIDA BEIRA MAR, S/Nº, GALERIA ED. FRAM TOWER, BAIRRO PRAIA DO MORRO, GUARAPARI-ESPIRITO SANTO,		
<b>E-mail de contato:</b>	jgaudio@redesim.com		
<b>Serviço a ser renovado:</b>	<input type="checkbox"/> em frequência modulada		
	<input type="checkbox"/> em ondas curtas		
	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		
	<input type="checkbox"/> em ondas médias		
	<input type="checkbox"/> em ondas tropicais		
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Período da renovação:</b>			
<b>Localidade da renovação:</b>	<b>GUARAPARI</b>	<b>UF:</b>	<b>ES</b>

Eu, **SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**, inscrito no CPF sob o nº 069.145697-62, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

  
**Assinatura do representante legal:**



- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.



**SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**

**CPF nº 069.145.697-62**

**Sócia Administradora**

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial <b>RADIO GAETA LTDA EPP</b> Natureza Jurídica <b>SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA</b>				
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE(sede) <b>32200099066</b>	CNPJ <b>27.317.809/0001-06</b>	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo <b>20/07/1976</b>	Data de Início de Atividade <b>20/07/1976</b>	
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) <b>AV. ALBERTO RAMALHETE COUTINHO, 1879, ED. F. T. SL 19,20 E 21, PRAIA DO MORRO, GUARAPARI, ES, 29.216-010</b>				
Objeto Social <b>ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA; ATIVIDADES DE RÁDIO.</b>				
Capital Social: <b>R\$14.526,00</b> <b>(QUATORZE MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS)</b> Capital Integralizado: <b>R\$14.526,00</b> <b>(QUATORZE MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS)</b>		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (lei complementar nº123/2006): <b>Empresa de pequeno porte</b>	Prazo <b>INDETERMINADO</b>	
Último Arquivamento Data: <b>06/12/11</b> Ato: <b>OFÍCIO</b> Evento(s): <b>OUTROS</b>			Situação <b>REGISTRO ATIVO</b>	
			Status <b>XXXXXXXXXXXX</b>	
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato				
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
<b>RUI CARLOS BAROMEU LOPES</b> 047.865.806-00	11.984,00	SÓCIO		XXXXXXXXXXXX
<b>ALCEU NUNES DA FONSECA</b> 005.094.187-91	1.211,00	SÃO-CÍO/ESPOLIO	SÓCIO/ESPOLIO	XXXXXXXXXXXX
<b>SANDRA MIRANDA RESEQUE LOPES</b> 069.145.697-62	1.331,00	SÓCIO	ADMINISTRADOR	XXXXXXXXXXXX

HORA DA EXPEDICÃO: 18:38:14

CÓDIGO DE CONTROLE: 360336D40B22D642

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo de forma eletrônica podem ser verificados no endereço [www.jucees.es.gov.br/certidaoweb](http://www.jucees.es.gov.br/certidaoweb)

Vitória - ES, 23 de DEZEMBRO de 2020

Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º.

**Art 1º** . Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, habilidade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

3

RADIO GAETA LTDA EPP - HISTÓRICO DE ATOS ARQUIVADOS						
DATA	ATO	VIAS	FOLHAS	EVENTO	ARQUIVAMENTO	PROTOCOLO
06/12/11	901	1	1	OUTROS	1 10738446	110738446
07/10/11	316	1	1	ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE	20110869389	110869389
14/02/07	902	1	1	PENHORA DE COTAS	20070110069	070110069
17/01/05	002	1	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	20050004220	050004220
10/01/03	B05	1	4	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	030041066	030041066
23/10/01	B05	1	1	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	010566287	010566287
05/09/89	B05	1	13	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	104 846	508965918
05/09/89	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	104847.	508965926
02/12/83	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	60763	508965870
02/12/83	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	66276.	508965900
30/05/80	206	0		PROCURACAO	53049	508965888
30/05/80	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	53048.	508965896
18/10/77	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	44.799	508965861
20/07/76	B02	1	7	REGISTRO/CONSTITUICAO	32200099066	508966019

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 32200099066	CNPJ 27.317.809/0001-06
NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO ESCRITURACAO CONTABIL DIGITAL	NÚMERO DO LIVRO 32
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	09094343797	FERNANDO DRAGO LORENCINI: 09094343797	152225186306049950 4	15/01/2020 a 14/01/2021	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	27317809000106	RADIO GAETA LTDA: 27317809000106	152225188055966585 9	30/05/2020 a 28/05/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.  
99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 28/07/2020 às 14:21:28  
BA.FE.B3.6E.8A.E4.D2.3B  
B7.CD.30.88.0C.C7.8E.DA

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: RADIO GAETA LTDA  
Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 27.317.809/0001-06  
Número de Ordem do Livro: 32  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

### TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial RADIO GAETA LTDA  
NIRE 32200099066  
CNPJ 27.317.809/0001-06  
Número de Ordem 32  
Natureza do Livro ESCRITURACAO CONTABIL DIGITAL  
Município GUARAPARI  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 20/07/1976  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2019  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 11445

### TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial RADIO GAETA LTDA  
Natureza do Livro ESCRITURACAO CONTABIL DIGITAL  
Número de ordem 32  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 11445  
Data de inicio 01/01/2019  
Data de término 31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

Página 1 de 1

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Entidade: RADIO GAETA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Número de Ordem do Livro: 32

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO**

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 238.201,60	R\$ 186.890,62
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 238.201,60	R\$ 186.890,62
(-) IMPOSTOS/CANCELAMENTOS DE VENDAS		R\$ (12.267,39)	R\$ (9.629,59)
(-) IMPOSTOS/CANCELAMENTOS DE VENDAS		R\$ (12.267,39)	R\$ (9.629,59)
(-) CUSTO DAS VENDAS		R\$ (225,00)	R\$ (8.145,16)
(-) CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS		R\$ (225,00)	R\$ (8.145,16)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (279.390,74)	R\$ (327.660,37)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (90.258,74)	R\$ (105.878,01)
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		R\$ (149.370,28)	R\$ (183.294,35)
(-) DESPESAS DE VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (1.588,40)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (4.021,24)	R\$ (2.214,65)
(-) DEPRECIACAO E AMORTIZACAO		R\$ (34.620,48)	R\$ (34.620,48)
(-) OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)		R\$ (1.120,00)	R\$ (64,48)
(-) (+/-) RESULTADO FINANCEIRO		R\$ (21.683,71)	R\$ (22.033,69)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 217,18	R\$ 135,21
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (21.900,89)	R\$ (22.168,90)
(-) IRPJ/CSLL		R\$ (14.887,56)	R\$ (14.399,20)
(-) IRPJ/CSLL		R\$ (14.887,56)	R\$ (14.399,20)
(-) (=) RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R\$ (90.252,80)	R\$ (194.977,39)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

Página 1 de 1



**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: RADIO GAETA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Número de Ordem do Livro: 32

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO**

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 332.657,14	R\$ 229.982,85
CIRCULANTE		R\$ 142.903,08	R\$ 117.110,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		R\$ 45.389,33	R\$ 54.756,44
Contas a Receber		R\$ 63.731,75	R\$ 62.354,41
Adiantamentos		R\$ 33.782,00	R\$ 0,00
NAO CIRCULANTE		R\$ 189.754,06	R\$ 112.872,00
Realizável a Longo Prazo		R\$ 45.762,48	R\$ 3.500,90
Imobilizado		R\$ 143.991,58	R\$ 109.371,10
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 332.657,14	R\$ 229.982,85
CIRCULANTE		R\$ 747.006,73	R\$ 839.309,83
Fornecedores		R\$ 6.577,77	R\$ 8.482,16
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 13.555,81	R\$ (0,00)
Obrigações Fiscais		R\$ 1.756,20	R\$ 2.648,18
Obrigações Trabalhistas e Sociais		R\$ 10.905,73	R\$ 15.088,27
Contas a Pagar		R\$ 714.211,22	R\$ 813.091,22
(-) PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ (414.349,59)	R\$ (609.326,98)
Capital Social		R\$ 14.526,00	R\$ 14.526,00
(-) Lucros/Prejuízos Acumulados		R\$ (428.875,59)	R\$ (623.852,98)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suã, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

**CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
NATUREZA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (FALÊNCIA E  
CONCORDATA)**

**Dados da Certidão**

**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA

**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

**Data de Expedição:** 28/12/2020 10:37:04

**Validade:** 30 DIAS

**Nº da Certidão:** \* 2018863150 \*

-- ENDEREÇO --

**Município:** GUARAPARI

**Bairro:** PRAIA DO MORRO

**Logradouro:** AVENIDA BEIRA MAR - EDIFICIO FRAM TOWER

**Número:** S/N

**Complemento:** SALAS 19, 20 E 21

**CEP:** 29.220-060

-- CONTATO --

**Email:** JGAUDIO@REDESIM.COM.BR

**Telefone Fixo:** - NÃO INFORMADO -

**Telefone Celular:** (27) 99711-6416

**CERTIFICA** que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante.

**Observações**

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 352 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) -, utilizando o número da certidão acima identificado;
- Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
- As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item e);
- As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de execução penal e de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
- As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
- A base de dados do sistema de gerenciamento processual (1ª INSTÂNCIA: eJUD, SIEP, PROJUDI, PJe-1G; 2ª INSTÂNCIA: Sistema de Segunda Instância) contém o registro de todos os processos distribuídos no Judiciário do Estado do Espírito Santo, com exceção do SEEU e PJe-2G.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.317.809/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/07/1976
NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAETA DE GUARAPARI		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER	NÚMERO SN	COMPLEMENTO SALAS 19, 20 E 21
CEP 29.220-060	BAIRRO/DISTRITO PRAIA DO MORRO	MUNICÍPIO GUARAPARI
	UF ES	
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/12/2020 às 10:59:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

1/



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:26:06 do dia 16/06/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/12/2020.

Código de controle da certidão: 05D3.FCCF.35FA.7B70

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BRASIL  
(HTTPS://GOV.BR)

**Relação das certidões emitidas por data de validade**

CNPJ: 27.317.809/0001-06 - RADIO GAETA LTDA

Período: 01/01/2020 a 28/12/2020

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Segunda via
<u>05D3.FCCF.35FA.7B70</u>	Negativa	16/06/2020 09:26:06	13/12/2020	Válida Prorrogada até 12/01/2021	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
874D.141E.58C5.1223	Negativa	11/05/2020 11:50:17	07/11/2020	Expirada Prorrogada até 07/12/2020	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
F17C.0CB0.D4F4.C87E	Negativa	31/03/2020 17:29:41	27/09/2020	Expirada Prorrogada até 27/10/2020	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
6C1E.CDDF.C6A8.AD3D	Negativa	27/02/2020 11:23:18	25/08/2020	Expirada Prorrogada até 23/12/2020	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
7E8F.64A9.DF5D.7F93	Negativa	05/08/2019 13:37:36	01/02/2020	Expirada	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda

◀◀ ◀ 1 2 ▶ ▶▶

Expirada: A data de validade da certidão expirou. Os atos praticados entre a data de emissão e data de validade da certidão permanecem válidos.

Expirada Prorrogada: A data de validade da certidão expirou. O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

Válida Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20200000598139

Identificação do Requerente: CNPJ N° 27.317.809/0001-06

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **28/12/2020**, válida até **28/03/2021**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 28/12/2020.

Autenticação eletrônica: **0014.A831.20C0.96AF**

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

29217-080 - RUA ALENCAR MORAES DE REZENDE, 100 JARDIM BOA VISTA GUARAPARI  
ES

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

Número 751048/2020

Data Geração: 24/11/2020

Data Validade: 24/02/2021

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

**Identificação**

Crc 41199

Contribuinte RADIO GAETA LTDA EPP

CNPJ ou CPF 27.317.809/0001-06

Inscrição Estadual ou RG 0

Endereço 29216010 - BEIRA MAR, 0 ED FRAM TOWER SALAS-19,20 E 21

Bairro PRAIA DO MORRO Cidade: GUARAPARI Estado: ES

Data Emissão: 24/11/2020

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<http://guarapari.es.gov.br>

Número: 751048/2020

Inscrição: 41199

**ATENÇÃO:** Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

*Certidão Emitida Gratuitamente*

[Menu Principal](#)BOM DIA  
JOSE MARIA VALLADARES GAUDICSistemas  
Interativos

BOLETO » » Nada Consta

[menu](#) [ajuda](#)

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO GAETA LTDA**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:56:50 do dia 28/12/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/01/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06

**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA

**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/12/2020 a 24/01/2021

**Certificação Número:** 2020122601350644155509

Informação obtida em 28/12/2020 11:01:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 34697815/2020

Expedição: 28/12/2020, às 11:03:14

Validade: 25/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

# LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

## IDENTIFICAÇÃO

### ENTIDADE

<b>Razão Social:</b>	RÁDIO GAETA LTDA.				
<b>CNPJ:</b>	27.317.809/0001-06				
<b>Endereço Sede:</b>	AV. BEIRA MAR, S/N – GALERIA FRAM TOWER –SALAS 19,20 E 21				
<b>Município:</b>	GUARAPARI	<b>UF:</b>	ES	<b>CEP:</b>	29.220-060
<b>E-mail contato:</b>	jgaudio@redesim.com.br				

### EMISSORA

Serviço:	X	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada			
		Radiodifusão de Sons e Imagens			
		Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital			
Canal:	226	Classe:	C	Prefixo:	ZYS956
Frequência (MHz): (*)	Video (TV)	Áudio (FM/TV)		93,10	
Potência (kW) :	0.044				
Localidade da Outorga:	GUARAPARI			UF:	ES

### PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

Nome completo:	JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO			
CREA nº:	002739/D	UF:	ES	
E-mail de contato:	jgaudio@globo.com			

(\*) - Não se aplica a TVD.

## VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

### LOCALIZAÇÃO

<b>Endereço:</b>	RODOVIA DO SOL, 4,9 KM,S/N – MORRO DO CÉU					
<b>Município:</b>	GUARAPARI			<b>UF:</b>	ES	<b>CEP:</b> 29220000
<b>Coordenadas Geográficas medidas</b>	Latitude :	20	°	37	'	07 , 00 " S (S/N)
	Longitude:	40	°	30	'	33 , 98 " O (L/O)

### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

<b>Sistema Irradiante Principal:</b>	Fabricante:	<b>Gobber Eletrônica Ltda.</b>				
	Modelo:	<b>GPVFM2</b>				
	Polarização:	Horizontal	X	Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):	<b>135</b>				
	Nº de elementos:	<b>2</b>				
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): <b>33,40</b>					
<b>Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:					
	Modelo:					
	Polarização:	Horizontal		Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):					
	Nº de elementos:					
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):					
<b>Linha de Transmissão Principal:</b>	Fabricante:	<b>RFS</b>				
	Modelo:	<b>LCF 158-50JA-A0</b>				
	Comprimento medido (m):	<b>40,00</b>				
<b>Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:					
	Modelo:					
	Comprimento medido (m):					
<b>Transmissor Principal:</b>	Fabricante:	<b>Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment</b>				
	Modelo:	<b>ETG300i</b>				
	Homologação:	<b>027381200422</b>				
	Potência de operação medida (kW):	<b>0.0442</b>				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	<b>93,100002</b>	
<b>Transmissor Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:	<b>Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment</b>				
	Modelo:	<b>ETG1000i</b>				
	Homologação:	<b>027381200422</b>				
	Potência de operação medida (kW):	<b>0.0443</b>				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	<b>93.100001</b>	

(\*) – Não se aplica a TVD.

**ESTÚDIO PRINCIPAL**

**Endereço:** AV. BEIRA MAR, S/N – GALERIA FRAM TOWER –SALAS 19,20 E 21  
**Município:** GUARAPARI **UF:** ES **CEP:** 29216010

**ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)**

**Endereço:**  
**Município:** **UF:** **CEP:**

**RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS**

Analizador de áudio: Marca: Potomac Instruments Inc.- Modelo: AA-51-Número de série: 1256;  
Gerador de áudio: Marca: LEADER ELETRONICS CORP. - Modelo: LAG 126 S- Número de série: 8060235- Precisão: +/- 5%  
Frequencímetro: Marca: LEADER ELETRONICS CORP- Modelo: LDC-823 S- Número de série: 80.70622- Precisão: +/- 5%  
Osciloscópio: Marca: TEKTRONIX INC- Modelo: 2213- Número de série: M 50226- Precisão: +/- 5%  
Medidor de intensidade de campo: Marca: Potomac Instruments, Inc. Modelo: FIM 71- Número de série: 495- Precisão: +/- 2%  
Wattímetro: Marca: BIRD ELETRONIC CORP- Modelo: modelo 6810-309-7- Número de série: 5215- Precisão: +/- 2%  
Monitor de Modulação: Marca: TFT TIME AND FREQUENCY TECHNOLOGY - Modelo: 763- Número de série: 1127-38  
Monitor Estéreo: Marca: TFT TFT TIME AND FREQUENCY TECHNOLOGY- Modelo: 724A - Número de série: 1037-35  
Analizador de áudio: Marca: Potomac Instruments Inc.:Modelo: AA-51:Número de série: 1256  
Analisador de Espectros: Marca: Hameg - Modelo: HM 5006-Número de série: P02451

**OBSERVAÇÕES ADICIONAIS**

**RESPONSÁVEL PELA VISTORIA**

**Nome do Vistoriador:** JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO  
**CREA/ ES Nº:** 002739/D  
**Local / Data:** 24/12/2020  
**Assinatura:**



## **A N E X O S**

### **DECLARAÇÕES**

#### **PROFISSIONAL HABILITADO**

DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 23/12/2020;
- (c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: Guarapari-ES

Data: 24/12/2020

Nome do Profissional Habilitado: JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO

CREA/ES Nº: 002739/D



---

*Assinatura do Profissional Habilitado*

#### **ENTIDADE**

Declaro que o Sr. JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO, esteve nesta cidade de Guarapari, no Estado do Espírito Santo, no dia 23/12/2020 vistoriando as instalações de nossa emissora de frequência modulada.

Local: Guarapari/ES

Data: 26/12/2020

Nome dos Representantes Legais: SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES

Cargos que exercem na Entidade: SÓCIA ADMINISTRADORA



---

*Assinatura dos Representante Legal*

***ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART***

*[ Anexar ART devidamente quitada e assinada pelo Profissional Habilitado e pelo Representante Legal da Entidade ]*





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820200123495

ART Individual

### 1. Responsável Técnico

**JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO**

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

RNP: 0802472095

Registro: ES-002739/D

Registro: 999999



### 2. Dados do Contrato

Contratante: **RADIO GAETA LTDA EPP**

Rua: **AV BEIRA MAR-GAL. FRAM TOWER**

Complemento: **SALAS 19, 20 E 21**

Cidade: **GUARAPARI**

Telefone: **2733626407**

Contrato: **0**

Valor do Contrato/Honorários: **R\$2.500,00**

CPF/CNPJ: **27317809000106**

Nº: **S/N**

CEP: **29220060**

Bairro: **PRAIA DO MORRO**

UF: **ES**

Nº do Aditivo: **0**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

### 3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **RODOVIA DO SOL, KM 4,9**

Complemento: **MORRO DO CÉU**

Cidade: **GUARAPARI**

Data de início: **22/12/2020**

Proprietário: **RADIO GAETA LTDA**

Bairro: **MORRO DO CÉU**

UF: **ES**

Prev. Término: **24/12/2020**

Nº: **S/N**

Quadra **Lote**

CEP: **29220000**

Coord. Geogr.: **20° 37' 07" S, 40° 30' 34" W**

CPF/CNPJ: **27317809000106**

### 4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0** Nº Pavimento(s): **0** Dimensão/Quantidade: **0** Unidade de medida: **M2**

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **49 - 16.5 - LAUDO**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **2303 - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES**

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **1199 - OUTRAS OBRAS SERVIÇOS ELÉTRICAS TELEFÔNICAS TELECOMUNICAÇÕES**

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **100 - NENHUM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

### 5. Observações

ELABORAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA PARA FINS DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE UMA ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA, NA LOCALIDADE DE GUARAPARI-ESPIRITO SANTO, DE PROPRIEDADE DESTA ENTIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES / ANATEL.

### 6. Declarações

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

### 7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

### 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Local

Data

JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO - CPF: 55786413772

RADIO GAETA LTDA EPP - CPF/CNPJ: 27317809000106

### 9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.creaes.org.br](http://www.creaes.org.br) ou [www.confes.org.br](http://www.confes.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.creaes.org.br](http://www.creaes.org.br)  
tel: (27)3134-0046

[creaes@creaes.org.br](mailto:creaes@creaes.org.br)  
[art@creaes.org.br](mailto:art@creaes.org.br)



Valor ART: R\$ 88,78

Registrada em: 24/12/2020

Data de pagamento: 29/12/2020

Valor Pago: R\$ 88,78

Nosso Número: 14000000007476073



4ª Alteração 30/12/86

Reg 104846 (05/09/89)

32 00227 0104



JUÍZES  
REG. SUB. HS

104846

3/15

RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA

CGC 27.317.809/0001 -06

4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

MANOEL DUARTE MATOS, BRASILEIRO, CASADO, COMERCIANTE, RG 99.428 ES, CPF 086.012.837-72, RESIDENTE NA RUA JOSÉ CAPISTRANO NOBRE, 109 APTO 401 EM GUARAPARI - ES, ONDE É DOMICILIADO; LUIZ DE MENEZES, BRASILEIRO, CASADO, ODONTÓLOGO, RG 256.214 MG, CPF 004.311.766-00, RESIDENTE NA RUA TIRADENTES 432, EM ITABIRA-MG, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR BASTANTE PROCURADOR ADIANTE ASSINAD, CONFORME O INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO, EM ANEXO, QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA; JOSÉ CARLOS AZE, BRASILEIRO, CASADO, ADVOGADO, RG 587.859 MG, CPF 074.604.066-00, RESIDENTE NA RODOVIA DO SOL S/N - PRAIA SANTA MÔNICA, EM GUARAPARI-ES, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR BASTANTE PROCURADOR ADIANTE ASSINAD, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO DE MANDATO PARTICULAR EM ANEXO E QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA; ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO, BRASILEIRA, CASADA, ADVOGADA, RG ..... 02300679-4 RJ, CPF 299.143.703-30, RESIDENTE À RUA MARQUES DE SÃO VICENTE 287, APTO 901, NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADA; PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO, BRASILEIRO, CASADO, INDUSTRIAL, RG. 1.894.049 RJ, CPF 100.131.997-49, RESIDENTE NA RUA MARQUES DE SÃO VICENTE 287, APTO 901 NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADO; ALBERTO DE ALMEIDA, BRASILEIRO, CASADO, PUBLICITÁRIO, RG 595.371 RJ, CPF 008.310.507-72, RESIDENTE NA RUA VISCONDE DE ABAETÉ 37, NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA BASTANTE PROCURADORA,



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature and stamp]

ADIANTE ASSINADA, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO EM ANEXO E QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA; E SIDNEY COSTA DE MIRANDA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, DO COMÉRCIO, RG 1.404.027 -RJ CPF 038.069.447-68, RESIDENTE NA AV. MERITI 2.487 A PTO 201, NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA BASTANTE PROCURADORA, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO EM ANEXO E QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA, TODOS, ACIMA, REPRESENTANDO 91,66% (NOVENTA E UM VÍRGULA SESSENTA E SEIS POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA, ANTIGA RÁDIO GUARACLUBE LTDA, SOCIEDADE COMERCIAL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA QUE TEM SEU ATO CONSTITUTIVO ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR DESPACHO DE 20 DE JULHO DE 1.976, SOB O Nº 40.029 E POSTERIORES ALTERAÇÕES ARQUIVADAS NA MESMA REPARTIÇÃO SOB OS NÚMEROS E DATAS SEGUINTE: 32200099066 AOS ; 53.048 AOS 30/05/80 E 66.276 AOS 02/12/83, R E - S O L V E M PROMOVER A PRESENTE ALTERAÇÃO CONTRATUAL NA FORMA ABAIXO:

I.- EM OBEDIÊNCIA AO QUE DISPÕE O DECRETO-LEI 2284/86 O CAPITAL SOCIAL DE CR\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL CRUZEIROS) É CONVERTIDO PARA Cz\$ 600,00 (SEISCENTOS CRUZADOS) E FICA REPRESENTADO POR 600 (SEISCENTAS) COTAS NO VALOR UNITÁRIO DE Cz\$ 1,00 (UM CRUZADO);

II.- OS SÓCIOS LUIZ DE MENEZES; JOSÉ CARLOS AZZE E ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO, QUE SÃO PROPRIETÁRIOS E POSSUIDORES DE 100 (CEM) COTAS DO CAPITAL SOCIAL, NO VALOR DE Cz\$ Cz\$ 100,00 (CEM CRUZADOS), CADA UM, CEDEM E TRANSFEREM AS SUAS COTAS



23.º DE FEVEREIRO DE 1987  
[Handwritten signatures and stamps]



JUN 78  
RUA 041 49

11.846

32 00227 0107



NO TOTAL DE 300(TREZENTAS),TOTALIZANDO CZ\$ 300,00(TREZENTOS CRUZADOS),COMO DE FATO CEDIDAS E TRANSFERIDAS AS TÊM,AO JÁ COTISTA MANOEL DUARTE MATOS,ACIMA QUALIFICADO. Os CEDENTES RETIRAM-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE DANDO QUITAÇÃO A ESTA E AO CESSIONÁRIO;

III.- O SÓCIO PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO,PROPRIETÁRIO E POSSUIDOR DE 50(CINQUENTA)COTAS DO CAPITAL SOCIAL NO VALOR DE CZ\$ 50,00(CINQUENTA CRUZADOS) CEDE E TRANSFERE ESSAS COTAS,COMO CEDIDAS E TRANSFERIDAS AS TEM,AO JÁ COTISTA MANOEL DUARTE MATOS,ACIMA QUALIFICADO. O CEDENTE RETIRA-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE,DANDO QUITAÇÃO À ESTA E AO CESSIONÁRIO;

IV.- O SÓCIO SIDNEY COSTA DE MIRANDA,QUE É PROPRIETÁRIO E POSSUIDOR DE 50(CINQUENTA)COTAS DO CAPITAL SOCIAL,NO VALOR TOTAL DE CZ\$ 50,00(CINQUENTA CRUZADOS)CEDE E TRANSFERE,COMO CEDIDAS E TRANSFERIDAS TEM, 45(QUARENTA E CINCO)DESSAS COTAS,NO VALOR DE Cz\$ 45,00(QUARENTA E CINCO CRUZADOS)AO JÁ COTISTA MANOEL DUARTE MATOS,ACIMA QUALIFICADO E AS RESTANTES 05(CINCO)-COTAS NO VALOR DE CZ\$ 5,00(CINCO CRUZADOS)AO NOVO COTISTA ORA ADMITIDO À SOCIEDADE,SR CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO,BRASILEIRO,CASADO,EMPRESÁRIO,RG 131.862 ES, CPF 201.612.717-15,RESIDENTE NA AV SANT'ANA 46,EM MEAÍPE-GUARAPARI-ES,ONDE É DOMICILIADO. O CEDENTE RETIRA-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE DANDO QUITAÇÃO À ESTA E AOS CESSIONÁRIOS;

V.- O SÓCIO ALBERTO DE ALMEIDA,QUE É PROPRIETÁRIO E POSSUIDOR DE 50(CINQUENTA)COTAS DO CAPITAL SOCIAL NO VALOR TOTAL DE Cz\$ 50,00(CINQUENTA CRUZADOS),CEDE E TRANSFERE , COMO CEDIDAS E TRANSFERIDAS TEM,A TOTALIDADE DESSAS COTAS AO NOVO COTISTA RECÉM ADMITIDO,CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO,ACIMA QUALIFICADO.O CEDENTE RETIRA-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE,DANDO A ESTA E AO CESSIONÁRIO QUITAÇÃO.

VI.- FEITAS A CONVERSÃO E AS TRANSFERÊNCIAS ACIMA DES





DESCRITAS, O QUADRO SOCIAL DESTA ENTIDADE PASSA A TER A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

MANOEL DUARTE MATOS.....	495 COTAS, Cz\$	495,00
CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO.....	55 COTAS, Cz\$	55,00
ESPÓLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA.....	50 COTAS, Cz\$	50,00
TOTAIS.....	<u>600 COTAS, Cz\$</u>	<u>600,00</u>

VII.- RESOLVEM OS SÓCIOS MODIFICAR A RAZÃO SOCIAL DESTA ENTIDADE PARA " RÁDIO GAETA LIMITADA", ADOTANDO A DENOMINAÇÃO FANTASIA DE "RÁDIO GAETA DE GUARAPARI" E, POR CONSEQUÊNCIA, TRANSFERIR A GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE AO COTISTA MANOEL DUARTE MATOS, DISPENSANDO-O DE CAUÇÃO E, AINDA, CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL REESTRUTURANDO-O PARA VIGORAR, DORAVANTE, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"RÁDIO GAETA LIMITADA,

CONTRATO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO DA SEDE E DO OBJETO

CLÁUSULA I

A RÁDIO GAETA LIMITADA, COM SEDE NA CIDADE DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, É UMA SOCIEDADE COMERCIAL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, CONSTITUIDA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO QUE REGE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA E O DECRETO Nº 3.708 DE 1.919.

PARÁGRAFO ÚNICO: - EM SUAS IRRADIAÇÕES NA CIDADE DE GUARAPARI-ES, ESTA SOCIEDADE SE IDENTIFICARÁ COMO "RÁDIO GAETA DE



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page.



100000  
R\$ 600,00

104846

8/15  
FLS.05

GUARAPARI".

32 00227 0109

## CLÁUSULA II

A SOCIEDADE TEM POR OBJETIVO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA DE QUAISQUER MODALIDADES, EM QUAISQUER LOCALIDADES DO PAÍS, DESDE QUE, PARA TANTO, O GOVERNO FEDERAL LHE OUTORGUE PERMISSÃO (ÕES) E, OU CONCESSÕES, PODENDO PARALELAMENTE EXPLORAR A PROPAGANDA COMERCIAL E A MÚSICA FUNCIONAL, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICÁVEL, REGULADORA DA EXECUÇÃO DESSES SERVIÇOS QUE VISAM FINS PATRIÓTICOS, CÍVICOS, EDUCACIONAIS E RECREATIVOS.

PARÁGRAFO ÚNICO:-A SOCIEDADE PODERÁ INSTALAR ESTAÇÕES RADIODIFUSORAS, SERVIÇOS ESPECIAIS DE MÚSICA FUNCIONAL, ESTÚDIOS AUXILIARES E ABRIR E FECHAR SUCURSAIS, ESCRITÓRIOS E FILIAIS EM QUAISQUER PARTES DO PAÍS, OBSERVADOS OS REGULAMENTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS ESPECÍFICOS.

## DO CAPITAL E DA RESPONSABILIDADE

## CLÁUSULA III

O CAPITAL SOCIAL, INTEIRAMENTE INTEGRALIZADO EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, É DE Cz\$ 600,00 (SEISCENTOS CRUZADOS) REPRESENTADO POR 600 (SEISCENTAS) COTAS NO VALOR NOMINAL DE Cz\$ 1,00 (UM CRUZADO) CADA UMA E ASSIM DISTRIBUIDO ENTRE OS SÓCIOS:

MANOEL DUARTE MATOS.....	495	COTAS, Cz\$	495,00
CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO.....	55	COTAS, Cz\$	55,00
ESPÓLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA.....	50	COTAS, Cz\$	50,00
TOTAL.....	600	COTAS, Cz\$	600,00



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the Serviço Notarial do 2º Ofício, R. Barão dos Aymores, 141, Centro, CEP: 29930-340, Telefax: (27) 3763-3525, Fone: (27) 3763-3644, Comarca de São Mateus-ES.

§ 1º - AS COTAS REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL SÃO INDIVISÍVEIS E PARA CADA UMA DELAS A SOCIEDADE RECONHECE APENAS UM ÚNICO PROPRIETÁRIO.

§ 2º - A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É LIMITADA ATÉ O VALOR DO CAPITAL SOCIAL, NOS TERMOS DO ART. 2º IN FINE DO DECRETO 3708 DE 1.919.

### DA ADMISSÃO DE SÓCIOS E DA CESSÃO DE COTAS

#### CLÁUSULA IV

É VEDADA A PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA, SOB QUALQUER FORMA, ÀS PESSOAS / JURÍDICAS E AOS ESTRANGEIROS NESTA SOCIEDADE, QUE SÓ ADMITIRÁ BRASILEIROS E PESSOAS NATURAIS.

#### CLÁUSULA V

OCORRENDO A HIPÓTESE DE QUALQUER SÓCIO DESEJAR TRANSFERIR A TOTALIDADE OU PARTE DAS SUAS COTAS, TERÃO PREFERÊNCIA ABSOLUTA PARA AQUISIÇÃO OS DEMAIS SÓCIOS, NA PROPORÇÃO DIRETA DAS COTAS QUE JÁ POSSUÍREM, DEVENDO O INTERESSADO EM TRANSFERIR COMUNICAR A SUA INTENÇÃO / POR ESCRITO AOS DEMAIS, CONCEDENDO-LHES UM PRAZO NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS PARA SE MANIFESTAREM.

### DO PRAZO E DO FALECIMENTO

#### CLÁUSULA VI

A DURAÇÃO DA SOCIEDADE É POR PRAZO INDETERMINADO, OBSERVANDO-SE NA SUA DISSOLUÇÃO OS PRECEITOS DA LEI ESPECÍFICA E DA QUE FOR APLICÁVEL.



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.



CLÁUSULA VII

32 00227 0111

OCORRENDO O FALECIMENTO DE QUALQUER SÓCIO A SOCIEDADE NÃO SE DIS-  
SOLVERÁ, PROCEDENDO-SE ENTÃO A UM BALANÇO GERAL E PAGANDO-SE AOS SU-  
CESSORES E, OU, HERDEIROS DO SÓCIO FALECIDO O VALOR DO SEU CAPITAL, A  
CRESCIDO DOS CRÉDITOS E LUCROS QUE POSSUA NA SOCIEDADE, OU ABATIDOS  
OS DÉBITOS E PREJUÍZOS, CONFORME A HIPÓTESE QUE OCORRER, APURADOS /  
ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS EM QUE TIVER OCORRIDO O FALECIMENTO,

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO-LABORE

CLÁUSULA VIII

O(S) ADMINISTRADOR(ES) DESTA ENTIDADE SERÁ(ÃO) SEMPRE BRASILEIRO(S)  
NATO(S) E A SUA POSSE NO(S) RESPECTIVO(S) CARGO(S) SOMENTE OCORRE-  
RÁ APÓS APROVAÇÃO DO(S) SEU(S) NOME(S) PELO MINISTÉRIO DAS COMUNI-  
CAÇÕES.

CLÁUSULA IX

A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE SERÁ EXERCIDA PELO COTISTA MANOEL DU-  
ARTE MATOS, QUE USARÁ DE TODOS OS PODERES NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO  
DOS FINS SOCIAIS, FICANDO INVESTIDO DE PODERES PARA REPRESENTAR A -  
SOCIEDADE ATIVA E PASSIVAMENTE, EM JUÍZO E FORA DELE, PODENDO TRANSI-  
GIR, RENUNCIAR, DESISTIR, FIRMAR COMPROMISSOS, FAZER ACORDOS, CONTRAIR  
OBRIGAÇÕES E PRATICAR TODOS OS ATOS NORMAIS DE GERÊNCIA E ADMINIS-  
TRAÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE CAUÇÃO OU QUALQUER OUTRA GARANTIA.

§ 1º - A SOCIEDADE PODERÁ FAZER-SE REPRESENTAR EM JUÍZO E FORA DE-  
LE POR PROCURADOR(ES), BRASILEIRO(S) NATOS(S), COM OS PODERES  
EXPRESSOS NOS RESPECTIVOS MANDATOS, CUJA OUTORGA, QUANDO FOR O CASO,  
SERÁ PRECEDIDA DE ANUÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL.



*[Handwritten signatures and initials]*

JUN 1969  
R. 100, 100 MS

104.846



32 00227 0112

§ 2º - A NOMEAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE PROCURADORES, ADVOGADOS, PARA FINS JUDICIAIS E CONFORME DISPÕE O ART. 70 E §§ DA LEI 4215 DE 27 DE ABRIL DE 1.963, INDEPENDERÁ DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL.

#### CLÁUSULA X

O DIRETOR FARÁ JUS A UM PRÓ-LABORE MENSAL, FIXADO DE COMUM ACORDO ENTRE OS SÓCIOS E QUE SERÁ DEVIDO A PARTIR DA DATA EM QUE ESTE INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL FOR ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL.

#### DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO

#### CLÁUSULA XI

O ANO SOCIAL COINCIDE COM O CIVIL. ANUALMENTE NO DIA 31 DE DEZEMBRO, SERÁ LEVANTADO UM BALANÇO GERAL PARA APURAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO. OS LUCROS OU PREJUÍZOS APURADOS SERÃO SUPOSTADOS ENTRE OS SÓCIOS, NA PROPORÇÃO DAS COTAS QUE POSSUIREM, OU FICARÃO ESCRITURADOS EM TÍTULO PRÓPRIO DA CONTABILIDADE.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA XII

AS COTAS REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL SÃO INTRANSFERÍVEIS, INALIENÁVEIS E INCAUCIONÁVEIS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, A ESTRANGEIROS E ÀS PESSOAS JURÍDICAS, DEPENDENDO QUALQUER ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL.

#### CLÁUSULA XIII



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the Notary Office of the 2nd District of São Mateus do Sul, Mato Grosso do Sul.



JUL 28 1989  
RUA 500 Nº 2

104.846



CLÁUSULA XIII

32 00227 0113

AS DELIBERAÇÕES SOCIAIS SERÃO VÁLIDAS COM A ASSINATURA DE SÓCIOS QUE REPRESENTEM EM CONJUNTO 75%(SETENTA E CINCO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL.

DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

CLÁUSULA XIV

OS CASOS OMISSOS NO PRESENTE CONTRATO SERÃO RESOLVIDOS DE COMUM ACORDO ENTRE OS SÓCIOS, BUSCANDO-SE SUBSÍDIOS EM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESPECIALMENTE NO DECRETO Nº 3.708 DE 10 DE JANEIRO DE 1.919, E NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO.

CLÁUSULA XV

É ELEITO O FORO DA COMARCA DE GUARAPARI, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, PARA CONHECER DE QUALQUER PENDÊNCIA ORIUNDA DESTE CONTRATO.

VIII.- ASSIM, POR ESTAREM EM TUDO JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO DE 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA, ORA TRANSFORMADA NA RÁDIO GAETA LIMITADA, JUNTAMENTE COM DUAS TESTEMUNHAS. ESTE DOCUMENTO É DATILOGRAFADO EM 10(DEIZ) VIAS, APENAS NO ANVERSO, TENDO CADA UMA DE LAS 10(DEIZ) FOLHAS. O ARQUIVAMENTO DESTE INSTRUMENTO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO OCORRERÁ APÓS EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL. OS SÓCIOS DECLARAM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO ESTÃO INCURSOS EM QUALQUER DOS CRIMES PREVISTOS EM LEI OU NAS RESTRIÇÕES LEGAIS QUE POSSAM IMPEDI-LOS DE EXERCER ATIVIDADES MERCANTIS.

GUARAPARI, 30 DE DEZEMBRO DE 1.986



ASS. MANOEL DUARTE MATOS

ASS. LUIZ DE MENEZES

PP.

*Alcides Antônio de Oliveira*



ASS. JOSÉ CARLOS AZZE

PP.

ASS. ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO

ASS. PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO

ASS. ALBERTO DE ALMEIDA

PP.

ASS. SIDNEY COSTA DE MIRANDA

ASS. CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO

TESTEMUNHAS:

1:-

NOME: PEDRO PAULO FERNANDES

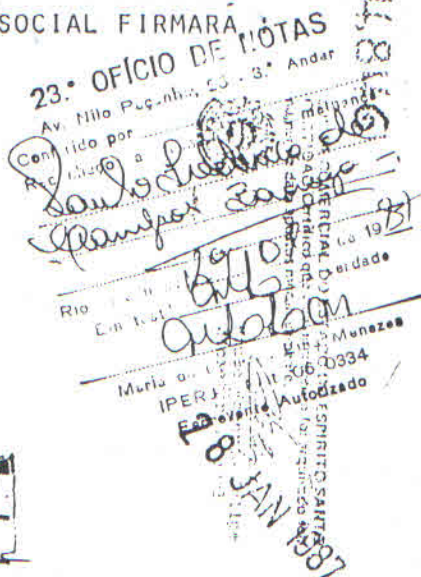
2:- Paulo Cesar de Oliveira Simões

NOME: PAULO CESAR DE OLIVEIRA SIMÕES

DECLARAÇÃO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

O DIRETOR, NO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL FIRMARÁ

P. RÁDIO GAETA LIMITADA

 MANOEL DUARTE MATOS  
DIRETOR.


16.º OFÍCIO DE NOTAS

ANT. RAUL SÁ FILHO

TABELIÃO

Lygia Sholl

Substituto Responsável:

IONE GARCIA DE SOUZA SÁ

(mat. 06/1345)

Téc. Judiciário Autorizado:

PAULO ROGÉRIO E. ALVES

Mat. 06/1536

SUCURSAL LEBLON

Av. Ataulfo de Paiva n.º 591

Tels. 259-0547 - 259-0647 - 214-2444

Reconheço por semelhança

firma

Rio de Janeiro, 29 de 01 de 1982

Em testemunho da verdade.





**RADIO GAETA LIMITADA**  
**CNPJ N. 27.317.809/0001-06**



MANOEL DUARTE MATOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua São José Capitão Nobre, 109, apto. 401, Guarapari(ES), CEP: 29.200.000, portador da Cédula de Identidade n. 099.428-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 086.012.837-72; CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Av. Sant'Ana, n. 46, Meapi - Guarapari(ES), CEP: 29.200.000, portador da Cédula de Identidade n. 131.862-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 201.612.717-15; sócios detentores de 91,66 (Noventa e um vírgula sessenta e seis por cento), do capital social da firma RÁDIO GAETA LIMITADA, com sede na Rua Joaquim da Silva Lima, n. 233, loja 10, Edif. Apolo, nesta cidade de Guarapari-ES, CEP: 29.200.000, inscrita no CNPJ sob o n. 27.317.809/0001-06, com seus atos constitutivos arquivados na MM Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, por despacho de 20 de Julho de 1976, sob o n. 32200099066; RESOLVEM, e de comum acordo, com base na posse da maioria do Capital Social, procederem a seguinte alteração:

1 - Alteração da sede da sociedade. A sociedade passa a ter sua sede social localizada a Avenida Beira Mar s/n, Galeria do Edif. Fram Tower, salas 19,20 e 21, Bairro Praia do Morro, Guarapari(ES), CEP.: 29.200.000

2 - Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições vigentes nos pactos anteriores que não tenham sido alterados por este instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04(quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02(duas) testemunhas, a tudo presente

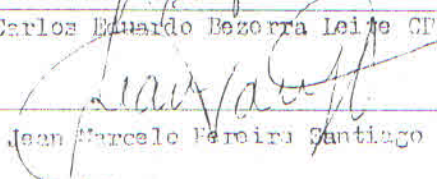
Guarapari(ES), 06 de Abril de 1999

  
Manoel Duarte Matos

  
Claudionor Vieira de Matos Filho

**TESTEMUNHAS:**

1)   
Carlos Eduardo Bezerra Leite CPF 037.533.267-34

2)   
Jean Marcelo Pereira Santiago CPF 031.161.427-26



**AUTENTICAÇÃO**  
Verifico e dou fé que esta fotocópia  
reprodução fiel do original  
de São Mateus-ES  
da verdade.  
FONEFAX: (27) 3763-3525  
9 MAIO 2011

- ☒ O Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabelião
- ☒ O Rodrigo Peter Peterle-Tabelião Subel.
- ☒ O Tamara Chaves de Oliveira-Escritora
- ☒ O Igor Z. do Nascimento-Escriv.
- ☒ O Amanda Mirandola-Escritora



**Selo de Fiscalização**  
 ATOS DE NOTAS E REGISTROS  
 PODER JUDICIÁRIO  
 Estado do Espírito Santo

**AUTENTICAÇÃO**

em \_\_\_\_\_ da verdade.  
 Serviço Notarial  
 do 2º Ofício

AHR 99735

**AUTENTICAÇÃO**

AHR 99735

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico e dou fé que esta fotocópia  
 é reprodução fiel do original.

São Mateus-ES

31 JUN 2008

Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
 CERTIFICADO O REGISTRO EM: 23/10/01  
 SOB O NÚMERO:  
 010566287  
 Protocolo: 010566287

MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA  
 SECRETÁRIA GERAL

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico e dou fé que esta fotocópia  
 é reprodução fiel do original.

São Mateus-ES

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

Serviço Notarial  
 do 2º Ofício  
 São Mateus-ES

13 MAIO 2011

Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Dr. Rodrigo Pater Peterle-Escritor

**Selo de Fiscalização**  
 ATOS DE NOTAS E REGISTROS  
 PODER JUDICIÁRIO  
 Estado do Espírito Santo

**AUTENTICAÇÃO**

AQD 75139

**CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS**  
 Certifico que esta fotocópia  
 é reprodução do original.

GUARAPARI  
 - ES -

31 JUL 2009

Dr. MARINA MAZZELLI DE ALMEIDA - Tabelião  
 Dr. RUBENS S. ALMEIDA JUNIOR - Substituto  
 Dr. JOÃO DE ANCHIETA MARCHESINI - Escrivão



**RADIO GAETA LIMITADA**  
**CNPJ N. 27.317.809/0001-06**

**INSTRUMENTO PARTICULAR**  
**DE ALTERAÇÃO DE CONTRA**  
**TO SOCIAL**

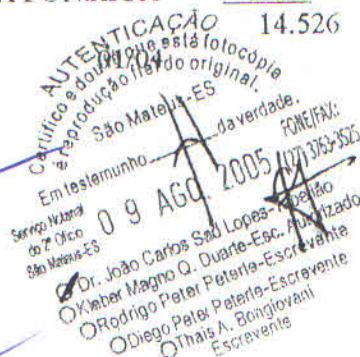
MANOEL DUARTE MATOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua São José Capitão Nobre, 109, apto. 401, Guarapari(ES), portador da Cédula de Identidade n. 099.428-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 086.012.837-72; CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Av. Sant'Ana, n. 46, Meapi - Guarapari(ES), portador da Cédula de Identidade n. 131.862-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 201.612.717-15; sócios detentores da maioria de cotas que constituem o capital social da firma RÁDIO GAETA LIMITADA, estabelecida na Av. Beira Mar, Galeria Ed. Fram Tower, s/n salas 19, 20 e 21 - Praia do Morro - Guarapari-ES, CEP 29220.060, inscrita no CNPJ sob o n. 27.317.809/0001-06, com seus atos constitutivos arquivados na MM Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, por despacho de 20 de Julho de 1976, sob o n. 32200099066 e posteriores alterações arquivadas na mesma repartição sob os números e as respectivas datas: 14.435 em 11.10.1977; 53.048 em 30.05.80; 66.276 em 02.12.83, 104.846 e 104.847 em 05.09.89, 010566287 em 23/10/2001, RESOLVEM alterar como de fato alterado tem o contrato primitivo pela maioria do capital social como segue:

PRIMEIRA - Alteração da sede da sociedade. A sociedade passa a ter sua sede social localizada a Av. Alberto Ramalhete Coutinho, nº 2158, Galeria Ed. Fram Tower, salas 19, 20 e 21 - Bairro Praia do Morro - Guarapari - ES, Cep 29216-010

SEGUNDA - O Capital Social subscrito e integralizado, que convertido para real, totaliza a importância de R\$0,68 (Sessenta e oito centavos de real), fica elevado para R\$14.526,00 (Quatorze mil, quinhentos e vinte e seis reais), correspondente a 14.526 (Quatorze mil, quinhentos e vinte e seis) cotas no valor nominal de R\$1,00 (Hum real) cada uma, utilizando-se para esse fim a importância de R\$14.525,93 (Quatorze mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos), referente a RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL SOCIAL, ficou distribuído entre os quotistas na proporção da participação de cada um no Capital Social. Com a incorporação das RESERVAS no Capital Social, o remanescente de R\$0,61 (Sessenta e um centavos de real), será transferido para a conta de resultado, em virtude da não racionalização em centavos das cotas de Capital.

TERCEIRA - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado no total de R\$14.526,00 (Quatorze mil quinhentos e vinte e seis reais), correspondente a 14.526 (Quatorze mil quinhentos e vinte e seis) cotas no valor nominal de R\$1,00 (Hum real) cada uma, ficou assim distribuído entre os sócios

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL RS
MANOEL DUARTE MATOS	11.984	11.984,00
CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO	1.331	1.331,00
ESPOLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA	1.211	1.211,00
TOTAIS	14.526	14.526,00





## ALTERAÇÃO CONTRATUAL N. 06 DA EMPRESA - RÁDIO GAETA LIMITADA

Parágrafo Único - A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, limitada a importância total do Capital Social.

QUARTA - São admitidos na sociedade RUI CARLOS BAROMEU LOPES, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rod. BR 101, KM 66 - Edif. Hill Park, apto. 212 - São Mateus(ES), portador da Cédula de Identidade n. 179.715-SSP/ES e com inscrição no CPF/MF sob o n. 047.865.806-00 e SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rod. BR 101, KM 66 - Edif. Hill Park, apto. 212 - São Mateus(ES), portadora da Cédula de Identidade n. 13.901.496-SSP/SP e com inscrição no CPF/MF sob o n. 069.145.697-62.

QUINTA - Que, por livre e espontânea vontade e na melhor forma de direito, os quotistas MANOEL DUARTE MATOS e CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO, já qualificados, resolvem retirar-se da sociedade, transferindo a totalidade de suas cotas, bem como todos os direitos e obrigações sobre as mesmas, para os novos sócios como segue: MANOEL DUARTE MATOS transfere a totalidade de sua participação para o novo quotista RUI CARLOS BAROMEU LOPES e CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO transfere a totalidade de sua participação para a nova quotista SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES, recebendo cada sócio retirante o valor das referidas cotas no seu valor nominativo e em moeda corrente do país no ato da assinatura do presente instrumento de alteração de Contrato Social.

Parágrafo Único - Declara os cedentes que a partir deste ato, dão aos cessionários e a sociedade, por si, seus herdeiros e sucessores, plena e geral, rasa e irrevogável quitação de todos os direitos e haveres relacionados com a sessão das cotas, para nada reclamar no que diga respeito a sociedade e aos cessionários, seja a que título for, em julgo ou fora dele.

SEXTA - Em consequência da admissão de sócios com a transferência de cotas, o Capital da sociedade totalmente subscrito e integralizado, ficou assim distribuído:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL R\$
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	11.984	11.984,00
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	1.331	1.331,00
ESPOLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA	1.211	1.211,00
TOTAL	14.526	14.526,00

Parágrafo - Único - A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, limitada a importância total do Capital Social.

SÉTIMA - Os sócios quotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em Lei, que os impeça de exercer atividades mercantis.

OITAVA - Os novos sócios e remanescente, obrigam-se neste ato, a assumir o ATIVO e o PASSIVO da empresa, isentando os sócios ora retirantes de total responsabilidade pelos direitos e obrigações da sociedade.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original.  
S. Mateus-ES  
Em testemunho da verdade  
FONE/FAX: (27) 3763-3525

**Selo de Fiscalização**  
ATOS DE NOTAS ESCRITAS  
PODER JUDICIAL  
Estado do Espírito Santo  
3 MAIO 2011  
Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião  
Rodrigo Peter Peterle-Tabellião Subst.  
Tâmara Chaves de Oliveira-Escrevente  
Lígia do Nascimento-Escrev.  
Amazônia Mirandola  
Escrevente

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original.  
S. Mateus-ES  
Em testemunho da verdade.  
FONE/FAX: (27) 3763-3525  
09 AGO. 2005  
Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião  
Kleber Magno Q. Duarte-Esc. Autorizado  
Rodrigo Peter Peterle-Escrevente  
Diego Peltor Petenle-Escrevente  
Thais A. Bongiovani  
Escrevente





## ALTERAÇÃO CONTRATUAL N. 06 DA EMPRESA - RADIO GAETA LIMITADA

NONA - A sociedade será administrada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por sócio gerente, nomeado após previa autorização do Poder Concedente, cabendo ao mesmo, a prática de quaisquer atos de gestão e administração financeira da sociedade, a ele cabendo, quando da representação legal, as atribuições e os poderes que a Lei confere aos gerentes de sociedades por cotas de responsabilidade limitada, afim de garantir o funcionamento da empresa.

DÉCIMA - Fica expressamente eleita para o cargo de sócio gerente, a quotista SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES, já qualificada, ficando eximida de prestar caução de qualquer espécie de sua gestão, na forma do disposto no artigo 12(doze) do decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

DÉCIMA PRIMEIRA - A sociedade considerar-se-á obrigada pela assinatura do sócio gerente isoladamente, podendo nomear procuradores após previa autorização do Poder Concedente, observado quanto aos procuradores, os limites de seus credenciamentos.

DECIMA SEGUNDA - Fica expressamente proibido ao sócio gerente e procuradores nomeados, para gerir e administrar a entidade, a utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, assim como em nome da sociedade, prestar caução, fianças, avais ou endosso de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a sociedade ou ponha em risco o seu patrimônio.

DÉCIMA TERCEIRA - A título de Pro-Labore, o sócio gerente poderá retirar mensalmente importância fixada por decisão dos sócios que represente a maioria do Capital Social, a qual será levada a conta de lucros e perdas, desde que não ultrapasse a sistemática da legislação em vigor.

DÉCIMA QUARTA - Mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, as cotas podem ser: a) livremente transferíveis entre os sócios; b) a terceiros somente com a aquiescência dos demais sócios, para o que o quotista que desejar alienar as suas cotas, no todo ou em parte, notificará aos demais desta intenção, indicando o preço, condição de pagamento para que, no prazo de 30(trinta) dias, exercitem o direito de preferencia na aquisição. Não exercitando o direito nesse prazo, ficará o quotista ofertante liberado para oferecer e alienar a terceiros as cotas oferecidas, dentro dos 02 (dois) meses subsequentes, nunca, porém, por preço inferior ou em condições mais vantajosas que as da oferta.

DECIMA QUINTA - Excluídos os casos previstos na cláusula Décima Quarta, os atos constitutivos e suas alterações somente poderão ser verificadas, no todo ou em parte, após previa autorização do Poder Concedente, por deliberação de sócios que representem maioria do capital social, assentada em instrumento de alteração contratual.

DECIMA SEXTA - Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições vigentes nos pactos anteriores que não tenham sido alterados por este instrumento.



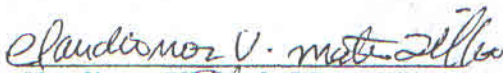


ALTERAÇÃO CONTRATUAL N. 06 DA EMPRESA - RADIO GAETA LIMITADA

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram datilografar a presente alteração contratual, a qual lida e achada conforme, firmam-na perante 02(duas) testemunhas, obrigando-se a cumpri-las fiel e integralmente.


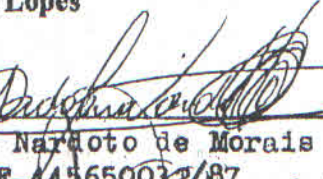
Guarapari(ES), 06 de Maio de 1999

  
Manoel Duarte Matos

  
Claudionor Vieira de Matos Filho


  
Rui Carlos Baromeu Lopes

  
Sandra Miranda Resegue Lopes

TESTEMUNHAS: 1)   
Madalena Nardoto de Moraes CI-0255982-0 SSPAM  
CPF 445650032/87  
2)   
Luiz Carlos Costa Silva CI 148603-SSPES  
PF 174066257-15

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/01/03  
SOB O NÚMERO:  
030041066  
Protocolo: 030041066  
MÁRIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIA GERAL

  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico e dou fé que esta fotocópia  
é reprodução fiel do original.  
São Mateus-ES  
Em testemunho da verdade.  
FONE/FAX: (27) 3763-3525  
13 MAIO 2011  
O Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellão  
O Rodrigo Peter Peterle-Tabellão Subst.  
O Tamara Chaves de Oliveira-Escritora  
O Igor Z. do Nascimento-Escritor  
O Amanda Miranda-Escritora

  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico e dou fé que esta fotocópia  
é reprodução fiel do original.  
São Mateus-ES  
Em testemunho da verdade.  
FONE/FAX: (27) 3763-3525  
09 AGO 2005  
O Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellão  
O Kleber Magno Q. Duarte-Esc. Autorizado  
O Rodrigo Peter Peterle-Escritor  
O Diego Pater Peterle-Escritor  
O Thais A. Bongiovani-Escritora





## 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

### RADIO GAETA LTDA

**RUI CARLOS BAROMEU LOPES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado à Rodovia BR 101, KM 66 – Edif Hill Park, Apt 212 – São Mateus-ES., CEP 29.930-000, portador da C. I. nº 179.715 SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob nº 047.865.806-00; e

**SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**, brasileira, casada sob regime de comunhão universal de bens, empresária, residente e domiciliada à Rodovia BR 101, KM 66 – Edif Hill Park, Apt 212 – São Mateus-ES., Cep 29.930-000, portadora da C. I. nº 13.901.496 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 069.145.697-62; sócios majoritários componentes da sociedade limitada, que gira nesta praça de Guarapari-ES., com sede à Av. Alberto Ramalhete Coutinho, 2158, Galeria Ed. Fram Tower, salas 19,20 e 21 - Praia do Morro, Cep 29.216-010, sob a denominação social de **RADIO GAETA LTDA**, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 32.200.099.066, em 20/07/1976, e posteriores alterações arquivadas sob os números e as respectivas datas: 14.435 em 11-10-1977; 53.048 em 30-05-1980; 66.276 em 02-12-1983; 104.846 e 104.847 em 05-09-1989; 010566287 em 23-10-2001 e 030041066 em 10-01-2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 27.317.809/0001-06; resolvem de comum acordo, ALTERAR seu contrato primitivo e demais alterações, mediante a seguinte Cláusula e condição:

**CLÁUSULA ÚNICA** – A sociedade limitada pelo presente instrumento, pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, como regência supletiva, pela Lei nº 6.404/76 no que for aplicável e demais disposições legais pertinentes.

Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato primitivo, inalterados pela presente alteração contratual.

E, por estarem de perfeito acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Guarapari-ES., 10 de novembro de 2.004.

TESTEMUNHAS:	
1)  MOISÉS FERREIRA RODRIGUES C.I. - 973.686 SSP/ES	 - RUI CARLOS BAROMEU LOPES -
2)  RITA DE CÁSSIA MACHADO RODRIGUES C.I. - 1.256.618 SSP/ES	 - SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES -



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO ESPIRITO SANTO**

CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2005

SOB Nº: 20050004220

Protocolo: 05/000422-0

**Empresa: 32 2 0009906 6**  
RADIO GAETA LTDA

  
ANTENOR COSTA FILHO  
SECRETARIO-GERAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

## DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

A Sociedade **RADIO GAETA LTDA**, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 20/07/1976, NIRE: 32.2.0009906-6, CNPJ: 27.317.809/0001-06, estabelecida na AV ALBERTO RAMALHETE COUTINHO, 1879, EDF F.T. SALA 19,20 E 21, PRAIA DO MORRO, GUARAPARI, ES, CEP: 29.216-010, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 316

Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

GUARAPARI/ES - ES, 21 de Setembro de 2011.

Sócio: SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES

Sócio: RUI CARLOS BAROMEU LOPES

Sócio: ESPOLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM 07/10/2011

Uelton Santos Silva  
Analista de Registro Empresarial



JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/10/2011 SOB Nº: 20110869389

Protocolo: 11/086938-9, DE 25/08/2011

Empresa: 32 2 0009906 6  
RADIO GAETA LTDA EPP


PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETARIO-GERAL



## PROCURAÇÃO

**RADIO GAETA LTDA EPP**, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J sob o nº 27.317.809/0001-96, com sede à Avenida Beira Mar- Galeria Edifício Fram Tower, s/ n – salas 19, 20 e 21, Praia do Morro – Guarapari, estado do Espírito Santo, CEP.: 29.220-060, representada neste ato por sua Sócia Administradora, Sra. Sandra Miranda Reseguelopes , brasileira , casada, empresária, residente e domiciliado na Rua Conceição da Barra nº 2.175. Bairro Guriri Norte , São Mateus – ES – CEP.: 29.946-530 e CI 13.901.496 SSP-SP e CPF 069145.697-62, abaixo assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador, **JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO**, brasileiro, advogado, engenheiro, residente e domiciliado a Rua Diógenes Malacarne, 113/402, Praia da Costa, Vila Velha/ES, portador da identidade OAB/ES nº 9912 , CREA-ES: 002739/D e CPF nº 557.864.137791-72, a quem outorgam poderes para representá-los junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES e a ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**, referente aos processos de interesse da outorgante, podendo requerer vistas aos autos, requerer cópias, apresentar projetos técnicos, laudo de vistoria e laudo de ensaio de equipamentos, apresentar recursos, desistência, impugnações, representações, defesa, protocolar documentos, passar recibos, rubricar e assinar documentos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Guarapari – ES , 12 de novembro de 2015

  
Sandra Mira

Sandra Miranda Resegue Lopes

CPF.: 069.145.697-62

Sócia Administradora

TABELIONATO CASTELLO - 1º OFICIO DE NOTAS

Reconhecido por semelhança à firma: SANDRA MIRANDA RESEQUE LOPES. \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
Em Teste de verdade, Vitória-ES, 02 de novembro de 2015, às 18:46  
Cid. - IDENTIFICADORA  
LUIZ CARLOS DE SAUSA MACHADO GUIMARÃES - ESCRITURANTE AUTORIZADA  
Selo: 0215004WS1310.12097, consulte autenticidade em: www.tjes.jus.br



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00704820

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n.º 8.936/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES

**CARTÓRIO SARLO - Registro Civil e Tabelionato** | **RODRIGO SARLO ANTONIO**  
 Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
 Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

**AUTENTICAÇÃO:** Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94  
 Vitória-ES, 20 de maio de 2015 - 11:56:35

Izabelle Ludgero de Freitas-Escrivente  
 Emolumentos R\$: 2,33 Taxas R\$: 0,64 Total R\$: 2,97  
 Selo : 024661.ZHM1505.12864, consulte autenticidade em: [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
 CONSELHO SECCIONAL DO ESPÍRITO SANTO  
 IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 9912

NOME  
 JOSÉ MARIA VALLADARES GAUDIO

FILIAÇÃO  
 ALBER GAUDIO CHEIRICHETTI  
 SOLY VALLADARES GAUDIO

NATURALIDADE  
 RIO DE JANEIRO-RJ

DATA DE NASCIMENTO  
 24/03/1958

RG  
 332445 - SSP ES

CPF  
 557.864.137-72

COADOR DE ÓRGÃO E TÍTULO  
 NÃO

VIA EXPEDIDO EM  
 01 06/02/2009

ANTONIO AUGUSTO GENELHU JUNIOR  
 PRESIDENTE

**CARTÓRIO SARLO - Registro Civil e Tabelionato** | **RODRIGO SARLO ANTONIO**  
 Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
 Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

**AUTENTICAÇÃO:** Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94  
 Vitória-ES, 20 de maio de 2015 - 11:56:35

Izabelle Ludgero de Freitas-Escrivente  
 Emolumentos R\$: 2,33 Taxas R\$: 0,64 Total R\$: 2,97  
 Selo : 024661.ZHM1505.12863, consulte autenticidade em: [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.317.809/0001-06 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/07/1976</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAETA DE GUARAPARI</div>		<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO SALAS 19, 20 E 21</div>	
<div>CEP 29.220-060</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PRAIA DO MORRO</div>	<div>MUNICÍPIO GUARAPARI</div>	<div>UF ES</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/07/2023 às 11:41:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 27.317.809/0001-06  
**NOME EMPRESARIAL:** RADIO GAETA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** RUI CARLOS BAROMEU LOPES  
**Qualificação:** 22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:** SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** ALCEU NUNES DA FONSECA  
**Qualificação:** 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/07/2023 às 11:42 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06  
**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA  
**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/07/2023 a 08/08/2023

**Certificação Número:** 2023071005301066195660

Informação obtida em 25/07/2023 11:43:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 37110213/2023

Expedição: 25/07/2023, às 11:43:56

Validade: 21/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:45:11 do dia 25/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/01/2024.

Código de controle da certidão: **80FB.8F9E.CA29.241B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

# Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	27317809000106	RADIO GAETA LTDA	50415786800	P	Comercial	FM	230	ES	Guarapari

Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 1006036455	<b>Número Indicativo:</b> ZYS956
<b>Data Último Licenciamento:</b> 22/02/2019	<b>Número da Licença:</b> 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 20° 37' 7.00" S	<b>Longitude:</b> 40° 30' 33.98" W	<b>Cota da base:</b> 120.8 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG300i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF158-50JA-A0	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> 40 m	<b>Atenuação:</b> 0.62 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.9 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> GPVFM2	<b>Fabricante:</b> GOBER ELETRONICA LTDA				
<b>Ganho:</b> 3 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 135 °	<b>Polarização:</b> Vertical	<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>ERP Máxima:</b> 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG1000i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.07 kW		

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500015612016 12	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/201 8-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO GAETA LTDA</b>				CNPJ <b>27317809000106</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1006036455</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>20° 37' 7.00" S</b>	LONGITUDE <b>40° 30' 33.98" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rodovia do Sol - 4,9 km, nº .</b>	DISTRITO		
BAIRRO <b>Morro do Céu</b>	MUNICÍPIO <b>Guarapari</b>	UF <b>ES</b>	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	08/11/2027		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	93.1 MHz	CANAL:	226
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	120.8
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYS956		
NOME FANTASIA:	RADIO GAETA DE GUARAPARI	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Guarapari		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Av. Beira Mar	BAIRRO:	Praia do Morro
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
NUMERO:	s/n	COMPLEMENTO:	Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG300i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	0.044 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	GOBER ELETRONICA LTDA	MODELO:	GPVFM2
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3 dBd
DESCRIÇÃO:	2 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	135 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	33.4 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:		MODELO:	LCF158-50JA-A0
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 26/07/2023 07:44:09

APLICAÇÃO	Emitido Em 22/02/2019	Esta licença pode ser validada em <a href="https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhmMQ==">https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhmMQ==</a>	
-----------	--------------------------	--	--



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO GAETA LTDA**

**CNPJ:**           **27.317.809/0001-06**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:44:54 do dia 26/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.




[Menu Principal](#)
[SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar Extrato de Lançamentos>](#)
[menu](#) [ajuda](#)
[Dados da consulta](#) [Consulta](#)

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO GAETA LTDA

**Nº FISTEL:** 50415786800

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 27317809000106

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:** 08/11/2007

☒ **CADIN:** Não

**Incidência FUST:**
**Data Início Operação Comercial:**
**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** ES

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower s/nº - - Salas 19, 20 e 21

**Bairro:** Praia do Morro

**Município:** Guarapari

**CEP:** 29220-060

**UF:** ES

**End. Corresp.:** Avenida Vitória 3144

**Bairro:** Bento Ferreira

**Município:** Vitória




**CEP:** 29050-800

**UF:** ES

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	20/03/2018	R\$ 200,00	09/02/2018	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
8766 - TFI	1	2019	03/03/2019	R\$ 1.000,00	20/02/2019	1.000,00	1.000,00	0002	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	27/08/2020	330,00	330,00	0005	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	27/08/2020	50,00	50,00	0006	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	30/03/2021	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	29/03/2022	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	29/03/2022	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
								<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
6530	0	2022	26/08/2022	R\$ 184.490,75		0,00	0,00	0011	Cancelado	0,00


										 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
										0012		
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	23/03/2023	330,00	330,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado		0,00	
										0013		
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	23/03/2023	50,00	50,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado		0,00	
											<b>Total devido em 26/07/2023 (em reais):</b>	0,00
											<b>Total de créditos em 26/07/2023 (em reais):</b>	0,00

Legenda do Campo Situação	
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)	
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)	
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança	
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado	
RJ - Lançamento com Recurso Judicial	
RN - Lançamento com Recurso Denegado	
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União	
CD - Lançamento Inscrito no CADIN	
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa	
E - Lançamento em Execução Judicial	
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006	
MO - Multa de Ofício	
LO - Lançamento de Ofício	
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado	
PA - Parcelamento: Parcela	
BF - Benefício Fiscal	

**Registro 1 até 11 de 11 registros**

Página: [1] [Ir] [Reg]


Tela InicialImprimirExportar Excel



BOM DIA

JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		27.317.809/0001-06									
RADIO GAETA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	<a href="#">005.094.187-91</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	<a href="#">047.865.806-00</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	<a href="#">069.145.697-62</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA

Data: 26/07/2023

Hora: 07:46:21



BOM DIA  
JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.094.187-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	<a href="#">005.094.187-91</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA


Data: 26/07/2023

Hora: 07:46:29



BOM DIA  
JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		047.865.806-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	047.865.806-00	RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Diretor (DIRETOR GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	194000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA

Data: 26/07/2023


Hora: 07:46:40



BOM DIA

JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		069.145.697-62									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Sócio	1020000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	6000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA

Data: 26/07/2023

Hora: 07:46:52





BOM DIA  
JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	27.317.809/0001-06

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA      Data: 26/07/2023      Hora: 07:48:20

**Data de Envio:**

26/07/2023 08:39:58

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.028421/2020-26

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari / ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial****Wagner Aníbal de Oliveira**

Qua, 26/07/2023 10:23

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que não consta registro nesta Coordenação de eventual aplicação de sanção de cassação à referida entidade RADIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari / ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Assinala-se ainda que não há registro de eventual Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo) que indique o descumprimento do contrato pela citada entidade.

At.te,

Wagner

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 26 de julho de 2023 08:39**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.028421/2020-26

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari / ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### NOTA TÉCNICA Nº 12338/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.028421/2020-26

INTERESSADO: RÁDIO GAETA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

#### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GAETA LTDA no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari/ES, referente ao seguinte período: 08/11/2017 a 08/11/2027.

#### ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

#### RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. termo de inventariante ou o formal de partilha relativo ao Espólio de ALCEU NUNES DA FONSECA, bem como informações atualizadas sobre o procedimento de inventário.

#### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11038144** e o código CRC **C11FFEA2**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22000/2023/MCOM

Brasília, 31 de julho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**  
Av. Beira Mar, s/nº, Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro  
29.220-060 Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 12338/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11038229** e o código CRC **E0C18E24**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 12338 (11038144).





**Correios**

Contrato: 9912556366

CARTA REG AR 04

Volume: 1/1

Peso (g): 30.0

**YJ 512 590 590 BR**

**AR**



Recebedor:

Assinatura:

Documento:

**DESTINATÁRIO**

RADIO GAETA LTDA  
AV BEIRA MAR SN GALERIA ED FRAM TOWER PR  
AIA DO MORRO



**29220-060 GUARAPARI/ES**

**Remetente:** MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICADMINIST  
70044-900 BRASILIA/DF  
SERAD COREP COREP DOC PROC 53115028421/2020-26 OF 22000 NT 12338





**Correios AR** AVISO DE  
RECEBIMENTO

VIA POSTAL  
31/07/2023

DESTINATARIO  
RADIO GAETA LTDA

AV BEIRA MAR, SN GALERIA ED FRAM TOWER  
PRAIA DO MORRO - GUARAPARI - ES  
29220-060

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**  
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN  
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF  
70044-900

**YJ512590590BR**



SERAD COREP COREP DOC PROC 53115028421/2020-26 OF 220  
00 NT 12338

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2° \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3° \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE              | [5] RECUSADO      |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO     | [7] AUSENTE       |
| [4] DESCONHECIDO          | [8] FALECIDO      |
| [9] OUTROS _____          |                   |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

27.317.809/0001-06

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>									
Razão Social					CNPJ			Emails	
Sem dados para exibir.									
<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>									

**Data de Envio:**

31/07/2023 16:04:53

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA (CNPJ 27.317.809/0001-06), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11038144.html

Oficio\_11038229.html



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29725/2023/MCOM

Brasília, 03 de outubro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**  
Av. Beira Mar, s/nº, Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro  
29.220-060 Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica nº 12338/2023/SUPER-MCOM fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 03/10/2023, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11146777** e o código CRC **3C72F8B4**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 12338 (11038144).



# REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

## IDENTIFICAÇÃO

**RÁDIO GAETA LTDA**

*Nome da Pessoa Jurídica:*

*CNPJ:* 27.317.809/0001-06

*CEP da sede:* 29.220-060

*Endereço da sede:* AVENIDA BEIRA MAR, S/Nº, GALERIA ED. FRAM TOWER, BAIRRO PRAIA DO MORRO, GUARAPARI-ESPIRITO SANTO,

*E-mail de contato:* [jgaudio@redesim.com](mailto:jgaudio@redesim.com)

**Data de Envio:**

04/10/2023 12:36:05

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

jgaudio@redesim.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.028421/2020-26

INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11146777.html

**Data de Envio:**

04/10/2023 12:39:13

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26 foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06, solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Oficio\_11146777.html



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 18490/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADO: RÁDIO GAETA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GAETA LTDA no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari/ES, referente ao seguinte período: 08/11/2017 a 08/11/2027.

**ANÁLISE**

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 12338/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 22000/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI11038144 e 11038229). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.022850/2023-32, com pedido de prorrogação de prazo e protocolo nº 53115.026516/2023-58 acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 18/10/2023, às 12:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11170499** e o código CRC **E42A6C15**.

---

#### **Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 31092/2023/MCOM

Brasília, 18 de outubro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**  
Av. Beira Mar, s/nº, Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro  
29.220-060 Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 18490/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 18/10/2023, às 11:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11170500** e o código CRC **8AF71022**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 18490 (11170499).

**Data de Envio:**

18/10/2023 14:33:40

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

jgaudio@redesim.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.028421/2020-26

INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11170500.html

Nota\_Tecnica\_11170499.html

**Data de Envio:**

18/10/2023 14:35:02

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA (CNPJ nº: 27.317.809/0001-06), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**


Nota\_Tecnica\_11170499.html

Oficio\_11170500.html

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)


		IDENTIFICAÇÃO	
Nome da Pessoa Jurídica:		RADIO GAETA LTDA	
CNPJ:	27.317.809/0001-06	CEP da sede:	29.220-060
Endereço da sede:	AVENIDA BEIRA MAR – GALERIA EDIFÍCIO FRAM TOWER, S/N, SALAS 19, 20 e 21, PRAIA DO MORRO – GUARAPARI – ESPIRITO SANTO.		
E-mail de contato:	jgaudio@redesim.com		
		( X ) em frequência modulada	



BOA NOITE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		27.317.809/0001-06									
RADIO GAETA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	005.094.187-91	RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	047.865.806-00	RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023

Hora: 18:04:00






BOA NOITE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.094.187-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	<a href="#">005.094.187-91</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023

Hora: 18:04:14



BOA NOITE  
CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 047.865.806-00											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	<a href="#">047.865.806-00</a>	RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Diretor (DIRETOR GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	194000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	BA	Itapetinga

Usuário: **69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data: **25/10/2023**

Hora: **18:04:31**

BOA NOITE  
CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRASistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>		CPF									
		<b>CPF:</b> 069.145.697-62									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	6000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Sócio	1020000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Gabriel da Palha

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023


Hora: 18:04:42



BOA NOITE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

### Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	27.317.809/0001-06

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023

Hora: 18:05:16



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ:**           **27.317.809/0001-06**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:16:14 do dia 25/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.





**Superintendência de Administração Geral**  
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**  
**Gerência de Arrecadação**

Impresso por: **CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data/Hora: **25/10/2023 18:17:02**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO GAETA LTDA

**Nº FISTEL:** 50415786800

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 27317809000106

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:** 08/11/2007

☒ **CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** ES

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower s/nº - - Salas 19, 20 e 21

**Bairro:** Praia do Morro

**Município:** Guarapari

**CEP:** 29220-060

**UF:** ES

**End. Corresp.:** Avenida Vitória 3144

**Bairro:** Bento Ferreira

**Município:** Vitória

**CEP:** 29050-800

**UF:** ES

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	20/03/2018	R\$ 200,00	09/02/2018	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	03/03/2019	R\$ 1.000,00	20/02/2019	1.000,00	1.000,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	27/08/2020	330,00	330,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	27/08/2020	50,00	50,00	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	30/03/2021	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	29/03/2022	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	29/03/2022	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
6530	0	2022	26/08/2022	R\$ 184.490,75		0,00	0,00	0011	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	23/03/2023	330,00	330,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	23/03/2023	50,00	50,00	0013	Quitado	0,00
6530	0	2022	25/10/2023	R\$ 184.490,75	24/10/2023	184.490,75	184.490,75	0014	Quitado	0,00

**Total devido em 25/10/2023 (em reais):**

0,00

**Total de créditos em 25/10/2023 (em reais):**

0,00

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
 RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
 CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
 RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
 RN - Lançamento com Recurso Denegado  
 DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
 CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
 DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
 E - Lançamento em Execução Judicial  
 SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
 MO - Multa de Ofício  
 LO - Lançamento de Ofício  
 P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
 PA - Parcelamento: Parcela  
 BF - Benefício Fiscal

## Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Estações ▼

▼ Voltar

1 total de registros		1 - 50		50		Atualizar		Filtrar																					
Ações		Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações		
Visualizar em PDF		FM-C4 (Canal Licenciado)	27317809000106	RADIO GAETA LTDA	50415786800	P	Comercial	FM	230	ES	Guarapari		226		93.1	C		20° 37' 7.00" S	40° 30' 29.99" W	0.3	33.4		2	2023-07-20 08:27:52		57dbac5542afd	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.		

Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



Informações Gerais	
Número da Estação: 1006036455	Número Indicativo: ZYS956
Data Último Licenciamento: 22/02/2019	Número da Licença: 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 37' 7.00" S	Longitude: 40° 30' 33.98" W	Cota da base: 120.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG300i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA-A0	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 40 m	Atenuação: 0.62 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.9 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPVFM2	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 135 °	Polarização: Vertical	HCI: 33.4 m	ERP Máxima: 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG1000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 0.07 kW	

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500015612016 12	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/201 8-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO GAETA LTDA				CNPJ 27317809000106
Nº DA ESTAÇÃO 1006036455	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 37' 7.00" S	LONGITUDE 40° 30' 33.98" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia do Sol - 4,9 km, nº .	DISTRITO		
BAIRRO Morro do Céu	MUNICÍPIO Guarapari	UF ES	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 08/11/2027

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Guarapari UF: ES

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 93.1 MHz CANAL: 226

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 120.8

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYS956

NOME FANTASIA: RADIO GAETA DE GUARAPARI NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Guarapari

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Beira Mar BAIRRO: Praia do Morro

MUNICÍPIO: Guarapari UF: ES

NÚMERO: s/n COMPLEMENTO: Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NÚMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG300i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 0.044 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG1000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA MODELO: GPVFM2

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: 2 elementos

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 33.4 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 135 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: 0 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: MODELO: LCF158-50JA-A0

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/10/2023 19:20:08

APLICAÇÃO

Emitido Em  
22/02/2019

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhhMQ==>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.317.809/0001-06 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/07/1976</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAETA DE GUARAPARI</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO SALAS 19, 20 E 21</div>
<div>CEP 29.220-060</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PRAIA DO MORRO</div>	<div>MUNICÍPIO GUARAPARI</div>
<div>UF ES</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO NESTOR.FERNANDES@REDESIM.COM</div>		<div>TELEFONE (27) 3434-5700</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/10/2023 às 18:08:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	27.317.809/0001-06
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RADIO GAETA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$114.526,00 (Cento e quatorze mil e quinhentos e vinte e seis reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	RUI CARLOS BAROMEU LOPES
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	RADIO GAETA LTDA
<b>Qualificação:</b>	63-Cotas em Tesouraria

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/10/2023 às 18:08 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06  
**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA  
**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/10/2023 a 11/11/2023

**Certificação Número:** 2023101318431544273302

Informação obtida em 25/10/2023 18:10:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 59217118/2023

Expedição: 25/10/2023, às 18:11:17

Validade: 22/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:12:19 do dia 25/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/04/2024.

Código de controle da certidão: **E935.177C.4E05.F57D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO GAETA LTDA**

CPF/CNPJ: **27.317.809/0001-06**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 18:14:29 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 4ZT9aoqiwm0RNHtNNHLQ

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 19055/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADO: RÁDIO GAETA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GAETA LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no Município de Guarapari/ES, referente ao seguinte período: 8/11/2017 a 8/11/2027.

**ANÁLISE**

2. A análise realizada Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 18490/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 31092/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI11170499 e 11170500). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.027338/2023-82, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. requerimento, datado e assinado pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

**ATENÇÃO:** Somente serão considerados para fins de instrução processual, os documentos firmados de próprio punho, ou ainda, aqueles assinados de forma eletrônica, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade do subscritor.

- 3.2. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, atualizada, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3.3. prova de regularidade perante as Fazendas estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, atualizadas, na forma da lei;
- 3.4. Termo de inventariante e informações atualizadas do processo de inventário do espólio de Alceu Nunes da Fonseca.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

---

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.

---



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 25/10/2023, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184842** e o código CRC **7B62DE22**.

---

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 31989/2023/MCOM

Brasília, 25 de outubro de 2023.

atualizada

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**

Avenida Beira Mar - Galeria Edifício. Fram Tower - Salas 19- 21 - Praia do Morro

29.220-060 - Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 19055/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,





Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 25/10/2023, às 19:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184844** e o código CRC **CCAC5E32**.

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 19055/2023 (SUPER 11184842)
- Requerimento Padrão (SUPER 11184845)

**Data de Envio:**

26/10/2023 11:33:02

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

jmgaudio@gmail.com

malutenas@gmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.028421/2020-26

INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11184842.html

Oficio\_11184844.html

Requerimento\_11184845\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2023.pdf

**Data de Envio:**

26/10/2023 11:34:20

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06, solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11184842.html

Oficio\_11184844.html

Requerimento\_11184845\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2023.pdf

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>		RÁDIO GAETA LTDA	
<i>CNPJ:</i>	27.317.809/0001-06	<i>CEP da sede:</i>	29.220-060
<i>Endereço da sede:</i>	Av. Beira Mar s/n Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro – GUARAPARI/ES		
<i>E-mail de contato:</i>	<a href="mailto:jmvgaudio@gmail.com">jmvgaudio@gmail.com</a> ; <a href="mailto:malutenas@gmail.com">malutenas@gmail.com</a>		

**Correios AR** AVISO DE  
RECEBIMENTO

VIA POSTAL  
31/07/2023

DESTINATARIO  
RADIO GAETA LTDA

AV BEIRA MAR, SN GALERIA ED FRAM TOWER  
PRAIA DO MORRO - GUARAPARI - ES

29220-060

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YJ512590590BR



SERAD COREP COREP DOC PROC 53115028421/2020-26 OF 220  
00 NT 12338

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE              | [5] RECUSADO      |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO     | [7] AUSENTE       |
| [4] DESCONHECIDO          | [8] FALECIDO      |
| [9] OUTROS _____          |                   |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

*8280316*

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEBEDOR

*Bruna Costa*

DATA DE ENTREGA

*08/08/23*

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas



Simples



Comple...



## Documento com assinaturas válidas

## Informações gerais do arquivo:

**Nome do arquivo:** OFICIO\_EXIGENCIA\_RADIO\_GAETA\_RENOVACAO\_ass.pdf**Hash:** 2627b6b3e23b4128bda29f90c55e3ac4806df9463f83454e8a8ceadead30a02e**Data da validação:** 06/12/2023 16:21:20 BRT

## Informações da Assinatura:

**Assinado por:** SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**CPF:** undefined**Nº de série de certificado emitente:** 1522254088203816700**Data da assinatura:** 31/10/2023 14:41:26 BRTEsta assinatura se repete mais **2** vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

## ATENÇÃO:

O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s), o ITI não se responsabiliza por qualquer uso que seja feito a partir da validação das assinaturas eletrônicas

[Visualizar relatório de conformidade](#)

## AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.

[Avaliar](#)

## ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)[Sobre](#)[Dúvidas](#)[Informações](#)[Fale Conosco](#)





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## **II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>111</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## **II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### **II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### **MINUTA DE PORTARIA**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

---



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

399/5  
400/1

**PUBLICADO**  
NO  
**DIÁRIO OFICIAL**  
de 01 / 09 / 1977  
Página N.º 11588  
Encarregado da Redação

**PUBLICADO**  
NO  
Bl. N.º 1  
de 1 / 19  
Página N.º  
4  
DIRETOR DE REGISTROS  
REAJ - RAD

Decreto nº 80269 de 31 de agosto de 1977

Outorga concessão à Rádio Guaracube Ltda. para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 9.373/76 (Edital nº 34/76),

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica outorgada concessão à Rádio Guaracube Ltda., nos termos do artigo 28º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único - O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de 31 de agosto de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

EUCLIDES QUANT DE OLIVEIRA





PUBLICADO  
Nº  
DIÁRIO OFICIAL  
de 15 / 01 / 1980  
Página Nº 1015

PORTARIA Nº 0421 (9), DE 20 DEZ 1979

no uso da competência  
delegada pela Portaria DENTEL nº 1.891,  
de 12 de novembro de 1979, e tendo em  
vista o que consta do Processo número  
99.037/79,

## RESOLVE:

I - Autorizar o aumento do capital social da RÁDIO GUARACIUBE LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, de CR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para CR\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), sendo que a diferença resultante desse aumento será integralizada pelos pretendentes cotistas ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO, SIDNEY COSTA DE MIRANDA, ALCEU NUNES DA FONSECA, ALBERTO DE ALMEIDA e PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO.

Com a admissão dos novos cotistas e consequente aumento do capital social, o quadro societário passará a ter a seguinte composição:

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR CR\$</u>
MANOEL DUARTE MATOS	100.000	100.000,00
LUIZ DE MENEZES	100.000	100.000,00
JOSÉ CARLOS AZE	100.000	100.000,00
ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO	100.000	100.000,00
SIDNEY COSTA DE MIRANDA	50.000	50.000,00
ALCEU NUNES DA FONSECA	50.000	50.000,00



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA Nº 0421 DE

20 DEZ 1979

DE

1979.

<u>COTISTAS</u>	<u>COIAS</u>	<u>VALOR CR\$</u>
ALBERTO DE ALMEIDA	50.000	50.000,00
PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO	50.000	50.000,00
TOTAL : .....	600.000	600.000,00

II - Aprovar a designação do futuro cotista ALCEU NUNES DA FONSECA, para, na qualidade de sócio gerente, exercer a gerência da sociedade; e

III - Aprovar a mudança da denominação social da Rádio Guaracube Ltda. para RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA.

Determinar que a entidade submeta à aprovação do Departamento Nacional de Telecomunicações os atos que praticar ao efetuar as operações ora autorizadas, dependendo dessa medida o exame e decisão de seus futuros pedidos.

AROLDO DE OLIVEIRA

Diretor Regional do DENTEL/DR/RJO.

DR/RJO/SPAD.

Ref.Proc. 99.037/79

LFSM/cp.



E.M. Nº 037 /89-GM

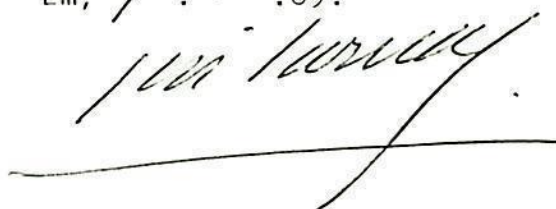
P.O. 16.05.89

09.05.89

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A U T O R I Z O .

Em, 9 . 5 . 89.



A RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, solicitou autorização para efetivar transferência indireta da sua concessão mediante cessão da maioria das cotas representativas do capital social para novo grupo, que passará a deter o mando da sociedade.

2. Solicitou, também, autorização para modificar a sua denominação social para RÁDIO GAETA LIMITADA, com o nome fantasia de RÁDIO GAETA DE GUARAPARI, bem como, alterar a composição da diretoria, converter o seu capital social à nova unidade monetária nacional e consolidar o contrato social.

3. Em consequência, o quadro social ficará assim constituído:

<u>C O T I S T A S</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR NCZ\$</u>
MANOEL DUARTE MATOS	495	0,49
CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO	55	0,05
Espólio de ALCEU NUNES DA FONSECA	50	0,05
T O T A L =	600	0,59

4. Pleiteou, ainda, autorização para alterar seu quadro diretivo que ficará assim composto:

Gerente : MANOEL DUARTE MATOS

5. Cumpre ressaltar que os referidos pedidos foram devidamente instruídos com a documentação exigida, demonstrando possuir o novo grupo as qualificações estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 91.837/85.

6. De conformidade com o que determina o artigo 96, item 3, letra "a", do aludido Regulamento, a transferência in direta da concessão não poderá ser efetivada sem a prévia auto rização do Presidente da República.

7. Nestas condições, tenho a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, na forma do artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Antonio Carlos Magalhães", is written in a cursive style.



31000 - MINISTÉRIO DA MARINHA  
31101 - MINISTÉRIO DA MARINHA - SECRETARIA GERAL

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E	S	D	F	PT	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA						10.100.000	10.100.000						
ADMINISTRAÇÃO						10.100.000	10.100.000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL						10.100.000	10.100.000						
DE 001.0001.0000.0000						10.100.000	10.100.000						
CONDIÇÕES E MANUTENÇÃO GERAL													
ASSEMBLEAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE COMANDO, UNIDADES E AÇÕES DE PERSONAL, ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, ACESSO E MANUTENÇÃO DE SUPERINTENDÊNCIA, PLANEJAMENTO, DOCUMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS DE FERRAMENTAS E ADAPTAÇÃO DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.													
DE 001.0001.0000.0001						10.100.000	10.100.000						
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL						10.100.000	10.100.000						
TOTAL FISCAL						10.100.000	10.100.000						

90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E	S	D	F	PT	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						29.418.000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						29.418.000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						29.418.000							
DE 000.0000.0000.0000						29.418.000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA													
SERVIÇO DE FONTE COMPENSATORIA NA ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS PARA DOTAÇÕES INSUFICIENTEMENTE PREVISÍVEIS													
DE 000.0000.0000.0001						29.418.000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						29.418.000							
TOTAL RESERVAÇÃO						29.418.000							

## DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 1997

Renova a concessão da Sociedade Rádio Club Altinópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50830.001631/93,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Club Altinópolis Ltda., outorgada pela Portaria MVOP nº 179, de 5 de março de 1958, renovada pelo Decreto nº 89.372, de 8 de fevereiro de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de outubro de 1997, 176º da Independência e 109º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Sergio Motta

## DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Gaeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarapani, Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 29117.000082/88,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de novembro de 1987, a concessão da Rádio Gaeta Ltda.,

originariamente Rádio Guaracube Ltda., outorgada pelo Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, cujo contrato de concessão foi publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 1977, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarapani, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de outubro de 1997, 176º da Independência e 109º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Sergio Motta

## DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 1997

Renova a concessão da Televisão Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53760.000088/97,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de julho de 1997, a concessão da Televisão Pioneira Ltda., outorgada pelo Decreto nº 87.190, de 19 de maio de 1982, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de outubro de 1997, 176º da Independência e 109º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Sergio Motta





PUBLICADO	
NO	
DIÁRIO OFICIAL	
de	08 / 11 / 19 77
Página N.º	15014
<i>[Assinatura]</i>	
Encarregado da Revisão	

Termo de Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Guaracube Ltda., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete do Senhor Secretário Geral do Ministério das Comunicações, Engenheiro Rômulo Villar Furtado, representando o Ministro de Estado das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira e como testemunhas o Senhor Coronel Idalécio Nogueira Diógenes, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL e a Engenheira Regina Maria da Cruz Cabral, Diretora da Divisão de Radiodifusão do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL, compareceram o Senhor Luiz de Menezes, brasileiro, casado, odontólogo, Carteira de Identidade nº M-256.214, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, com o CPF nº 004.311.766, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 432, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, e o Senhor José Carlos Azze, brasileiro, casado, advogado, Carteira de Identidade nº 587.859, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, com o CPF nº 074.604.066-00, residente e domiciliado na Rodovia do Sol s/n, Praia de Santa Mônica, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, Diretores da Rádio Guaracube Ltda., conforme consta do Processo número oitenta mil, novecentos e três, do ano de mil novecentos e setenta e seis, para o fim especial de assinar o presente Termo de Contrato, decorrente da concessão outorgada à supra mencionada entidade, através do Decreto número oitenta mil, duzentos e sessenta e nove, de trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e sete, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, para estabelecer na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, regendo-se referida concessão pelas cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Rádio Guarapari Ltda.

o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez anos e entrará em vigor a partir da publicação deste contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; c) admitir para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro; e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal; f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento; i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de



1963; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, às Redes de Radiodifusão, sob a direção da Agência Nacional do Gabinete Civil da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional; m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação deste contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior; p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido; q) não alterar em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou que vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações; s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações; t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações; u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. CLÁUSULA QUARTA: - A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a: a) programas educacionais compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236,



de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria nº 408, de 29 de julho de 1970, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura; b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "l" da cláusula anterior. CLÁUSULA QUINTA: - Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. CLÁUSULA SEXTA: - A frequência consignada à Sociedade não constitui o direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União. CLÁUSULA SÉTIMA: - Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. CLÁUSULA OITAVA: - A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA: - Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente Termo de Contrato que depois de lido e achado conforme, assina com o Representante da outorgada, com as testemunhas, ao início qualificadas e comigo MARIA JOSÉ DA SILVA BARCELOS ( \_\_\_\_\_ ) que o datilografei.

RÔMULO VILLAR FURTADO - Secretário Geral do  
Ministério das Comunicações.

LUIZ DE MENEZES

JOSÉ CARLOS AZZE

Diretores da Rádio Guaraclube Ltda.

**Publicado no D.O.U.  
de 17/ 11/ 2017,  
Seção: III, Página: 07**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO GAETA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO GAETA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 27.317.809/0001-06, representada por sua procuradora, **MARIA LUCIA TENÓRIO DO NASCIMENTO**, inscrita no RG. n.º 648.168, SSP/DF, CPF n.º 261.877.791-34, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO GAETA LTDA.**, por meio do Decreto n.º 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 1 de setembro de 1977, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à Rádio Gaeta Ltda. o canal 226 (duzentos e vinte e seis), correspondente à frequência 93,1 Mhz MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 1 de setembro de 1977, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a **PERMISSIONÁRIA** atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo



técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações**

**Permissionária**

**Testemunha**

**Testemunha**



Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 13/11/2017, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>.



informando o código verificador **2339187** e o código CRC **1FEB3D07**.

---

Referência: Processo nº 53000.013949/2014-40

SEI nº 2339187

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20230001206280

Identificação do Requerente: CNPJ N° 27.317.809/0001-06

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **08/11/2023**, válida até **06/02/2024**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 08/11/2023.

Autenticação eletrônica: **000A.E338.6C40.80BE**



Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		27.317.809/0001-06									
RADIO GAETA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	<a href="#">047.865.806-00</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	108984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	<a href="#">069.145.697-62</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	4331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA      Data: 05/12/2023      Hora: 19:04:50

Dados da consulta

Resultado

### Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		047.865.806-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	047.865.806-00	RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Diretor (DIRETOR GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	108984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	194000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	BA	Itapetinga



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 069.145.697-62											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Mateus
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	4331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	6000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Sócio	127500	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Gabriel da Palha

Usuário: **69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data: **05/12/2023**

Hora: **19:05:51**

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data: **05/12/2023**

Hora: **19:06:27**

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ:**           **27.317.809/0001-06**


Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:07:25 do dia 05/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data/Hora: 05/12/2023 19:07:57

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO GAETA LTDA

Nº FISTEL: 50415786800

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 27317809000106

Situação: Não licenciada

Data Validade: 08/11/2007

+

 CADIN: Não

Incid. FUST: Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

+

 UF: ES

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower s/nº - - Salas 19, 20 e 21

Bairro: Praia do Morro

Município: Guarapari

CEP: 29220-060

UF: ES

End. Corresp.: Avenida Vitória 3144

Bairro: Bento Ferreira

Município: Vitória

CEP: 29050-800

UF: ES


Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito / Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	20/03/2018	R\$ 200,00	09/02/2018	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	03/03/2019	R\$ 1.000,00	20/02/2019	1.000,00	1.000,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	27/08/2020	330,00	330,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	27/08/2020	50,00	50,00	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	30/03/2021	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	29/03/2022	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	29/03/2022	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
6530	0	2022	26/08/2022	R\$ 184.490,75		0,00	0,00	0011	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	23/03/2023	330,00	330,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	23/03/2023	50,00	50,00	0013	Quitado	0,00
6530	0	2022	25/10/2023	R\$ 184.490,75	24/10/2023	184.490,75	184.490,75	0014	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	27/12/2023	R\$ 112,28	29/11/2023	112,28	112,28	0015	Quitado	0,00
Total devido em 05/12/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 05/12/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela  
BF - Benefício Fiscal




Agência Nacional de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita**> | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea



5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Estações

Voltar

1 total de registros		1 - 50		50	Atualizar	Filtrar																				
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
<div>Visualizar em PDF</div>	FM-C4 (Canal Licenciado)	27317809000106	RADIO GAETA LTDA	50415786800	P	Comercial	FM	230	ES	Guarapari		226		93.1	C		20° 37' 7.00" S	40° 30' 29.99" W	0.3	33.4		2	2023-11-27 14:43:42		57dbac5542afd	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.

Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1006036455	Número Indicativo: ZYS956
Data Último Licenciamento: 22/02/2019	Número da Licença: 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 37' 7.00" S	Longitude: 40° 30' 33.98" W	Cota da base: 120.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG300i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA-A0	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 40 m	Atenuação: 0.62 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.9 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPVFM2	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 135 °	Polarização: Vertical	HCI: 33.4 m	ERP Máxima: 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG1000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.07 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500015612016 12	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/201 8-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO GAETA LTDA</b>				CNPJ <b>27317809000106</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1006036455</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>20° 37' 7.00" S</b>	LONGITUDE <b>40° 30' 33.98" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rodovia do Sol - 4,9 km, nº .</b>	DISTRITO		
BAIRRO <b>Morro do Céu</b>	MUNICÍPIO <b>Guarapari</b>	UF <b>ES</b>	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 08/11/2027

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Guarapari UF: ES

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 93.1 MHz CANAL: 226

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 120.8

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYS956

NOME FANTASIA: RADIO GAETA DE GUARAPARI NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Guarapari

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Beira Mar BAIRRO: Praia do Morro

MUNICÍPIO: Guarapari UF: ES

NUMERO: s/n COMPLEMENTO: Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG300i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 0.044 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG1000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA MODELO: GPVFM2

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: 2 elementos

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 33.4 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 135 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: 0 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: LCF158-50JA-A0

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 05/12/2023 20:10:17

APLICAÇÃO

Emitido Em  
22/02/2019

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhhMQ==>





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
27.317.809/0001-06  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
29/07/1976

NOME EMPRESARIAL  
RADIO GAETA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
RADIO GAETA DE GUARAPARI

PORTE  
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER

NÚMERO  
SN

COMPLEMENTO  
SALAS 19, 20 E 21

CEP  
29.220-060

BAIRRO/DISTRITO  
PRAIA DO MORRO

MUNICÍPIO  
GUARAPARI

UF  
ES

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
NESTOR.FERNANDES@REDESIM.COM

TELEFONE  
(27) 3434-5700

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/12/2023 às 16:34:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06  
**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA  
**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/11/2023 a 19/12/2023

**Certificação Número:** 2023112001533545639460

Informação obtida em 06/12/2023 16:36:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 69747305/2023

Expedição: 06/12/2023, às 16:36:54

Validade: 03/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:37:22 do dia 06/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/06/2024.

Código de controle da certidão: **F01C.E72F.6FD4.88A3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO GAETA LTDA**

CPF/CNPJ: **27.317.809/0001-06**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 16:38:02 do dia 06/12/2023 , com validade até o dia 05/01/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 1BAFH6MzWwsPmLWcfPIE

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 53115.028421/2020-26**Entidade:** RÁDIO GAETA LTDA**CNPJ nº:** 27.317.809/0001-06**FISTEL nº:** 50415786800**Localidade:** Guarapari/ES**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 30/12/2020**Período:** 8/11/2017 a 8/11/2027**Tipo de outorga a ser renovada:**() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	6293602 Págs.1-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	
Declaração:  a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11194192 Págs. 2-3  11257579	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11257540 Págs.1-4</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Pág. 18</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	

4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11194192 Pág. 6	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11259771 Pág.1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 11259771 Pág.4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
		E 11204668		
		M 11194192 Pág. 8		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11257540 Pág.5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 11259771 Pág.4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
		FGTS 11259771 Pág.2		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11259771 Pág.3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10084061 Pág.5 <b>SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES</b>  10084061 Pág.6 <b>RUI CARLOS BAROMEU LOPES</b>	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim ( ) Não	11257540 Pág.13	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	( ) Sim (X) Não	11257540 Págs.6-8	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim ( ) Não	11030779	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	







**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 21839/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Gaeta Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 27.317.809/0001-26**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari/ES, vinculado ao **FISTEL nº 50415786800**, referente ao período de 8 de novembro de 2017 a 8 de novembro de 2027.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Guaracube Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 1977 (SUPER 11260012 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de novembro de 1977 (SUPER11260012 - Págs. 7-10). Ulteriormente, por intermédio da Portaria nº 421, de 20 de dezembro de 1979, publicada em 15 de janeiro de 1980, a pessoa jurídica foi autorizada a alterar sua razão social para Rádio Carioca de Guarapari Ltda (SUPER11260012 - Págs. 2-3). Por fim, a concessionária foi autorizada a alterar a sua razão social para **Rádio Gaeta Ltda**, nos termos da Exposição de Motivos nº 37/89-GM, publicada no dia 16 de maio de 1989, (SUPER 11260012 - Págs. 4-5).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 11260012 - Págs. 11-13).

8. Concernente ao período de **1987-1997**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 13 de setembro de 1988, gerando o protocolo nº 29117.000082/1988-45, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de maio de 1987 e 8 de agosto de 1987.

9. Naqueles autos, a então Delegacia no Estado do Espírito Santo e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga. Por meio Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de outubro de 1997, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 8 de novembro de 1987. Na sequência, os autos foram remetidos à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, por meio da Exposição de Motivos nº 249/MC, de 26 de setembro de 1997. No entanto, o decênio (1987-1997) venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.

10. No tocante ao período de **1997-2007**, a interessada protocolizou o requerimento de renovação no dia 17 de julho de 1999, conforme consta no Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER, gerando o protocolo nº 53660.000256/1999-03. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o prazo legal, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, ou seja, entre 8 de maio de 1997 e 8 de agosto de 1997. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

11. Inerente ao período de **2007-2017**, a concessionária apresentou o pedido de renovação no dia 27 de novembro de 2007, gerando o protocolo nº 53000.065682/2007-47, juntamente com parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado posteriormente ao encerramento do prazo legal vigente à época, qual seja, de 8 de maio de 2007 a 8 de agosto de 2007. De igual modo, o processo passou por várias análises, no entanto, o referido decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SUPER 11260075).

16. Pela análise dos autos, observa-se que, em **30 de dezembro de 2020**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 6293602 - Págs.1-2). Vê-se, portanto, o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de novembro de 2016 a 8 de novembro de 2017.

17. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, alusivos as decênios de **1987-1997, 1997-2007, 2007-2017 e 2017-2027**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

18. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

19. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER11200442). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

20. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

21. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11194192 - Pág. 18).

22. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art.

12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 5 de dezembro de 2023 (SUPER 11257540 - Págs. 1-4).

23. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Sandra Miranda Resegue Lopes compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de São Mateus/ES e São Gabriel da Palha/ES. Já o sócio Rui Carlos Baromeu Lopes participa do quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de São Mateus/ES e Itapetinga/BA, bem como o serviço de radiodifusão em onda média regional, na localidade de Itapetinga/BA.

24. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11257540 - Págs. 10-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão pela detentora da outorga (SUPER 11030779).

25. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11200442).

26. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11259771 - Pág. 1).

27. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

28. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-

MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

29. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

30. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

31. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 22 de fevereiro de 2019, com validade até 8 de novembro de 2027 (SUPER 11257540 - Págs. 9 e 13).

32. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de dezembro de 2023 (SUPER11257540 - Pág.5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER11257540 - Págs.6-8). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

33. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11260075).

## CONCLUSÃO

34. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.



35. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

36. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

37. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/12/2023, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259943** e o código CRC **3BDF83BB**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11259945)
- Minuta de Exposição de Motivos (11259946)

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO GAETA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/12/2023, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259945** e o código CRC **722A67D6**.

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21.839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259946** e o código CRC **ADC4B432**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à RÁDIO GAETA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/12/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11271652** e o código CRC **1AC63EF3**.





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 13 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria MCOM nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA.(CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/12/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11271658** e o código CRC **892DDA4D**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45151/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 11573/2023(11271658) e a Exposição de Motivos nº 550/2023 (11271658)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 21839/2023/MCOM (11259943), encaminho a Portaria nº 11573/2023(11271652) e a Exposição de Motivos nº 550/2023 (11271658), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 22/12/2023, às 19:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11271663** e o código CRC **43409ABB**.

26/12/2023, 16:08

Imprensa Nacional - recibo de recebimento de ofício

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:  
  
**Data de envio:** 26/12/2023 16:08:39  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10078136  
**Data prevista de publicação:** 27/12/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento  
  
As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21271325	PORTARIA MCOM NA 11573 - J.rtf	f47dcf0d3706ed66 e458a91ac0d991af	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 311,36

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/12/2023 | Edição: 245 | Seção: 1 | Página: 44

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 11.573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à RÁDIO GAETA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

--

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 1006036455	<b>Número Indicativo:</b> ZYS956
<b>Data Último Licenciamento:</b> 22/02/2019	<b>Número da Licença:</b> 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 20° 37' 7.00" S	<b>Longitude:</b> 40° 30' 33.98" W	<b>Cota da base:</b> 120.8 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG300i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF158-50JA-A0	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> 40 m	<b>Atenuação:</b> 0.62 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.9 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> GPVFM2	<b>Fabricante:</b> GOBER ELETRONICA LTDA				
<b>Ganho:</b> 3 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 135 °	<b>Polarização:</b> Vertical	<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>ERP Máxima:</b> 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG1000i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> kW



Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 0.07 kW	
RDS							
Código PI:							
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500015612016 12	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/201 8-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.106137/202 3-05	11207027	Ato	ORLE	30/11/2023	11/12/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115.028421/202 0-26	11573	Portaria	MC	13/12/2023	27/12/2023	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45712/2023/MCOM

Brasília, 27 de dezembro de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 550 (11271658)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 11573/2023 (11291459), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 550 (11271658), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 28/12/2023, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11293598** e o código CRC **64C64EB9**.

Brasília, 3 de janeiro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada em 27 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA. (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 122/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/01/2024, às 19:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11299386** e o código CRC **018C14BD**.

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

### IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>		<b>RÁDIO GAETA LTDA</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>27.317.809/0001-06</b>	<b>CEP da sede:</b>	<b>29.220-060</b>
<b>Endereço da sede:</b>	AVENIDA BEIRA MAR, S/Nº, GALERIA ED. FRAM TOWER, BAIRRO PRAIA DO MORRO, GUARAPARI-ESPIRITO SANTO,		
<b>E-mail de contato:</b>	jgaudio@redesim.com		
<b>Serviço a ser renovado:</b>	<input type="checkbox"/> em frequência modulada		
	<input type="checkbox"/> em ondas curtas		
	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		
	<input type="checkbox"/> em ondas médias		
	<input type="checkbox"/> em ondas tropicais		
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Período da renovação:</b>			
<b>Localidade da renovação:</b>	<b>GUARAPARI</b>	<b>UF:</b>	<b>ES</b>

Eu, **SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**, inscrito no CPF sob o nº 069.145697-62, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

  
**Assinatura do representante legal:**



- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.



**SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**

**CPF nº 069.145.697-62**

**Sócia Administradora**



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial <b>RADIO GAETA LTDA EPP</b> Natureza Jurídica <b>SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA</b>				
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE(sede) <b>32200099066</b>	CNPJ <b>27.317.809/0001-06</b>	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo <b>20/07/1976</b>	Data de Início de Atividade <b>20/07/1976</b>	
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) <b>AV. ALBERTO RAMALHETE COUTINHO, 1879, ED. F. T. SL 19,20 E 21, PRAIA DO MORRO, GUARAPARI, ES, 29.216-010</b>				
Objeto Social <b>ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MUSICA; ATIVIDADES DE RADIO.</b>				
Capital Social: <b>R\$14.526,00</b> <b>(QUATORZE MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS)</b> Capital Integralizado: <b>R\$14.526,00</b> <b>(QUATORZE MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS)</b>		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (lei complementar nº123/2006): <b>Empresa de pequeno porte</b>	Prazo <b>INDETERMINADO</b>	
Último Arquivamento Data: <b>06/12/11</b> Ato: <b>OFICIO</b> Evento(s): <b>OUTROS</b> Número: <b>1 10738446</b>			Situação <b>REGISTRO ATIVO</b>	
			Status <b>XXXXXXXXXXXXX</b>	
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato				
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
<b>RUI CARLOS BAROMEU LOPES</b> 047.865.806-00	11.984,00	SOCIO		XXXXXXXXXXXXX
<b>ALCEU NUNES DA FONSECA</b> 005.094.187-91	1.211,00	SÃ-CIO/ESPOLIO	SÓCIO/ESPOLIO	XXXXXXXXXXXXX
<b>SANDRA MIRANDA RESEQUE LOPES</b> 069.145.697-62	1.331,00	SOCIO	ADMINISTRADOR	XXXXXXXXXXXXX

HORA DA EXPEDICÃO: 18:38:14

CÓDIGO DE CONTROLE: 360336D40B22D642

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo de forma eletrônica podem ser verificados no endereço [www.jucees.es.gov.br/certidaoweb](http://www.jucees.es.gov.br/certidaoweb)

Vitória - ES, 23 de DEZEMBRO de 2020

Paulo Cezar Juffo  
SECRETÁRIO-GERAL

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º.

**Art 1º** . Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, habilidade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

RADIO GAETA LTDA EPP - HISTÓRICO DE ATOS ARQUIVADOS						
DATA	ATO	VIAS	FOLHAS	EVENTO	ARQUIVAMENTO	PROTOCOLO
06/12/11	901	1	1	OUTROS	1 10738446	110738446
07/10/11	316	1	1	ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE	20110869389	110869389
14/02/07	902	1	1	PENHORA DE COTAS	20070110069	070110069
17/01/05	002	1	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	20050004220	050004220
10/01/03	B05	1	4	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	030041066	030041066
23/10/01	B05	1	1	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	010566287	010566287
05/09/89	B05	1	13	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	104 846	508965918
05/09/89	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	104847.	508965926
02/12/83	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	60763	508965870
02/12/83	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	66276.	508965900
30/05/80	206	0		PROCURACAO	53049	508965888
30/05/80	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	53048.	508965896
18/10/77	002	0		ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	44.799	508965861
20/07/76	B02	1	7	REGISTRO/CONSTITUICAO	32200099066	508966019

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 32200099066	CNPJ 27.317.809/0001-06
NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO ESCRITURACAO CONTABIL DIGITAL	NÚMERO DO LIVRO 32
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	09094343797	FERNANDO DRAGO LORENCINI: 09094343797	152225186306049950 4	15/01/2020 a 14/01/2021	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	27317809000106	RADIO GAETA LTDA: 27317809000106	152225188055966585 9	30/05/2020 a 28/05/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.  
99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 28/07/2020 às 14:21:28  
BA.FE.B3.6E.8A.E4.D2.3B  
B7.CD.30.88.0C.C7.8E.DA

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: RADIO GAETA LTDA  
Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 27.317.809/0001-06  
Número de Ordem do Livro: 32  
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

### TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial RADIO GAETA LTDA  
NIRE 32200099066  
CNPJ 27.317.809/0001-06  
Número de Ordem 32  
Natureza do Livro ESCRITURACAO CONTABIL DIGITAL  
Município GUARAPARI  
Data do arquivamento dos atos constitutivos 20/07/1976  
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária  
Data de encerramento do exercício social 31/12/2019  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 11445

### TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial RADIO GAETA LTDA  
Natureza do Livro ESCRITURACAO CONTABIL DIGITAL  
Número de ordem 32  
Quantidade total de linhas do arquivo digital 11445  
Data de inicio 01/01/2019  
Data de término 31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

Página 1 de 1



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Entidade: RADIO GAETA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Número de Ordem do Livro: 32

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO**

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 238.201,60	R\$ 186.890,62
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 238.201,60	R\$ 186.890,62
(-) IMPOSTOS/CANCELAMENTOS DE VENDAS		R\$ (12.267,39)	R\$ (9.629,59)
(-) IMPOSTOS/CANCELAMENTOS DE VENDAS		R\$ (12.267,39)	R\$ (9.629,59)
(-) CUSTO DAS VENDAS		R\$ (225,00)	R\$ (8.145,16)
(-) CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS		R\$ (225,00)	R\$ (8.145,16)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (279.390,74)	R\$ (327.660,37)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (90.258,74)	R\$ (105.878,01)
(-) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		R\$ (149.370,28)	R\$ (183.294,35)
(-) DESPESAS DE VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (1.588,40)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (4.021,24)	R\$ (2.214,65)
(-) DEPRECIACAO E AMORTIZACAO		R\$ (34.620,48)	R\$ (34.620,48)
(-) OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)		R\$ (1.120,00)	R\$ (64,48)
(-) (+/-) RESULTADO FINANCEIRO		R\$ (21.683,71)	R\$ (22.033,69)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 217,18	R\$ 135,21
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (21.900,89)	R\$ (22.168,90)
(-) IRPJ/CSLL		R\$ (14.887,56)	R\$ (14.399,20)
(-) IRPJ/CSLL		R\$ (14.887,56)	R\$ (14.399,20)
(-) (=) RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R\$ (90.252,80)	R\$ (194.977,39)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

Página 1 de 1



**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: RADIO GAETA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Número de Ordem do Livro: 32

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO**

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 332.657,14	R\$ 229.982,85
CIRCULANTE		R\$ 142.903,08	R\$ 117.110,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		R\$ 45.389,33	R\$ 54.756,44
Contas a Receber		R\$ 63.731,75	R\$ 62.354,41
Adiantamentos		R\$ 33.782,00	R\$ 0,00
NAO CIRCULANTE		R\$ 189.754,06	R\$ 112.872,00
Realizável a Longo Prazo		R\$ 45.762,48	R\$ 3.500,90
Imobilizado		R\$ 143.991,58	R\$ 109.371,10
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 332.657,14	R\$ 229.982,85
CIRCULANTE		R\$ 747.006,73	R\$ 839.309,83
Fornecedores		R\$ 6.577,77	R\$ 8.482,16
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 13.555,81	R\$ (0,00)
Obrigações Fiscais		R\$ 1.756,20	R\$ 2.648,18
Obrigações Trabalhistas e Sociais		R\$ 10.905,73	R\$ 15.088,27
Contas a Pagar		R\$ 714.211,22	R\$ 813.091,22
(-) PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ (414.349,59)	R\$ (609.326,98)
Capital Social		R\$ 14.526,00	R\$ 14.526,00
(-) Lucros/Prejuízos Acumulados		R\$ (428.875,59)	R\$ (623.852,98)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CE.D7.34.D0.E2.4B.10.89.53.3B.21.C0.99.99.8D.4F.4B.00.99.E3-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.6 do Visualizador

Página 1 de 1





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suã, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NATUREZA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (FALÊNCIA E CONCORDATA)**

### Dados da Certidão

**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA

**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

**Data de Expedição:** 28/12/2020 10:37:04

**Validade:** 30 DIAS

**Nº da Certidão:** \* 2018863150 \*

-- ENDEREÇO --

**Município:** GUARAPARI

**Bairro:** PRAIA DO MORRO

**Logradouro:** AVENIDA BEIRA MAR - EDIFICIO FRAM TOWER

**Número:** S/N

**Complemento:** SALAS 19, 20 E 21

**CEP:** 29.220-060

-- CONTATO --

**Email:** JGAUDIO@REDESIM.COM.BR

**Telefone Fixo:** - NÃO INFORMADO -

**Telefone Celular:** (27) 99711-6416

**CERTIFICA** que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante.

### Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 352 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) -, utilizando o número da certidão acima identificado;
- Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
- As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item e);
- As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de execução penal e de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
- As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
- A base de dados do sistema de gerenciamento processual (1ª INSTÂNCIA: eJUD, SIEP, PROJUDI, PJe-1G; 2ª INSTÂNCIA: Sistema de Segunda Instância) contém o registro de todos os processos distribuídos no Judiciário do Estado do Espírito Santo, com exceção do SEEU e PJe-2G.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.317.809/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/07/1976
NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAETA DE GUARAPARI		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER	NÚMERO SN	COMPLEMENTO SALAS 19, 20 E 21
CEP 29.220-060	BAIRRO/DISTRITO PRAIA DO MORRO	MUNICÍPIO GUARAPARI
	UF ES	
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/12/2020 às 10:59:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:26:06 do dia 16/06/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/12/2020.

Código de controle da certidão: 05D3.FCCF.35FA.7B70

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BRASIL  
(HTTPS://GOV.BR)

**Relação das certidões emitidas por data de validade**

CNPJ: 27.317.809/0001-06 - RADIO GAETA LTDA

Período: 01/01/2020 a 28/12/2020

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Segunda via
<u>05D3.FCCF.35FA.7B70</u>	Negativa	16/06/2020 09:26:06	13/12/2020	Válida Prorrogada até 12/01/2021	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
874D.141E.58C5.1223	Negativa	11/05/2020 11:50:17	07/11/2020	Expirada Prorrogada até 07/12/2020	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
F17C.0CB0.D4F4.C87E	Negativa	31/03/2020 17:29:41	27/09/2020	Expirada Prorrogada até 27/10/2020	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
6C1E.CDDF.C6A8.AD3D	Negativa	27/02/2020 11:23:18	25/08/2020	Expirada Prorrogada até 23/12/2020	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda
7E8F.64A9.DF5D.7F93	Negativa	05/08/2019 13:37:36	01/02/2020	Expirada	(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar/EmiteSegunda

◀◀ 1 2 ▶▶

Expirada: A data de validade da certidão expirou. Os atos praticados entre a data de emissão e data de validade da certidão permanecem válidos.

Expirada Prorrogada: A data de validade da certidão expirou. O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

Válida Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar)





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20200000598139

Identificação do Requerente: CNPJ N° 27.317.809/0001-06

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **28/12/2020**, válida até **28/03/2021**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 28/12/2020.

Autenticação eletrônica: **0014.A831.20C0.96AF**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

29217-080 - RUA ALENCAR MORAES DE REZENDE, 100 JARDIM BOA VISTA GUARAPARI  
ES

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

Número 751048/2020

Data Geração: 24/11/2020

Data Validade: 24/02/2021

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

### **Identificação**

Crc 41199

Contribuinte RADIO GAETA LTDA EPP

CNPJ ou CPF 27.317.809/0001-06

Inscrição Estadual ou RG 0

Endereço 29216010 - BEIRA MAR, 0 ED FRAM TOWER SALAS-19,20 E 21

Bairro PRAIA DO MORRO Cidade: GUARAPARI Estado: ES

Data Emissão: 24/11/2020

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<http://guarapari.es.gov.br>

Número: 751048/2020

Inscrição: 41199

**ATENÇÃO:** Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

*Certidão Emitida Gratuitamente*





Menu Principal ▾

BOM DIA  
JOSE MARIA VALLADARES GAUDICSistemas  
InterativosBOLETO »» **Nada Consta**

menu ajuda



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO GAETA LTDA**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:56:50 do dia 28/12/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/01/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06

**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA

**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/12/2020 a 24/01/2021

**Certificação Número:** 2020122601350644155509

Informação obtida em 28/12/2020 11:01:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 34697815/2020

Expedição: 28/12/2020, às 11:03:14

Validade: 25/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Publicar e sugestões: [cndt.tst.jus.br](http://cndt.tst.jus.br)

# LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

## IDENTIFICAÇÃO

### ENTIDADE

<b>Razão Social:</b>	RÁDIO GAETA LTDA.			
<b>CNPJ:</b>	27.317.809/0001-06			
<b>Endereço Sede:</b>	AV. BEIRA MAR, S/N – GALERIA FRAM TOWER – SALAS 19,20 E 21			
<b>Município:</b>	GUARAPARI	<b>UF:</b>	ES	<b>CEP:</b> 29.220-060
<b>E-mail contato:</b>	jgaudio@redesim.com.br			

### EMISSORA

Serviço:	X	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada			
		Radiodifusão de Sons e Imagens			
		Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital			
Canal:	226	Classe:	C	Prefixo:	ZYS956
Frequência (MHz): (*)	Video (TV)	Áudio (FM/TV)		93,10	
Potência (kW) :	0.044				
Localidade da Outorga:	GUARAPARI				UF: ES

### PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

Nome completo:	JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO		
CREA nº:	002739/D	UF:	ES
E-mail de contato:	jgaudio@globo.com		

(\*) – Não se aplica a TVD.

## VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

### LOCALIZAÇÃO

<b>Endereço:</b>	RODOVIA DO SOL, 4,9 KM,S/N – MORRO DO CÉU					
<b>Município:</b>	GUARAPARI			<b>UF:</b>	ES	<b>CEP:</b> 29220000
<b>Coordenadas Geográficas medidas</b>	Latitude :	20	°	37	'	07 , 00 " S (S/N)
	Longitude:	40	°	30	'	33 , 98 " O (L/O)

### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

<b>Sistema Irradiante Principal:</b>	Fabricante:	<b>Gobber Eletrônica Ltda.</b>				
	Modelo:	<b>GPVFM2</b>				
	Polarização:	Horizontal	X	Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):	<b>135</b>				
	Nº de elementos:	<b>2</b>				
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): <b>33,40</b>					
<b>Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:					
	Modelo:					
	Polarização:	Horizontal		Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):					
	Nº de elementos:					
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):					
<b>Linha de Transmissão Principal:</b>	Fabricante:	<b>RFS</b>				
	Modelo:	<b>LCF 158-50JA-A0</b>				
	Comprimento medido (m):	<b>40,00</b>				
<b>Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:					
	Modelo:					
	Comprimento medido (m):					
<b>Transmissor Principal:</b>	Fabricante:	<b>Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment</b>				
	Modelo:	<b>ETG300i</b>				
	Homologação:	<b>027381200422</b>				
	Potência de operação medida (kW):	<b>0.0442</b>				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	<b>93,100002</b>	
<b>Transmissor Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:	<b>Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment</b>				
	Modelo:	<b>ETG1000i</b>				
	Homologação:	<b>027381200422</b>				
	Potência de operação medida (kW):	<b>0.0443</b>				
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)		Áudio (FM/TV)	<b>93.100001</b>	

(\*) – Não se aplica a TVD.

**ESTÚDIO PRINCIPAL**

**Endereço:** AV. BEIRA MAR, S/N – GALERIA FRAM TOWER –SALAS 19,20 E 21  
**Município:** GUARAPARI **UF:** ES **CEP:** 29216010

**ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)**

**Endereço:**  
**Município:** **UF:** **CEP:**

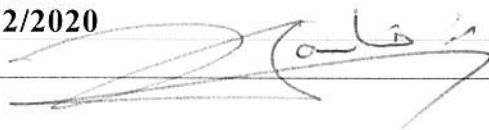
**RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS**

Analizador de áudio: Marca: Potomac Instruments Inc.- Modelo: AA-51-Número de série: 1256:  
Gerador de áudio: Marca: LEADER ELETRONICS CORP. - Modelo: LAG 126 S- Número de série: 8060235- Precisão: +/- 5%  
Frequencímetro: Marca: LEADER ELETRONICS CORP- Modelo: LDC-823 S- Número de série: 80.70622- Precisão: +/- 5%  
Osciloscópio: Marca: TEKTRONIX INC- Modelo: 2213- Número de série: M 50226- Precisão: +/- 5%  
Medidor de intensidade de campo: Marca: Potomac Instruments, Inc. Modelo: FIM 71- Número de série: 495- Precisão: +/- 2%  
Wattímetro: Marca: BIRD ELETRONIC CORP- Modelo: modelo 6810-309-7- Número de série: 5215- Precisão: +/- 2%  
Monitor de Modulação: Marca: TFT TIME AND FREQUENCY TECHNOLOGY - Modelo: 763- Número de série: 1127-38  
Monitor Estéreo: Marca: TFT TFT TIME AND FREQUENCY TECHNOLOGY- Modelo: 724A - Número de série: 1037-35  
Analizador de áudio: Marca: Potomac Instruments Inc.:Modelo: AA-51:Número de série: 1256  
Analisador de Espectros: Marca: Hameg - Modelo: HM 5006-Número de série: P02451

**OBSERVAÇÕES ADICIONAIS**

**RESPONSÁVEL PELA VISTORIA**

**Nome do Vistoriador:** JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO  
**CREA/ ES Nº:** 002739/D  
**Local / Data:** 24/12/2020  
**Assinatura:**





## **A N E X O S**

### **DECLARAÇÕES**

#### **PROFISSIONAL HABILITADO**

DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 23/12/2020;
- (c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: Guarapari-ES

Data: 24/12/2020

Nome do Profissional Habilitado: JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO

CREA/ES Nº: 002739/D



Assinatura do Profissional Habilitado

#### **ENTIDADE**

Declaro que o Sr. JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO, esteve nesta cidade de Guarapari, no Estado do Espírito Santo, no dia 23/12/2020 vistoriando as instalações de nossa emissora de frequência modulada.

Local: Guarapari/ES

Data: 26/12/2020

Nome dos Representantes Legais: SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES

Cargos que exercem na Entidade: SÓCIA ADMINISTRADORA



Assinatura dos Representante Legal

***ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART***

*[ Anexar ART devidamente quitada e assinada pelo Profissional Habilitado e pelo Representante Legal da Entidade ]*



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço

0820200123495

ART Individual

### 1. Responsável Técnico

**JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO**

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

Empresa contratada: **SERVIÇO AUTÔNOMO**

RNP: 0802472095

Registro: ES-002739/D

Registro: 999999



### 2. Dados do Contrato

Contratante: **RADIO GAETA LTDA EPP**

Rua: **AV BEIRA MAR-GAL. FRAM TOWER**

Complemento: **SALAS 19, 20 E 21**

Cidade: **GUARAPARI**

Telefone: **2733626407**

Contrato: **0**

Valor do Contrato/Honorários: **R\$2.500,00**

CPF/CNPJ: **27317809000106**

Nº: **S/N**

CEP: **29220060**

Bairro: **PRAIA DO MORRO**

UF: **ES**

Nº do Aditivo: **0**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

### 3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **RODOVIA DO SOL, KM 4,9**

Complemento: **MORRO DO CÉU**

Cidade: **GUARAPARI**

Data de início: **22/12/2020**

Proprietário: **RADIO GAETA LTDA**

Bairro: **MORRO DO CÉU**

UF: **ES**

Prev. Término: **24/12/2020**

Nº: **S/N**

Quadra **Lote**

CEP: **29220000**

Coord. Geogr.: **20° 37' 07" S, 40° 30' 34" W**

CPF/CNPJ: **27317809000106**

### 4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): **0** Nº Pavimento(s): **0**

Dimensão/Quantidade: **0**

Unidade de medida: **M2**

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): **49 - 16.5 - LAUDO**

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: **100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

NÍVEL: **104 - EXECUÇÃO**

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): **2303 - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES**

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: **1199 - OUTRAS OBRAS SERVIÇOS ELÉTRICAS TELEFÔNICAS TELECOMUNICAÇÕES**

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): **100 - NENHUM**

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

### 5. Observações

ELABORAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA PARA FINS DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE UMA ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA, NA LOCALIDADE DE GUARAPARI-ESPIRITO SANTO, DE PROPRIEDADE DESTA ENTIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES / ANATEL.

### 6. Declarações

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

### 7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

### 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

**JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO - CPF: 55786413772**

**RADIO GAETA LTDA EPP - CPF/CNPJ: 27317809000106**

### 9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.creaes.org.br](http://www.creaes.org.br) ou [www.confes.org.br](http://www.confes.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.creaes.org.br](http://www.creaes.org.br)  
tel: (27)3134-0046

[creaes@creaes.org.br](mailto:creaes@creaes.org.br)  
[art@creaes.org.br](mailto:art@creaes.org.br)



Valor ART: R\$ 88,78

Registrada em: 24/12/2020

Data de pagamento: 29/12/2020

Valor Pago: R\$ 88,78

Nosso Número: 14000000007476073

4ª Alteração 30/12/86

Reg 104846 (05/09/89)

32 00227 0104



JUIZES  
REG. SUB. HS

104846

3/15

RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA

CGC 27.317.809/0001 -06

4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

MANOEL DUARTE MATOS, BRASILEIRO, CASADO, COMERCIANTE, RG 99.428 ES, CPF 086.012.837-72, RESIDENTE NA RUA JOSÉ CAPISTRANO NOBRE, 109 APTO 401 EM GUARAPARI - ES, ONDE É DOMICILIADO; LUIZ DE MENEZES, BRASILEIRO, CASADO, ODONTÓLOGO, RG 256.214 MG, CPF 004.311.766-00, RESIDENTE NA RUA TIRADENTES 432, EM ITABIRA-MG, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR BASTANTE PROCURADOR ADIANTE ASSINAD, CONFORME O INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO, EM ANEXO, QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA; JOSÉ CARLOS AZE, BRASILEIRO, CASADO, ADVOGADO, RG 587.859 MG, CPF 074.604.066-00, RESIDENTE NA RODOVIA DO SOL S/N - PRAIA SANTA MÔNICA, EM GUARAPARI-ES, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR BASTANTE PROCURADOR ADIANTE ASSINAD, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO DE MANDATO PARTICULAR EM ANEXO E QUE FICA / FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA; ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO, BRASILEIRA, CASADA, ADVOGADA, RG ..... 02300679-4 RJ, CPF 299.143.703-30, RESIDENTE À RUA MARQUES DE SÃO VICENTE 287, APTO 901, NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADA; PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO, BRASILEIRO, CASADO, INDUSTRIAL, RG. 1.894.049 RJ, CPF 100.131.997-49, RESIDENTE NA RUA MARQUES DE SÃO VICENTE 287, APTO 901 NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADO; ALBERTO DE ALMEIDA, BRASILEIRO, CASADO, PUBLICITÁRIO, RG 595.371 RJ, CPF 008.310.507-72, RESIDENTE NA RUA VISCONDE DE ABAETÉ 37, NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA BASTANTE PROCURADORA,



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature and stamp]



ADIANTE ASSINADA, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO EM ANEXO E QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA; E SIDNEY COSTA DE MIRANDA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, DO COMÉRCIO, RG 1.404.027 -RJ CPF 038.069.447-68, RESIDENTE NA AV. MERITI 2.487 A PTO 201, NO RIO DE JANEIRO-RJ, ONDE É DOMICILIADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA BASTANTE PROCURADORA, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO EM ANEXO E QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA, TODOS, ACIMA, REPRESENTANDO 91,66% (NOVENTA E UM VÍRGULA SESSENTA E SEIS POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA, ANTIGA RÁDIO GUARACLUBE LTDA, SOCIEDADE COMERCIAL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA QUE TEM SEU ATO CONSTITUTIVO ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR DESPACHO DE 20 DE JULHO DE 1.976, SOB O Nº 40.029 E POSTERIORES ALTERAÇÕES ARQUIVADAS NA MESMA REPARTIÇÃO SOB OS NÚMEROS E DATAS SEGUINTE: 32200099066 AOS ; 53.048 AOS 30/05/80 E 66.276 AOS 02/12/83, R E - S O L V E M PROMOVER A PRESENTE ALTERAÇÃO CONTRATUAL NA FORMA ABAIXO:

I.- EM OBEDIÊNCIA AO QUE DISPÕE O DECRETO-LEI 2284/86 O CAPITAL SOCIAL DE CR\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL CRUZEIROS) É CONVERTIDO PARA Cz\$ 600,00 (SEISCENTOS CRUZADOS) E FICA REPRESENTADO POR 600 (SEISCENTAS) COTAS NO VALOR UNITÁRIO DE Cz\$ 1,00 (UM CRUZADO);

II.- OS SÓCIOS LUIZ DE MENEZES; JOSÉ CARLOS AZZE E ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO, QUE SÃO PROPRIETÁRIOS E POSSUIDORES DE 100 (CEM) COTAS DO CAPITAL SOCIAL, NO VALOR DE Cz\$ Cz\$ 100,00 (CEM CRUZADOS), CADA UM, CEDEM E TRANSFEREM AS SUAS COTAS



NO TOTAL DE 300(TREZENTAS),TOTALIZANDO CZ\$ 300,00(TREZENTOS CRUZADOS),COMO DE FATO CEDIDAS E TRANSFERIDAS AS TÊM,AO JÁ COTISTA MANOEL DUARTE MATOS,ACIMA QUALIFICADO. Os CEDENTES RETIRAM-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE DANDO QUITAÇÃO A ESTA E AO CESSIONÁRIO;

III.- O SÓCIO PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO,PROPRIETÁRIO E POSSUIDOR DE 50(CINQUENTA)COTAS DO CAPITAL SOCIAL NO VALOR DE CZ\$ 50,00(CINQUENTA CRUZADOS) CEDE E TRANSFERE ESSAS COTAS,COMO CEDIDAS E TRANSFERIDAS AS TEM,AO JÁ COTISTA MANOEL DUARTE MATOS,ACIMA QUALIFICADO. O CEDENTE RETIRA-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE,DANDO QUITAÇÃO À ESTA E AO CESSIONÁRIO;

IV.- O SÓCIO SIDNEY COSTA DE MIRANDA,QUE É PROPRIETÁRIO E POSSUIDOR DE 50(CINQUENTA)COTAS DO CAPITAL SOCIAL,NO VALOR TOTAL DE CZ\$ 50,00(CINQUENTA CRUZADOS)CEDE E TRANSFERE,COMO CEDIDAS E TRANSFERIDAS TEM, 45(QUARENTA E CINCO)DESSAS COTAS,NO VALOR DE Cz\$ 45,00(QUARENTA E CINCO CRUZADOS)AO JÁ COTISTA MANOEL DUARTE MATOS,ACIMA QUALIFICADO E AS RESTANTES 05(CINCO)-COTAS NO VALOR DE CZ\$ 5,00(CINCO CRUZADOS)AO NOVO COTISTA ORA ADMITIDO À SOCIEDADE,SR CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO,BRASILEIRO,CASADO,EMPRESÁRIO,RG 131.862 ES, CPF 201.612.717-15,RESIDENTE NA AV SANT'ANA 46,EM MEAIBE-GUARAPARI-ES,ONDE É DOMICILIADO. O CEDENTE RETIRA-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE DANDO QUITAÇÃO À ESTA E AOS CESSIONÁRIOS;

V.- O SÓCIO ALBERTO DE ALMEIDA,QUE É PROPRIETÁRIO E POSSUIDOR DE 50(CINQUENTA)COTAS DO CAPITAL SOCIAL NO VALOR TOTAL DE Cz\$ 50,00(CINQUENTA CRUZADOS),CEDE E TRANSFERE , COMO CEDIDAS E TRANSFERIDAS TEM,A TOTALIDADE DESSAS COTAS AO NOVO COTISTA RECÉM ADMITIDO,CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO,ACIMA QUALIFICADO.O CEDENTE RETIRA-SE DEFINITIVAMENTE DA SOCIEDADE,DANDO A ESTA E AO CESSIONÁRIO QUITAÇÃO.

VI.- FEITAS A CONVERSÃO E AS TRANSFERÊNCIAS ACIMA DES







DESCRITAS, O QUADRO SOCIAL DESTA ENTIDADE PASSA A TER A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

MANOEL DUARTE MATOS.....	495 COTAS, Cz\$	495,00
CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO.....	55 COTAS, Cz\$	55,00
ESPÓLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA.....	50 COTAS, Cz\$	50,00
TOTAIS.....	<u>600 COTAS, Cz\$</u>	<u>600,00</u>

VII.- RESOLVEM OS SÓCIOS MODIFICAR A RAZÃO SOCIAL DESTA ENTIDADE PARA "RÁDIO GAETA LIMITADA", ADOTANDO A DENOMINAÇÃO FANTASIA DE "RÁDIO GAETA DE GUARAPARI" E, POR CONSEQUÊNCIA, TRANSFERIR A GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE AO COTISTA MANOEL DUARTE MATOS, DISPENSANDO-O DE CAUÇÃO E, AINDA, CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL REESTRUTURANDO-O PARA VIGORAR, DORAVANTE, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

### "RÁDIO GAETA LIMITADA,

#### CONTRATO SOCIAL

#### DA DENOMINAÇÃO DA SEDE E DO OBJETO

#### CLÁUSULA I

A RÁDIO GAETA LIMITADA, COM SEDE NA CIDADE DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, É UMA SOCIEDADE COMERCIAL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, CONSTITUIDA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO QUE REGE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA E O DECRETO Nº 3.708 DE 1.919.

PARÁGRAFO ÚNICO: EM SUAS IRRADIAÇÕES NA CIDADE DE GUARAPARI-ES, ESTA SOCIEDADE SE IDENTIFICARÁ COMO "RÁDIO GAETA DE



100000  
R\$ 600,00

104846

8/15  
FLS.05

GUARAPARI".

32 00227 0109

## CLÁUSULA II

A SOCIEDADE TEM POR OBJETIVO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA DE QUAISQUER MODALIDADES, EM QUAISQUER LOCALIDADES DO PAÍS, DESDE QUE, PARA TANTO, O GOVERNO FEDERAL LHE OUTORGUE PERMISSÃO (ÕES) E, OU CONCESSÕES, PODENDO PARALELAMENTE EXPLORAR A PROPAGANDA COMERCIAL E A MÚSICA FUNCIONAL, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICÁVEL, REGULADORA DA EXECUÇÃO DESSES SERVIÇOS QUE VISAM FINS PATRIÓTICOS, CÍVICOS, EDUCACIONAIS E RECREATIVOS.

PARÁGRAFO ÚNICO:-A SOCIEDADE PODERÁ INSTALAR ESTAÇÕES RADIODIFUSORAS, SERVIÇOS ESPECIAIS DE MÚSICA FUNCIONAL, ESTÚDIOS AUXILIARES E ABRIR E FECHAR SUCURSAIS, ESCRITÓRIOS E FILIAIS EM QUAISQUER PARTES DO PAÍS, OBSERVADOS OS REGULAMENTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS ESPECÍFICOS.

## DO CAPITAL E DA RESPONSABILIDADE

## CLÁUSULA III

O CAPITAL SOCIAL, INTEIRAMENTE INTEGRALIZADO EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, É DE Cz\$ 600,00 (SEISCENTOS CRUZADOS) REPRESENTADO POR 600 (SEISCENTAS) COTAS NO VALOR NOMINAL DE Cz\$ 1,00 (UM CRUZADO) CADA UMA E ASSIM DISTRIBUIDO ENTRE OS SÓCIOS:

MANOEL DUARTE MATOS.....	495	COTAS, Cz\$	495,00
CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO.....	55	COTAS, Cz\$	55,00
ESPÓLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA.....	50	COTAS, Cz\$	50,00
TOTAL.....	600	COTAS, Cz\$	600,00





§ 1º - AS COTAS REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL SÃO INDIVISÍVEIS E PARA CADA UMA DELAS A SOCIEDADE RECONHECE APENAS UM ÚNICO PROPRIETÁRIO.

§ 2º - A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É LIMITADA ATÉ O VALOR DO CAPITAL SOCIAL, NOS TERMOS DO ART. 2º IN FINE DO DECRETO 3708 DE 1.919.

### DA ADMISSÃO DE SÓCIOS E DA CESSÃO DE COTAS

#### CLÁUSULA IV

É VEDADA A PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA, SOB QUALQUER FORMA, ÀS PESSOAS / JURÍDICAS E AOS ESTRANGEIROS NESTA SOCIEDADE, QUE SÓ ADMITIRÁ BRASILEIROS E PESSOAS NATURAIS.

#### CLÁUSULA V

OCORRENDO A HIPÓTESE DE QUALQUER SÓCIO DESEJAR TRANSFERIR A TOTALIDADE OU PARTE DAS SUAS COTAS, TERÃO PREFERÊNCIA ABSOLUTA PARA AQUISIÇÃO OS DEMAIS SÓCIOS, NA PROPORÇÃO DIRETA DAS COTAS QUE JÁ POSSUÍREM, DEVENDO O INTERESSADO EM TRANSFERIR COMUNICAR A SUA INTENÇÃO / POR ESCRITO AOS DEMAIS, CONCEDENDO-LHES UM PRAZO NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS PARA SE MANIFESTAREM.

### DO PRAZO E DO FALECIMENTO

#### CLÁUSULA VI

A DURAÇÃO DA SOCIEDADE É POR PRAZO INDETERMINADO, OBSERVANDO-SE NA SUA DISSOLUÇÃO OS PRECEITOS DA LEI ESPECÍFICA E DA QUE FOR APLICÁVEL.



CLÁUSULA VII

32 00227 0111

OCORRENDO O FALECIMENTO DE QUALQUER SÓCIO A SOCIEDADE NÃO SE DISSOLVERÁ, PROCEDENDO-SE ENTÃO A UM BALANÇO GERAL E PAGANDO-SE AOS SUCESSORES E, OU, HERDEIROS DO SÓCIO FALECIDO O VALOR DO SEU CAPITAL, ACRESCIDO DOS CRÉDITOS E LUCROS QUE POSSUA NA SOCIEDADE, OU ABATIDOS OS DÉBITOS E PREJUÍZOS, CONFORME A HIPÓTESE QUE OCORRER, APURADOS / ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS EM QUE TIVER OCORRIDO O FALECIMENTO,

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO-LABORECLÁUSULA VIII

O(S) ADMINISTRADOR(ES) DESTA ENTIDADE SERÁ(ÃO) SEMPRE BRASILEIRO(S) NATO(S) E A SUA POSSE NO(S) RESPECTIVO(S) CARGO(S) SOMENTE OCORRERÁ APÓS APROVAÇÃO DO(S) SEU(S) NOME(S) PELO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA IX

A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE SERÁ EXERCIDA PELO COTISTA MANOEL DUARTE MATOS, QUE USARÁ DE TODOS OS PODERES NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DOS FINS SOCIAIS, FICANDO INVESTIDO DE PODERES PARA REPRESENTAR A SOCIEDADE ATIVA E PASSIVAMENTE, EM JUÍZO E FORA DELE, PODENDO TRANSIGIR, RENUNCIAR, DESISTIR, FIRMAR COMPROMISSOS, FAZER ACORDOS, CONTRAIR OBRIGAÇÕES E PRATICAR TODOS OS ATOS NORMAIS DE GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE CAUÇÃO OU QUALQUER OUTRA GARANTIA.

§ 1º - A SOCIEDADE PODERÁ FAZER-SE REPRESENTAR EM JUÍZO E FORA DELE POR PROCURADOR(ES), BRASILEIRO(S) NATOS(S), COM OS PODERES EXPRESSOS NOS RESPECTIVOS MANDATOS, CUJA OUTORGA, QUANDO FOR O CASO, SERÁ PRECEDIDA DE ANUÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL.





JUL 1969  
NOT. 000 000

104.846



32 00227 0112

§ 2º - A NOMEAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE PROCURADORES, ADVOGADOS, PARA  
FINS JUDICIAIS E CONFORME DISPÕE O ART. 70 E §§ DA LEI 4215  
DE 27 DE ABRIL DE 1.963, INDEPENDERÁ DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO  
FEDERAL.

#### CLÁUSULA X

O DIRETOR FARÁ JUS A UM PRÓ-LABORE MENSAL, FIXADO DE COMUM ACORDO  
ENTRE OS SÓCIOS E QUE SERÁ DEVIDO A PARTIR DA DATA EM QUE ESTE INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL FOR ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL.

#### DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO

#### CLÁUSULA XI

O ANO SOCIAL COINCIDE COM O CIVIL. ANUALMENTE NO DIA 31 DE DEZEMBRO,  
SERÁ LEVANTADO UM BALANÇO GERAL PARA APURAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO. OS LUCROS OU PREJUÍZOS APURADOS SERÃO SUPOSTOS ENTRE OS SÓCIOS, NA PROPORÇÃO DAS COTAS QUE POSSUIREM, OU FICARÃO ESCRITURADOS EM TÍTULO PRÓPRIO DA CONTABILIDADE.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA XII

AS COTAS REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL SÃO INTRANSFERÍVEIS, INALIENÁVEIS E INCAUCIONÁVEIS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, A ESTRANGEIROS E ÀS PESSOAS JURÍDICAS, DEPENDENDO QUALQUER ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL.

#### CLÁUSULA XIII

*[Handwritten signatures and initials]*



*[Handwritten signature]*  
SC ROGER  
Mat

JUL 28 1989  
RUA 500 Nº 2

104.846



CLÁUSULA XIII

32 00227 0113

AS DELIBERAÇÕES SOCIAIS SERÃO VÁLIDAS COM A ASSINATURA DE SÓCIOS QUE REPRESENTEM EM CONJUNTO 75%(SETENTA E CINCO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL.

DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

CLÁUSULA XIV

OS CASOS OMISSOS NO PRESENTE CONTRATO SERÃO RESOLVIDOS DE COMUM ACORDO ENTRE OS SÓCIOS, BUSCANDO-SE SUBSÍDIOS EM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESPECIALMENTE NO DECRETO Nº 3.708 DE 10 DE JANEIRO DE 1.919, E NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO.

CLÁUSULA XV

É ELEITO O FORO DA COMARCA DE GUARAPARI, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, PARA CONHECER DE QUALQUER PENDÊNCIA ORIUNDA DESTE CONTRATO.

VIII.- ASSIM, POR ESTAREM EM TUDO JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO DE 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA, ORA TRANSFORMADA NA RÁDIO GAETA LIMITADA, JUNTAMENTE COM DUAS TESTEMUNHAS. ESTE DOCUMENTO É DATILOGRAFADO EM 10(DEIZ) VIAS, APENAS NO ANVERSO, TENDO CADA UMA DE LAS 10(DEIZ) FOLHAS. O ARQUIVAMENTO DESTE INSTRUMENTO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO OCORRERÁ APÓS EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL. OS SÓCIOS DECLARAM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO ESTÃO INCURSOS EM QUALQUER DOS CRIMES PREVISTOS EM LEI OU NAS RESTRIÇÕES LEGAIS QUE POSSAM IMPEDI-LOS DE EXERCER ATIVIDADES MERCANTIS.

GUARAPARI, 30 DE DEZEMBRO DE 1.986



ASS. MANOEL DUARTE MATOS

ASS. LUIZ DE MENEZES  
PP.





ASS. JOSÉ CARLOS AZZE

PP.

ASS. ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO

ASS. PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO

ASS. ALBERTO DE ALMEIDA

PP.

ASS. SIDNEY COSTA DE MIRANDA

ASS. CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO

TESTEMUNHAS:

1:-

NOME: PEDRO PAULO FERNANDES

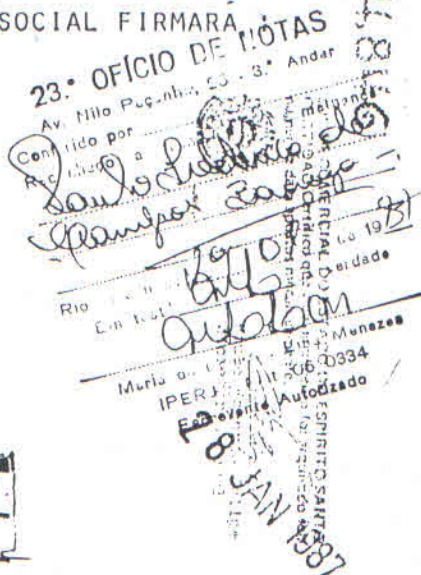
2:-

NOME: PAULO CESAR DE OLIVEIRA SIMÕES

DECLARAÇÃO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

O DIRETOR, NO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL FIRMARÁ

P. RÁDIO GAETA LIMITADA

 MANOEL DUARTE MATOS  
DIRETOR.


16.º OFÍCIO DE NOTAS

ANT. RAUL SÁ FILHO

TABELIÃO

Lygia Sholl

Substituto Responsável:

IONE GARCIA DE SOUZA SÁ

(mat. 06/1345)

Téc. Judiciário Autorizado:

PAULO ROGÉRIO E. ALVES

Mat. 06/1536

SUCURSAL LEBLON

Av. Ataulfo de Paiva n.º 591

Tels. 259-0547 - 259-0647 - 214-2444

Reconheço por semelhança

firma

Rio de Janeiro, 29 de 01 de 1982

Em testemunho da verdade.

**RADIO GAETA LIMITADA**  
**CNPJ N. 27.317.809/0001-06**



MANOEL DUARTE MATOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua São José Capitão Nobre, 109, apto. 401, Guarapari(ES), CEP: 29.200.000, portador da Cédula de Identidade n. 099.428-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 086.012.837-72; CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Av. Sant'Ana, n. 46, Meapi - Guarapari(ES), CEP: 29.200.000, portador da Cédula de Identidade n. 131.862-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 201.612.717-15; sócios detentores de 91,66 (Noventa e um vírgula sessenta e seis por cento), do capital social da firma RÁDIO GAETA LIMITADA, com sede na Rua Joaquim da Silva Lima, n. 233, loja 10, Edif. Apolo, nesta cidade de Guarapari-ES, CEP: 29.200.000, inscrita no CNPJ sob o n. 27.317.809/0001-06, com seus atos constitutivos arquivados na MM Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, por despacho de 20 de Julho de 1976, sob o n. 32200099066; RESOLVEM, e de comum acordo, com base na posse da maioria do Capital Social, procederem a seguinte alteração:

1 - Alteração da sede da sociedade. A sociedade passa a ter sua sede social localizada a Avenida Beira Mar s/n, Galeria do Edif. Fram Tower, salas 19,20 e 21, Bairro Praia do Morro, Guarapari(ES), CEP.: 29.200.000

2 - Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições vigentes nos pactos anteriores que não tenham sido alterados por este instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04(quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02(duas) testemunhas, a tudo presente

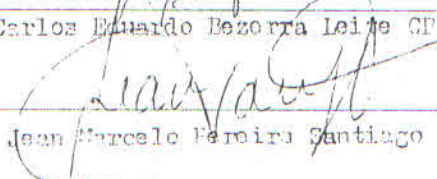
Guarapari(ES), 06 de Abril de 1999

  
Manoel Duarte Matos

  
Claudionor Vieira de Matos Filho

**TESTEMUNHAS:**

1)   
Carlos Eduardo Bezerra Leite CPF 037.533.267-34

2)   
Jean Marcelo Pereira Santiago CPF 031.161.427-26



**AUTENTICAÇÃO**  
Atifico a dou fé que esta fotocópia  
reprodução fiel do original  
de São Mateus-ES  
da verdade.  
FONE/FAX: (27) 3763-3525  
9 MAIO 2011  
O Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabelião  
O Rodrigo Peter Peterle-Tabelião Subel.  
O Tamara Chaves de Oliveira-Escritv.  
O Igor Z. do Nascimento-Escriv.  
O Amanda Mirandola  
Escritv.





**Selo de Fiscalização**  
 ATOS DE NOTAS E REGISTROS  
 PODER JUDICIÁRIO  
 Estado do Espírito Santo

**AUTENTICAÇÃO**

em \_\_\_\_\_ da verdade.  
 Serviço Notarial  
 do 2º Ofício

AHR 99735

Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião

Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Osvaldo Luiz Zordan-Escritor

AHR 99735

Escrevente

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico e dou fé que esta fotocópia  
 é reprodução fiel do original.

São Mateus-ES

31 JUN. 2008

FONE/FAX: (27) 3763-3525

Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião

Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Osvaldo Luiz Zordan-Escritor

AHR 99735

Escrevente



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/10/01

SOB O NÚMERO:  
 010566287

Protocolo: 010566287

MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA  
 SECRETÁRIA GERAL

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico e dou fé que esta fotocópia  
 é reprodução fiel do original.

São Mateus-ES

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

Serviço Notarial  
 do 2º Ofício  
 São Mateus-ES

13 MAIO 2011

Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião

Rodrigo Pater Peterle-Escritor

Tamara Chaves de Oliveira-Escritor

Igor Z. do Nascimento-Escritor

Amanda Miranda-Escritor

**Selo de Fiscalização**  
 ATOS DE NOTAS E REGISTROS  
 PODER JUDICIÁRIO  
 Estado do Espírito Santo

**AUTENTICAÇÃO**

AQD 75139

**CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS**  
 Certifico que esta fotocópia  
 é reprodução do original.

31 JUL. 2009

GUARAPARI  
 - ES -

MARINA MAZELLINI DE ALMEIDA - Tabelião  
 RUBENS S. ALMEIDA JUNIOR - Substituto  
 JOÃO DE ANCHIETA MARCHESINI - Escritor

**RADIO GAETA LIMITADA**  
**CNPJ N. 27.317.809/0001-06**

**INSTRUMENTO PARTICULAR**  
**DE ALTERAÇÃO DE CONTRA**  
**TO SOCIAL**

MANOEL DUARTE MATOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua São José Capitão Nobre, 109, apto. 401, Guarapari(ES), portador da Cédula de Identidade n. 099.428-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 086.012.837-72; CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Av. Sant'Ana, n. 46, Meapi - Guarapari(ES), portador da Cédula de Identidade n. 131.862-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 201.612.717-15; sócios detentores da maioria de cotas que constituem o capital social da firma RÁDIO GAETA LIMITADA, estabelecida na Av. Beira Mar, Galeria Ed. Fram Tower, s/n salas 19, 20 e 21 - Praia do Morro - Guarapari-ES, CEP 29220.060, inscrita no CNPJ sob o n. 27.317.809/0001-06, com seus atos constitutivos arquivados na MM Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, por despacho de 20 de Julho de 1976, sob o n. 32200099066 e posteriores alterações arquivadas na mesma repartição sob os números e as respectivas datas: 14.435 em 11.10.1977; 53.048 em 30.05.80; 66.276 em 02.12.83, 104.846 e 104.847 em 05.09.89, 010566287 em 23/10/2001, RESOLVEM alterar como de fato alterado tem o contrato primitivo pela maioria do capital social como segue:

PRIMEIRA - Alteração da sede da sociedade. A sociedade passa a ter sua sede social localizada a Av. Alberto Ramalhete Coutinho, nº 2158, Galeria Ed. Fram Tower, salas 19, 20 e 21 - Bairro Praia do Morro - Guarapari - ES, Cep 29216-010

SEGUNDA - O Capital Social subscrito e integralizado, que convertido para real, totaliza a importância de R\$0,68 (Sessenta e oito centavos de real), fica elevado para R\$14.526,00 (Quatorze mil, quinhentos e vinte e seis reais), correspondente a 14.526 (Quatorze mil, quinhentos e vinte e seis) cotas no valor nominal de R\$1,00 (Hum real) cada uma, utilizando-se para esse fim a importância de R\$14.525,93 (Quatorze mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos), referente a RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL SOCIAL, ficou distribuído entre os quotistas na proporção da participação de cada um no Capital Social. Com a incorporação das RESERVAS no Capital Social, o remanescente de R\$0,61 (Sessenta e um centavos de real), será transferido para a conta de resultado, em virtude da não racionalização em centavos das cotas de Capital.

TERCEIRA - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado no total de R\$14.526,00 (Quatorze mil quinhentos e vinte e seis reais), correspondente a 14.526 (Quatorze mil quinhentos e vinte e seis) cotas no valor nominal de R\$1,00 (Hum real) cada uma, ficou assim distribuído entre os sócios

SÓCIOS

MANOEL DUARTE MATOS

CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO

ESPOLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA

TOTAIS

COTAS

11.984

1.331

1.211

14.526

CAPITAL RS

11.984,00

1.331,00

1.211,00

14.526,00



AUTENTICAÇÃO  
Certifico e dou fé que esta fotocópia  
é reprodução fiel do original.  
São Mateus-ES  
Em testemunho... da verdade.  
09 AGO 2005  
Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabelião  
Dr. Rodrigo Peter Peter-Tabelião Subst.  
Tâmara Chaves de Oliveira-Escritora  
Igor Z. do Nascimento-Escritor  
Amanda Miranda-Escritora





## ALTERAÇÃO CONTRATUAL N. 06 DA EMPRESA - RÁDIO GAETA LIMITADA

Parágrafo Único - A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, limitada a importância total do Capital Social.

QUARTA - São admitidos na sociedade RUI CARLOS BAROMEU LOPES, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rod. BR 101, KM 66 - Edif. Hill Park, apto. 212 - São Mateus(ES), portador da Cédula de Identidade n. 179.715-SSP/ES e com inscrição no CPF/MF sob o n. 047.865.806-00 e SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rod. BR 101, KM 66 - Edif. Hill Park, apto. 212 - São Mateus(ES), portadora da Cédula de Identidade n. 13.901.496-SSP/SP e com inscrição no CPF/MF sob o n. 069.145.697-62.

QUINTA - Que, por livre e espontânea vontade e na melhor forma de direito, os quotistas MANOEL DUARTE MATOS e CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO, já qualificados, resolvem retirar-se da sociedade, transferindo a totalidade de suas cotas, bem como todos os direitos e obrigações sobre as mesmas, para os novos sócios como segue: MANOEL DUARTE MATOS transfere a totalidade de sua participação para o novo quotista RUI CARLOS BAROMEU LOPES e CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO transfere a totalidade de sua participação para a nova quotista SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES, recebendo cada sócio retirante o valor das referidas cotas no seu valor nominativo e em moeda corrente do país no ato da assinatura do presente instrumento de alteração de Contrato Social.

Parágrafo Único - Declara os cedentes que a partir deste ato, dão aos cessionários e a sociedade, por si, seus herdeiros e sucessores, plena e geral, rasa e irrevogável quitação de todos os direitos e haveres relacionados com a sessão das cotas, para nada reclamar no que diga respeito a sociedade e aos cessionários, seja a que título for, em julzo ou fora dele.

SEXTA - Em consequência da admissão de sócios com a transferência de cotas, o Capital da sociedade totalmente subscrito e integralizado, ficou assim distribuído:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL R\$
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	11.984	11.984,00
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	1.331	1.331,00
ESPOLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA	1.211	1.211,00
TOTAL	14.526	14.526,00

Parágrafo - Único - A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, limitada a importância total do Capital Social.

SÉTIMA - Os sócios quotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em Lei, que os impeça de exercer atividades mercantis.

OITAVA - Os novos sócios e remanescente, obrigam-se neste ato, a assumir o ATIVO e o PASSIVO da empresa, isentando os sócios ora retirantes de total responsabilidade pelos direitos e obrigações da sociedade.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original.  
São Mateus-ES  
Em testemunho da verdade  
FONE/FAX: (27) 3763-3525

**Selo de Fiscalização**  
ATOS DE NOTAS E REGISTROS  
PODER JUDICIÁRIO  
Estado do Espírito Santo  
3 MAIO 2011  
Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião  
Rodrigo Peter Peterle-Tabellião Subst.  
Tâmara Chaves de Oliveira-Escrevente  
Lígia do Nascimento-Escrev.  
Amazada Mirandola  
Escrevente

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original.  
São Mateus-ES  
Em testemunho da verdade.  
FONE/FAX: (27) 3763-3525  
09 AGO. 2005  
Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabellião  
Kleber Magno Q. Duarte-Esc. Autorizado  
Rodrigo Peter Peterle-Escrevente  
Diego Peter Peterle-Escrevente  
Thais A. Bongiovani  
Escrevente





## ALTERAÇÃO CONTRATUAL N. 06 DA EMPRESA - RADIO GAETA LIMITADA

NONA - A sociedade será administrada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por sócio gerente, nomeado após previa autorização do Poder Concedente, cabendo ao mesmo, a prática de quaisquer atos de gestão e administração financeira da sociedade, a ele cabendo, quando da representação legal, as atribuições e os poderes que a Lei confere aos gerentes de sociedades por cotas de responsabilidade limitada, afim de garantir o funcionamento da empresa.

DÉCIMA - Fica expressamente eleita para o cargo de sócio gerente, a quotista SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES, já qualificada, ficando eximida de prestar caução de qualquer espécie de sua gestão, na forma do disposto no artigo 12(doze) do decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

DÉCIMA PRIMEIRA - A sociedade considerar-se-á obrigada pela assinatura do sócio gerente isoladamente, podendo nomear procuradores após previa autorização do Poder Concedente, observado quanto aos procuradores, os limites de seus credenciamentos.

DECIMA SEGUNDA - Fica expressamente proibido ao sócio gerente e procuradores nomeados, para gerir e administrar a entidade, a utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, assim como em nome da sociedade, prestar caução, fianças, avais ou endosso de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a sociedade ou ponha em risco o seu patrimônio.

DÉCIMA TERCEIRA - A título de Pro-Labore, o sócio gerente poderá retirar mensalmente importância fixada por decisão dos sócios que represente a maioria do Capital Social, a qual será levada a conta de lucros e perdas, desde que não ultrapasse a sistemática da legislação em vigor.

DÉCIMA QUARTA - Mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, as cotas podem ser: a) livremente transferíveis entre os sócios; b) a terceiros somente com a aquiescência dos demais sócios, para o que o quotista que desejar alienar as suas cotas, no todo ou em parte, notificará aos demais desta intenção, indicando o preço, condição de pagamento para que, no prazo de 30(trinta) dias, exercitem o direito de preferência na aquisição. Não exercitando o direito nesse prazo, ficará o quotista ofertante liberado para oferecer e alienar a terceiros as cotas oferecidas, dentro dos 02 (dois) meses subsequentes, nunca, porém, por preço inferior ou em condições mais vantajosas que as da oferta.

DECIMA QUINTA - Excluídos os casos previstos na cláusula Décima Quarta, os atos constitutivos e suas alterações somente poderão ser verificadas, no todo ou em parte, após previa autorização do Poder Concedente, por deliberação de sócios que representem maioria do capital social, assentada em instrumento de alteração contratual.

DECIMA SEXTA - Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições vigentes nos pactos anteriores que não tenham sido alterados por este instrumento.






**ALTERAÇÃO CONTRATUAL N. 06 DA EMPRESA - RADIO GAETA LIMITADA**

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram datilografar a presente alteração contratual, a qual lida e achada conforme, firmam-na perante 02(duas) testemunhas, obrigando-se a cumpri-las fiel e integralmente.



**Guarapari(ES), 06 de Maio de 1999**

  
**Manoel Duarte Matos**

  
**Claudionor Vieira de Matos Filho**


  
**Rui Carlos Baromeu Lopes**

  
**Sandra Miranda Resegue Lopes**

TESTEMUNHAS: 1)   
**Madalena Nardoto de Moraes CI-0255982-0 SSPAM**  
**CPF 445650032/87**  
2)   
**Luiz Carlos Costa Silva CI 148603-SSPES**  
**PF 174066257-15**

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/01/03  
SOB O NÚMERO:  
030041066  
Protocolo: 030041066  
  
**MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA**  
SECRETÁRIA GERAL

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que esta fotocópia  
é reprodução fiel do original.  
São Mateus-ES  
Em testemunho da verdade.  
FONE/FAX: (27) 3763-3525  
**13 MAIO 2011**  
  
**Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabelião**  
**Dr. Rodrigo Peter Peterle-Tabelião Subst.**  
**Dr. Tamara Chaves de Oliveira-Escritora**  
**Dr. Z. do Nascimento-Escritora**  
**Dr. Amanda Miranda-Escritora**

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico e dou fé que esta fotocópia  
é reprodução fiel do original.  
São Mateus-ES  
Em testemunho da verdade.  
FONE/FAX: (27) 3763-3525  
**09 AGO 2005**  
  
**Dr. João Carlos Sad Lopes-Tabelião**  
**Dr. Kleber Magno Q. Duarte-Esc. Autorizado**  
**Dr. Rodrigo Peter Peterle-Escritora**  
**Dr. Diego Pater Peterle-Escritora**  
**Dr. Thais A. Bongiovani-Escritora**



## 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

### RADIO GAETA LTDA

**RUI CARLOS BAROMEU LOPES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado à Rodovia BR 101, KM 66 – Edif Hill Park, Apt 212 – São Mateus-ES., CEP 29.930-000, portador da C. I. nº 179.715 SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob nº 047.865.806-00; e

**SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**, brasileira, casada sob regime de comunhão universal de bens, empresária, residente e domiciliada à Rodovia BR 101, KM 66 – Edif Hill Park, Apt 212 – São Mateus-ES., Cep 29.930-000, portadora da C. I. nº 13.901.496 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 069.145.697-62; sócios majoritários componentes da sociedade limitada, que gira nesta praça de Guarapari-ES., com sede à Av. Alberto Ramalhete Coutinho, 2158, Galeria Ed. Fram Tower, salas 19,20 e 21 - Praia do Morro, Cep 29.216-010, sob a denominação social de **RADIO GAETA LTDA**, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 32.200.099.066, em 20/07/1976, e posteriores alterações arquivadas sob os números e as respectivas datas: 14.435 em 11-10-1977; 53.048 em 30-05-1980; 66.276 em 02-12-1983; 104.846 e 104.847 em 05-09-1989; 010566287 em 23-10-2001 e 030041066 em 10-01-2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 27.317.809/0001-06; resolvem de comum acordo, ALTERAR seu contrato primitivo e demais alterações, mediante a seguinte Cláusula e condição:

**CLÁUSULA ÚNICA** – A sociedade limitada pelo presente instrumento, pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, como regência supletiva, pela Lei nº 6.404/76 no que for aplicável e demais disposições legais pertinentes.

Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato primitivo, inalterados pela presente alteração contratual.

E, por estarem de perfeito acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Guarapari-ES., 10 de novembro de 2.004.

TESTEMUNHAS:	
1)  MOISÉS FERREIRA RODRIGUES C.I. - 973.686 SSP/ES	 -RUI CARLOS BAROMEU LOPES-
2)  RITA DE CÁSSIA MACHADO RODRIGUES C.I. - 1.256.618 SSP/ES	 - SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES -



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO ESPIRITO SANTO**

CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/01/2005

SOB Nº: 20050004220

Protocolo: 05/000422-0

**Empresa: 32 2 0009906 6**  
RADIO GAETA LTDA

  
ANTENOR COSTA FILHO  
SECRETARIO-GERAL



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

## DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

A Sociedade **RADIO GAETA LTDA**, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 20/07/1976, NIRE: 32.2.0009906-6, CNPJ: 27.317.809/0001-06, estabelecida na AV ALBERTO RAMALHETE COUTINHO, 1879, EDF F.T. SALA 19,20 E 21, PRAIA DO MORRO, GUARAPARI, ES, CEP: 29.216-010, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 316

Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

GUARAPARI/ES - ES, 21 de Setembro de 2011.

Sócio: SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES

Sócio: RUI CARLOS BAROMEU LOPES

Sócio: ESPOLIO DE ALCEU NUNES DA FONSECA

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM 07/10/2011

Uelton Santos Silva  
Analista de Registro Empresarial



JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/10/2011 SOB Nº: 20110869389

Protocolo: 11/086938-9, DE 25/08/2011

Empresa: 32 2 0009906 6  
RADIO GAETA LTDA EPP

PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETARIO-GERAL

## PROCURAÇÃO

**RADIO GAETA LTDA EPP**, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J sob o nº 27.317.809/0001-96, com sede à Avenida Beira Mar- Galeria Edifício Fram Tower, s/ n – salas 19, 20 e 21, Praia do Morro – Guarapari, estado do Espírito Santo, CEP.: 29.220-060, representada neste ato por sua Sócia Administradora, Sra. Sandra Miranda Reseguelopes , brasileira , casada, empresária, residente e domiciliado na Rua Conceição da Barra nº 2.175. Bairro Guriri Norte , São Mateus – ES – CEP.: 29.946-530 e CI 13.901.496 SSP-SP e CPF 069145.697-62, abaixo assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador, **JOSÉ MARIA VALLADARES GÁUDIO**, brasileiro, advogado, engenheiro, residente e domiciliado a Rua Diógenes Malacarne, 113/402, Praia da Costa, Vila Velha/ES, portador da identidade OAB/ES nº 9912 , CREA-ES: 002739/D e CPF nº 557.864.137791-72, a quem outorgam poderes para representá-los junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES e a ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**, referente aos processos de interesse da outorgante, podendo requerer vistas aos autos, requerer cópias, apresentar projetos técnicos, laudo de vistoria e laudo de ensaio de equipamentos, apresentar recursos, desistência, impugnações, representações, defesa, protocolar documentos, passar recibos, rubricar e assinar documentos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Guarapari – ES , 12 de novembro de 2015

Sandra Miranda Resegue Lopes

CPF.: 069.145.697-62


Sócia Administradora

TABELIONATO CASTELLO - 1º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por semelhança a firma: SANDRA MIRANDA RESEQUE LOPES. 444444  
Em Teste de Verdade, Vitória-ES, 01 de Novembro de 2015, 16:38:48  
Cid. e Identidade  
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA MACHADO GUIMARÃES - ESCRITANTE AUTORIZADA  
Selo: 01/11/2015 16:38:48 CONSULTE A AUTENTICIDADE EM: www.jus.br  
Peticão 62936609; 15E153-13.024072/2015-267 pg. 43

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00704820

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n.º 8.936/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES

**CARTÓRIO SARLO - Registro Civil e Tabelionato** | **RODRIGO SARLO ANTONIO**  
 Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
 Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

**AUTENTICAÇÃO:** Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94  
 Vitória-ES, 20 de maio de 2015 - 11:56:35

Izabelle Ludgero de Freitas-Escrivente  
 Emolumentos R\$: 2,33 Taxas R\$: 0,64 Total R\$: 2,97  
 Selo : 024661.ZHM1505.12864, consulte autenticidade em: [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
 CONSELHO SECCIONAL DO ESPÍRITO SANTO  
 IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 9912

NOME  
 JOSÉ MARIA VALLADARES GAUDIO

FILIAÇÃO  
 ALBER GAUDIO CHEIRICHETTI  
 SOLY VALLADARES GAUDIO

NATURALIDADE  
 RIO DE JANEIRO-RJ

DATA DE NASCIMENTO  
 24/03/1958

RG  
 332445 - SSP ES

CPF  
 557.864.137-72

COADOR DE ÓRGÃO E TÉCNICO  
 NÃO

VIA EXPEDIDO EM  
 01 06/02/2009

ANTONIO AUGUSTO GENELHU JUNIOR  
 PRESIDENTE

**CARTÓRIO SARLO - Registro Civil e Tabelionato** | **RODRIGO SARLO ANTONIO**  
 Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
 Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

**AUTENTICAÇÃO:** Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94  
 Vitória-ES, 20 de maio de 2015 - 11:56:35

Izabelle Ludgero de Freitas-Escrivente  
 Emolumentos R\$: 2,33 Taxas R\$: 0,64 Total R\$: 2,97  
 Selo : 024661.ZHM1505.12863, consulte autenticidade em: [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

EM BRANCO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.317.809/0001-06 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/07/1976</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAETA DE GUARAPARI</div>		<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO SALAS 19, 20 E 21</div>	
<div>CEP 29.220-060</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PRAIA DO MORRO</div>	<div>MUNICÍPIO GUARAPARI</div>	<div>UF ES</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/07/2023 às 11:41:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 27.317.809/0001-06  
**NOME EMPRESARIAL:** RADIO GAETA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** RUI CARLOS BAROMEU LOPES  
**Qualificação:** 22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:** SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** ALCEU NUNES DA FONSECA  
**Qualificação:** 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/07/2023 às 11:42 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06  
**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA  
**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/07/2023 a 08/08/2023

**Certificação Número:** 2023071005301066195660

Informação obtida em 25/07/2023 11:43:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 37110213/2023

Expedição: 25/07/2023, às 11:43:56

Validade: 21/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:45:11 do dia 25/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/01/2024.

Código de controle da certidão: **80FB.8F9E.CA29.241B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	27317809000106	RADIO GAETA LTDA	50415786800	P	Comercial	FM	230	ES	Guarapari

Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1006036455	Número Indicativo: ZYS956
Data Último Licenciamento: 22/02/2019	Número da Licença: 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 37' 7.00" S	Longitude: 40° 30' 33.98" W	Cota da base: 120.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG300i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA-A0	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 40 m	Atenuação: 0.62 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.9 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPVFM2	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 135 °	Polarização: Vertical	HCI: 33.4 m	ERP Máxima: 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG1000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.07 kW		

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500015612016 12	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/201 8-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO GAETA LTDA</b>				CNPJ <b>27317809000106</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1006036455</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>20° 37' 7.00" S</b>	LONGITUDE <b>40° 30' 33.98" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rodovia do Sol - 4,9 km, nº .</b>	DISTRITO	
BAIRRO <b>Morro do Céu</b>	MUNICÍPIO <b>Guarapari</b>	UF <b>ES</b>


VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	08/11/2027		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	93.1 MHz	CANAL:	226
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	120.8
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYS956		
NOME FANTASIA:	RADIO GAETA DE GUARAPARI	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Guarapari		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Av. Beira Mar	BAIRRO:	Praia do Morro
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
NUMERO:	s/n	COMPLEMENTO:	Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG300i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	0.044 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	GOBER ELETRONICA LTDA	MODELO:	GPVFM2
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3 dBd
DESCRIÇÃO:	2 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	135 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	33.4 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:		MODELO:	LCF158-50JA-A0
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			



VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 26/07/2023 07:44:09

APLICAÇÃO	Emitido Em 22/02/2019	Esta licença pode ser validada em <a href="https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhhMQ==">https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhhMQ==</a>	
-----------	--------------------------	--	---





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO GAETA LTDA**

**CNPJ:**           **27.317.809/0001-06**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:44:54 do dia 26/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

BOM DIA  
JULIA GALVAGNI VIEIRASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC &gt;&gt;&gt; CONSULTAS GERAIS &gt;&gt;&gt; Consultar Extrato de Lançamentos&gt;

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO GAETA LTDA

Nº FISTEL: 50415786800

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 27317809000106

Situação: Não licenciada

Data Validade: 08/11/2007

+ CADIN: Não

Incid. FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

+ UF: ES

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower s/nº - - Salas 19, 20 e 21

Bairro: Praia do Morro

Município: Guarapari

CEP: 29220-060

UF: ES

End. Corresp.: Avenida Vitória 3144

Bairro: Bento Ferreira

Município: Vitória




CEP: 29050-800

UF: ES

## Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	20/03/2018	R\$ 200,00	09/02/2018	200,00	200,00	0001 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	03/03/2019	R\$ 1.000,00	20/02/2019	1.000,00	1.000,00	0002 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	27/08/2020	330,00	330,00	0005 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	27/08/2020	50,00	50,00	0006 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	30/03/2021	330,00	330,00	0007 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0008 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	29/03/2022	330,00	330,00	0009 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	29/03/2022	50,00	50,00	0010 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
6530	0	2022	26/08/2022	R\$ 184.490,75		0,00	0,00	0011	Cancelado	0,00

									<a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
								0012			
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	23/03/2023	330,00	330,00		<a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
								0013			
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	23/03/2023	50,00	50,00		<a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
Total devido em 26/07/2023 (em reais):											0,00
Total de créditos em 26/07/2023 (em reais):											0,00

Legenda do Campo Situação	
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)	
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)	
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança	
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado	
RJ - Lançamento com Recurso Judicial	
RN - Lançamento com Recurso Denegado	
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União	
CD - Lançamento Inscrito no CADIN	
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa	
E - Lançamento em Execução Judicial	
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006	
MO - Multa de Ofício	
LO - Lançamento de Ofício	
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado	
PA - Parcelamento: Parcela	
BF - Benefício Fiscal	

Registro 1 até 11 de 11 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



BOM DIA

JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		27.317.809/0001-06									
RADIO GAETA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	<a href="#">005.094.187-91</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	<a href="#">047.865.806-00</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	<a href="#">069.145.697-62</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA


Data: 26/07/2023

Hora: 07:46:21



BOM DIA  
JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consultaResultado

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.094.187-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	<a href="#">005.094.187-91</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA

Data: 26/07/2023


Hora: 07:46:29





BOM DIA  
JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)


Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		047.865.806-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	047.865.806-00	RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Diretor (DIRETOR GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	194000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari


Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA      Data: 26/07/2023      Hora: 07:46:40



BOM DIA

JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		069.145.697-62									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Sócio	1020000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	6000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA

Data: 26/07/2023

Hora: 07:46:52



BOM DIA  
JULIA GALVAGNI VIEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

### Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	27.317.809/0001-06

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 04798871109 - JULIA GALVAGNI VIEIRA      Data: 26/07/2023      Hora: 07:48:20

**Data de Envio:**

26/07/2023 08:39:58

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.028421/2020-26

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari / ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial****Wagner Aníbal de Oliveira**

Qua, 26/07/2023 10:23

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que não consta registro nesta Coordenação de eventual aplicação de sanção de cassação à referida entidade RADIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari / ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Assinala-se ainda que não há registro de eventual Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo) que indique o descumprimento do contrato pela citada entidade.

At.te,

Wagner

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 26 de julho de 2023 08:39**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.028421/2020-26

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjor), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari / ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 12338/2023/SEI-MCOM

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADO: RÁDIO GAETA LTDA**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GAETA LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari/ES, referente ao seguinte período: 08/11/2017 a 08/11/2027.

### ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

### **RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. termo de inventariante ou o formal de partilha relativo ao Espólio de ALCEU NUNES DA FONSECA, bem como informações atualizadas sobre o procedimento de inventário.

### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, Assistente Técnico, em 31/07/2023, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11038144** e o código CRC **C11FFEA2**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11038144



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22000/2023/MCOM

Brasília, 31 de julho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**  
Av. Beira Mar, s/nº, Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro  
29.220-060 Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.  
RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
53115.028421/2020-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 12338/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

---

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11038229** e o código CRC **E0C18E24**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 12338 (11038144).

---

**Referência:** Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11038229



**Correios**

Contrato: 9912556366

CARTA REG AR 04

Volume: 1/1

Peso (g): 30.0

**YJ 512 590 590 BR**

AR



Recebedor:

Assinatura:

Documento:

**DESTINATÁRIO**

RADIO GAETA LTDA  
AV BEIRA MAR SN GALERIA ED FRAM TOWER PR  
AIA DO MORRO



**29220-060 GUARAPARI/ES**

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICADMINIST  
70044-900 BRASILIA/DF  
SERAD COREP COREP DOC PROC 53115028421/2020-26 OF 22000 NT 12338





**Correios AR** AVISO DE  
RECEBIMENTO

VIA POSTAL  
31/07/2023

DESTINATARIO  
RADIO GAETA LTDA

AV BEIRA MAR, SN GALERIA ED FRAM TOWER  
PRAIA DO MORRO - GUARAPARI - ES  
29220-060

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**  
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN  
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF  
70044-900

**YJ512590590BR**



SERAD COREP COREP DOC PROC 53115028421/2020-26 OF 220  
00 NT 12338

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1° \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2° \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3° \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

**DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)**

**MOTIVO DE DEVOLUÇÃO**

- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE              | [5] RECUSADO      |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO     | [7] AUSENTE       |
| [4] DESCONHECIDO          | [8] FALECIDO      |
| [9] OUTROS _____          |                   |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

27.317.809/0001-06

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>									
Razão Social					CNPJ			Emails	
Sem dados para exibir.									
<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>									



**Data de Envio:**

31/07/2023 16:04:53

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA (CNPJ 27.317.809/0001-06), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11038144.html  
Oficio\_11038229.html



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29725/2023/MCOM

Brasília, 03 de outubro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**  
Av. Beira Mar, s/nº, Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro  
29.220-060 Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica nº 12338/2023/SUPER-MCOM fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

- **[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes)** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar

quaisquer outras esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

---

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 03/10/2023, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11146777** e o código CRC **3C72F8B4**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 12338 (11038144).

---

**Referência:** Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11146777

# REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

## IDENTIFICAÇÃO

**RÁDIO GAETA LTDA**

*Nome da Pessoa Jurídica:*

*CNPJ:* **27.317.809/0001-06**

*CEP da sede:* **29.220-060**

*Endereço da sede:* AVENIDA BEIRA MAR, S/Nº, GALERIA ED. FRAM TOWER, BAIRRO PRAIA DO MORRO, GUARAPARI-ESPIRITO SANTO,

*E-mail de contato:* **jgaudio@redesim.com**

**Data de Envio:**

04/10/2023 12:36:05

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

jgaudio@redesim.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.028421/2020-26

INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11146777.html

**Data de Envio:**

04/10/2023 12:39:13

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26 foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06, solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Oficio\_11146777.html





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 18490/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADO: RÁDIO GAETA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.  
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GAETA LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari/ES, referente ao seguinte período: 08/11/2017 a 08/11/2027.

---

**ANÁLISE**

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 12338/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 22000/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 11038144 e 11038229). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.022850/2023-32, com pedido de prorrogação de prazo e protocolo nº 53115.026516/2023-58 acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade.

---

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, **Assistente Técnico**, em 18/10/2023, às 12:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11170499** e o código CRC **E42A6C15**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11170499



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 31092/2023/MCOM

Brasília, 18 de outubro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**  
Av. Beira Mar, s/nº, Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro  
29.220-060 Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 18490/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

---

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.

---



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 18/10/2023, às 11:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11170500** e o código CRC **8AF71022**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 18490 (11170499).

---

**Referência:** Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11170500

**Data de Envio:**

18/10/2023 14:33:40

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

jgaudio@redesim.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.028421/2020-26

INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11170500.html  
Nota\_Tecnica\_11170499.html

**Data de Envio:**

18/10/2023 14:35:02

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA (CNPJ nº: 27.317.809/0001-06), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11170499.html


Oficio\_11170500.html



## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)


IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>		RADIO GAETA LTDA	
<i>CNPJ:</i>	27.317.809/0001-06	<i>CEP da sede:</i>	29.220-060
<i>Endereço da sede:</i>	AVENIDA BEIRA MAR – GALERIA EDIFÍCIO FRAM TOWER, S/N, SALAS 19, 20 e 21 , PRAIA DO MORRO – GUARAPARI – ESPIRITO SANTO.		
<i>E-mail de contato:</i>	jgaudio@redesim.com		
		( X ) em frequência modulada	



BOA NOITE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		27.317.809/0001-06									
RADIO GAETA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	005.094.187-91	RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	047.865.806-00	RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO GAETA LTDA	27.317.809/0001-06	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023


Hora: 18:04:00



BOA NOITE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.094.187-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
(ESP.) ALCEU NUNES DA FONSECA	<a href="#">005.094.187-91</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1211	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023


Hora: 18:04:14



BOA NOITE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 047.865.806-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	<a href="#">047.865.806-00</a>	RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Diretor (DIRETOR GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	194000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	11984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	BA	Itapetinga

BOA NOITE  
CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>		CPF									
		CPF: 069.145.697-62									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (DIRETORIA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	6000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	1331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Sócio	1020000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Gabriel da Palha

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023


Hora: 18:04:42



BOA NOITE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	27.317.809/0001-06

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 25/10/2023

Hora: 18:05:16





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO GAETA LTDA  
**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:16:14 do dia 25/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



**Superintendência de Administração Geral**  
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**  
**Gerência de Arrecadação**

Impresso por: **CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data/Hora: **25/10/2023 18:17:02**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO GAETA LTDA

**Nº FISTEL:** 50415786800

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 27317809000106

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:** 08/11/2007

☒ **CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** ES

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower s/nº - - Salas 19, 20 e 21

**Bairro:** Praia do Morro

**Município:** Guarapari

**CEP:** 29220-060

**UF:** ES

**End. Corresp.:** Avenida Vitória 3144

**Bairro:** Bento Ferreira

**Município:** Vitória

**CEP:** 29050-800

**UF:** ES

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	20/03/2018	R\$ 200,00	09/02/2018	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	03/03/2019	R\$ 1.000,00	20/02/2019	1.000,00	1.000,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	27/08/2020	330,00	330,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	27/08/2020	50,00	50,00	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	30/03/2021	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	29/03/2022	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	29/03/2022	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
6530	0	2022	26/08/2022	R\$ 184.490,75		0,00	0,00	0011	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	23/03/2023	330,00	330,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	23/03/2023	50,00	50,00	0013	Quitado	0,00
6530	0	2022	25/10/2023	R\$ 184.490,75	24/10/2023	184.490,75	184.490,75	0014	Quitado	0,00

**Total devido em 25/10/2023 (em reais):**

0,00

**Total de créditos em 25/10/2023 (em reais):**

0,00

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
 RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
 CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
 RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
 RN - Lançamento com Recurso Denegado  
 DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
 CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
 DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
 E - Lançamento em Execução Judicial  
 SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
 MO - Multa de Ofício  
 LO - Lançamento de Ofício  
 P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
 PA - Parcelamento: Parcela  
 BF - Benefício Fiscal

## Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Estações ▼

▼ Voltar

1 total de registros		1 - 50		50		Atualizar		Filtrar																																													
Ações		Status		CNPJ		Entidade		NumFistel		Carater		Finalidade		Serviço		Num Serviço		UF		Município		Local Especifico		Canal		Dec		Frequência		Classe		Categoria da Estação		Latitude		Longitude		ERP		HCI		Fistel Geradora		Fase		Data		ID Estação Principal		ID do Canal		Observações	
Visualizar em PDF		▼		FM-C4 (Canal Licenciado)		27317809000106		RADIO GAETA LTDA		50415786800		P		Comercial		FM		230		ES		Guarapari		226				93.1		C				20° 37' 7.00" S		40° 30' 29.99" W		0.3		33.4				2		2023-07-20 08:27:52				57dbac5542afd		Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.	

Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



Informações Gerais	
Número da Estação: 1006036455	Número Indicativo: ZYS956
Data Último Licenciamento: 22/02/2019	Número da Licença: 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 37' 7.00" S	Longitude: 40° 30' 33.98" W	Cota da base: 120.8 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG300i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA-A0	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 40 m	Atenuação: 0.62 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.9 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPVFM2	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 135 °	Polarização: Vertical	HCI: 33.4 m	ERP Máxima: 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG1000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 0.07 kW	

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500015612016 12	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/201 8-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO GAETA LTDA				CNPJ 27317809000106
Nº DA ESTAÇÃO 1006036455	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 37' 7.00" S	LONGITUDE 40° 30' 33.98" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia do Sol - 4,9 km, nº .	DISTRITO	
BAIRRO Morro do Céu	MUNICÍPIO Guarapari	UF ES


VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	08/11/2027		
LOCALIDADE PLANO BÁSICO:			
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
LOCALIDADE:			
FREQUÊNCIA:	93.1 MHz	CANAL:	226
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	120.8
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYS956		
NOME FANTASIA:	RADIO GAETA DE GUARAPARI	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Guarapari		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Av. Beira Mar	BAIRRO:	Praia do Morro
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
NUMERO:	s/n	COMPLEMENTO:	Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG300i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	0.044 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	GOBER ELETRONICA LTDA	MODELO:	GPVFM2
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3 dBd
DESCRIÇÃO:	2 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	135 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	33.4 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:		MODELO:	LCF158-50JA-A0
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			



VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/10/2023 19:20:08

APLICAÇÃO	Emitido Em 22/02/2019	Esta licença pode ser validada em <a href="https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhhMQ==">https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhhMQ==</a>	
-----------	--------------------------	--	---



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.317.809/0001-06 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/07/1976</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAETA DE GUARAPARI</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO SALAS 19, 20 E 21</div>
<div>CEP 29.220-060</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PRAIA DO MORRO</div>	<div>MUNICÍPIO GUARAPARI</div>
<div>UF ES</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO NESTOR.FERNANDES@REDESIM.COM</div>		<div>TELEFONE (27) 3434-5700</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/10/2023 às 18:08:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	27.317.809/0001-06
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RADIO GAETA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$114.526,00 (Cento e quatorze mil e quinhentos e vinte e seis reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	RUI CARLOS BAROMEU LOPES
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	RADIO GAETA LTDA
<b>Qualificação:</b>	63-Cotas em Tesouraria

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/10/2023 às 18:08 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06  
**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA  
**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/10/2023 a 11/11/2023

**Certificação Número:** 2023101318431544273302

Informação obtida em 25/10/2023 18:10:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 59217118/2023

Expedição: 25/10/2023, às 18:11:17

Validade: 22/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 18:12:19 do dia 25/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/04/2024.

Código de controle da certidão: **E935.177C.4E05.F57D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO GAETA LTDA**

CPF/CNPJ: **27.317.809/0001-06**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 18:14:29 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 4ZT9aoqiWm0RNHtNNHLQ

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 19055/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADO: RÁDIO GAETA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GAETA LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no Município de Guarapari/ES, referente ao seguinte período: 8/11/2017 a 8/11/2027.

**ANÁLISE**

2. A análise realizada Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 18490/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 31092/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 11170499 e 11170500). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.027338/2023-82, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. requerimento, datado e assinado pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

**ATENÇÃO:** Somente serão considerados para fins de instrução processual, os documentos firmados de próprio punho, ou ainda, aqueles assinados de forma eletrônica, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade do subscritor.

3.2. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, atualizada, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.3. prova de regularidade perante as Fazendas estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, atualizadas, na forma da lei;

3.4. Termo de inventariante e informações atualizadas do processo de inventário do espólio de Alceu Nunes da Fonseca.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 25/10/2023, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184842** e o código CRC **7B62DE22**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 31989/2023/MCOM

Brasília, 25 de outubro de 2023.

atualizada

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

**RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06**

Avenida Beira Mar - Galeria Edifício. Fram Tower - Salas 19- 21 - Praia do Morro

29.220-060 - Guarapari/ES

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 19055/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**



6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

---

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 25/10/2023, às 19:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184844** e o código CRC **CCAC5E32**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 19055/2023 (SUPER 11184842)
- Requerimento Padrão (SUPER 11184845)

---

**Referência:** Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11184844

**Data de Envio:**

26/10/2023 11:33:02

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

jmvgaudio@gmail.com  
malutenas@gmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.028421/2020-26

INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11184842.html  
Oficio\_11184844.html  
Requerimento\_11184845\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2023.pdf

**Data de Envio:**

26/10/2023 11:34:20

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, foi encaminhada notificação à RÁDIO GAETA LTDA CNPJ nº: 27.317.809/0001-06, solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11184842.html

Oficio\_11184844.html

Requerimento\_11184845\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_2023.pdf

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>		RÁDIO GAETA LTDA	
<i>CNPJ:</i>	27.317.809/0001-06	<i>CEP da sede:</i>	29.220-060
<i>Endereço da sede:</i>	Av. Beira Mar s/n Galeria Ed. Fram Tower, Bairro Praia do Morro – GUARAPARI/ES		
<i>E-mail de contato:</i>	<u>jmvgaudio@gmail.com</u> ; malutenas@gmail.com		

DESTINATARIO  
RADIO GAETA LTDA

AV BEIRA MAR, SN GALERIA ED FRAM TOWER  
PRAIA DO MORRO - GUARAPARI - ES

29220-060

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN  
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF  
70044-900

YJ512590590BR



SERAD COREP COREP DOC PROC 53115028421/2020-26 OF 220  
00 NT 12338

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE              | [5] RECUSADO      |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO     | [7] AUSENTE       |
| [4] DESCONHECIDO          | [8] FALECIDO      |
| [9] OUTROS _____          |                   |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

*8280316*

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEBEDOR

*Bruna Costa*

DATA DE ENTREGA

*08/08/23*

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

## ≡ VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

[🏠](#) > [Simples](#) > [Comple...](#)

## ✓ Documento com assinaturas válidas

## Informações gerais do arquivo:

**Nome do arquivo:** OFICIO\_EXIGENCIA\_RADIO\_GAETA\_RENOVACAO\_ass.pdf**Hash:** 2627b6b3e23b4128bda29f90c55e3ac4806df9463f83454e8a8ceadead30a02e**Data da validação:** 06/12/2023 16:21:20 BRT

## Informações da Assinatura:

**Assinado por:** SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES**CPF:** undefined**Nº de série de certificado emitente:** 1522254088203816700**Data da assinatura:** 31/10/2023 14:41:26 BRTEsta assinatura se repete mais **2** vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

## ATENÇÃO:

O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s), o ITI não se responsabiliza por qualquer uso que seja feito a partir da validação das assinaturas eletrônicas

[Visualizar relatório de conformidade](#)

## AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.

[Avaliar](#)

## ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)[Sobre](#)[Dúvidas](#)[Informações](#)[Fale Conosco](#)





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## **II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>11</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### **II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### **MINUTA DE PORTARIA**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

399/5  
400/1

**PUBLICADO**  
NO  
**DIÁRIO OFICIAL**  
de 01 / 09 / 1977  
Página N.º 11588  
Encarregado da Redação

**PUBLICADO**  
NO  
BI N.º 1  
de 1 / 19  
Página N.º  
4  
REGISTROS  
RAD

Decreto nº 80269 de 31 de agosto de 1977

Outorga concessão à Rádio Guaracube Ltda. para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 9.373/76 (Edital nº 34/76),

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica outorgada concessão à Rádio Guaracube Ltda., nos termos do artigo 28º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único - O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de 31 de agosto de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

EUCLIDES QUANT DE OLIVEIRA





PUBLICADO  
Nº  
DIÁRIO OFICIAL  
de 15 / 01 / 1980  
Página Nº 1015

PORTARIA Nº 0421 (9), DE 20 DEZ 1979

no uso da competência  
delegada pela Portaria DENTEL nº 1.891,  
de 12 de novembro de 1979, e tendo em  
vista o que consta do Processo número  
99.037/79,

## RESOLVE:

I - Autorizar o aumento do capital social da RÁDIO GUARACIUBE LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, de CR\$ 300.000,00 ( trezentos mil cruzeiros), para CR\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), sendo que a diferença resultante desse aumento será integralizada pelos pretendentes cotistas ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO, SIDNEY COSTA DE MIRANDA, ALCEU NUNES DA FONSECA, ALBERTO DE ALMEIDA e PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO.

Com a admissão dos novos cotistas e consequente aumento do capital social, o quadro societário passará a ter a seguinte composição:

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR CR\$</u>
MANOEL DUARTE MATOS	100.000	100.000,00
LUIZ DE MENEZES	100.000	100.000,00
JOSÉ CARLOS AZE	100.000	100.000,00
ALCELENA GOMES FONSECA BARROZO	100.000	100.000,00
SIDNEY COSTA DE MIRANDA	50.000	50.000,00
ALCEU NUNES DA FONSECA	50.000	50.000,00



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA Nº 0421 DE

20 DEZ 1979

DE

1979.

<u>COTISTAS</u>	<u>COIAS</u>	<u>VALOR CR\$</u>
ALBERTO DE ALMEIDA	50.000	50.000,00
PAULO FREDERICO DE CAMPOS BARROZO	50.000	50.000,00
TOTAL : .....	600.000	600.000,00

II - Aprovar a designação do futuro cotista ALCEU NUNES DA FONSECA, para, na qualidade de sócio gerente, exercer a gerência da sociedade; e

III - Aprovar a mudança da denominação social da Rádio Guaracube Ltda. para RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA.

Determinar que a entidade submeta à aprovação do Departamento Nacional de Telecomunicações os atos que praticar ao efetuar as operações ora autorizadas, dependendo dessa medida o exame e decisão de seus futuros pedidos.

AROLDO DE OLIVEIRA

Diretor Regional do DENTEL/DR/RJO.

DR/RJO/SPAD.

Ref.Proc. 99.037/79

LFSM/cp.



E.M. Nº 037 /89-GM

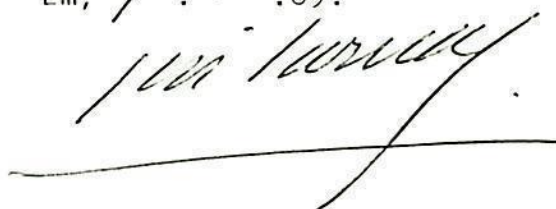
P.O. 16.05.89

09.05.89

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A U T O R I Z O .

Em, 9 . 5 . 89.



A RÁDIO CARIOCA DE GUARAPARI LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, solicitou autorização para efetivar transferência indireta da sua concessão mediante cessão da maioria das cotas representativas do capital social para novo grupo, que passará a deter o mando da sociedade.

2. Solicitou, também, autorização para modificar a sua denominação social para RÁDIO GAETA LIMITADA, com o nome fantasia de RÁDIO GAETA DE GUARAPARI, bem como, alterar a composição da diretoria, converter o seu capital social à nova unidade monetária nacional e consolidar o contrato social.

3. Em consequência, o quadro social ficará assim constituído:

<u>C O T I S T A S</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR NCZ\$</u>
MANOEL DUARTE MATOS	495	0,49
CLAUDIONOR VIEIRA DE MATOS FILHO	55	0,05
Espólio de ALCEU NUNES DA FONSECA	50	0,05
T O T A L =	600	0,59

4. Pleiteou, ainda, autorização para alterar seu quadro diretivo que ficará assim composto:

Gerente : MANOEL DUARTE MATOS

5. Cumpre ressaltar que os referidos pedidos foram devidamente instruídos com a documentação exigida, demonstrando possuir o novo grupo as qualificações estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 91.837/85.

6. De conformidade com o que determina o artigo 96, item 3, letra "a", do aludido Regulamento, a transferência in direta da concessão não poderá ser efetivada sem a prévia auto rização do Presidente da República.

7. Nestas condições, tenho a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, na forma do artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito.











SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO	
NO	
DIÁRIO OFICIAL	
de	08 / 01 / 19 77
Página N.º	15014
<i>[Assinatura]</i>	
Encarregado da Revisão	

Termo de Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Guaracube Ltda., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete do Senhor Secretário Geral do Ministério das Comunicações, Engenheiro Rômulo Villar Furtado, representando o Ministro de Estado das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira e como testemunhas o Senhor Coronel Idalécio Nogueira Diógenes, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL e a Engenheira Regina Maria da Cruz Cabral, Diretora da Divisão de Radiodifusão do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL, compareceram o Senhor Luiz de Menezes, brasileiro, casado, odontólogo, Carteira de Identidade nº M-256.214, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, com o CPF nº 004.311.766, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 432, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, e o Senhor José Carlos Azze, brasileiro, casado, advogado, Carteira de Identidade nº 587.859, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, com o CPF nº 074.604.066-00, residente e domiciliado na Rodovia do Sol s/n, Praia de Santa Mônica, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, Diretores da Rádio Guaracube Ltda., conforme consta do Processo número oitenta mil, novecentos e três, do ano de mil novecentos e setenta e seis, para o fim especial de assinar o presente Termo de Contrato, decorrente da concessão outorgada à supra mencionada entidade, através do Decreto número oitenta mil, duzentos e sessenta e nove, de trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e sete, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, para estabelecer na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, regendo-se referida concessão pelas cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Rádio Guaracube Ltda.

o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez anos e entrará em vigor a partir da publicação deste contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; c) admitir para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro; e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal; f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento; i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de



1963; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, às Redes de Radiodifusão, sob a direção da Agência Nacional do Gabinete Civil da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional; m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação deste contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior; p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido; q) não alterar em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou que vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações; s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações; t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações; u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. CLÁUSULA QUARTA: - A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a: a) programas educacionais compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236,



de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria nº 408, de 29 de julho de 1970, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura; b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior. CLÁUSULA QUINTA: - Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. CLÁUSULA SEXTA: - A frequência consignada à Sociedade não constitui o direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União. CLÁUSULA SÉTIMA: - Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. CLÁUSULA OITAVA: - A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA: - Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente Termo de Contrato que depois de lido e achado conforme, assina com o Representante da outorgada, com as testemunhas, ao início qualificadas e comigo MARIA JOSÉ DA SILVA BARCELOS ( \_\_\_\_\_ ) que o datilografei.

RÔMULO VILLAR FURTADO - Secretário Geral do  
Ministério das Comunicações.

LUIZ DE MENEZES

JOSÉ CARLOS AZZE

Diretores da Rádio Guaracube Ltda.

**Publicado no D.O.U.  
de 17/ 11/ 2017,  
Seção: III, Página: 07**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO GAETA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO GAETA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 27.317.809/0001-06, representada por sua procuradora, **MARIA LUCIA TENÓRIO DO NASCIMENTO**, inscrita no RG. n.º 648.168, SSP/DF, CPF n.º 261.877.791-34, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO GAETA LTDA.**, por meio do Decreto n.º 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 1 de setembro de 1977, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à Rádio Gaeta Ltda. o canal 226 (duzentos e vinte e seis), correspondente à frequência 93,1 Mhz MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 1 de setembro de 1977, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;

b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;

c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;

d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a **PERMISSIONÁRIA** atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo



técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

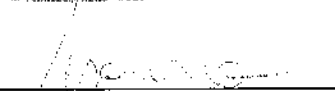
**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações**

  
\_\_\_\_\_  
**Permissionária**

  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**



Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 13/11/2017, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>.



informando o código verificador **2339187** e o código CRC **1FEB3D07**.

Referência: Processo nº 53000.013949/2014-40

SEI nº 2339187

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 20230001206280

Identificação do Requerente: CNPJ Nº 27.317.809/0001-06

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **08/11/2023**, válida até **06/02/2024**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 08/11/2023.

Autenticação eletrônica: **000A.E338.6C40.80BE**



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

### RADIO GAETA LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	<a href="#">047.865.806-00</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	108984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	<a href="#">069.145.697-62</a>	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	4331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari

**Usuário:** 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

**Data:** 05/12/2023

**Hora:** 19:04:50

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 047.865.806-00											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUI CARLOS BAROMEU LOPES	<a href="#">047.865.806-00</a>	RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Diretor (DIRETOR GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Itapetinga
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	108984	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	194000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		RADIO CIDADE DE ITAPETINGA FM LTDA	<a href="#">16.075.434/0001-90</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Itapetinga
		RADIO JORNAL DE ITAPETINGA LTDA	<a href="#">14.464.705/0001-74</a>	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Regional	BA	Itapetinga

Usuário: **69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data: **05/12/2023**

Hora: **19:05:21**

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 069.145.697-62

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES	069.145.697-62	RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Mateus
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	ES	São Gabriel da Palha
		RADIO GAETA LTDA	<a href="#">27.317.809/0001-06</a>	Sócio	4331	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Guarapari
		RADIO MUSICAL FM LTDA	<a href="#">27.099.936/0001-78</a>	Sócio	6000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Mateus
		COMUNICACOES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA	<a href="#">01.908.429/0001-44</a>	Sócio	127500	0,00%	0,00%	FM	--	ES	São Gabriel da Palha

Usuário: **69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data: **05/12/2023**

Hora: **19:05:51**



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 27.317.809/0001-06

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA**

Data: **05/12/2023**

Hora: **19:06:27**

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ:**           **27.317.809/0001-06**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:07:25 do dia 05/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO GAETA LTDA

Nº FISTEL: 50415786800

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 27317809000106

Situação: Não licenciada

Data Validade: 08/11/2007

+

 CADIN: Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: 

+

 UF: ES

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower s/nº - - Salas 19, 20 e 21

Bairro: Praia do Morro

Município: Guarapari

CEP: 29220-060

UF: ES

End. Corresp.: Avenida Vitória 3144

Bairro: Bento Ferreira


Município: Vitória

CEP: 29050-800

UF: ES

Créditos Inscritos no CADIN										
Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel										
Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	20/03/2018	R\$ 200,00	09/02/2018	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	03/03/2019	R\$ 1.000,00	20/02/2019	1.000,00	1.000,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	27/08/2020	330,00	330,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	27/08/2020	50,00	50,00	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	30/03/2021	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	29/03/2022	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	29/03/2022	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
6530	0	2022	26/08/2022	R\$ 184.490,75		0,00	0,00	0011	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	23/03/2023	330,00	330,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	23/03/2023	50,00	50,00	0013	Quitado	0,00
6530	0	2022	25/10/2023	R\$ 184.490,75	24/10/2023	184.490,75	184.490,75	0014	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	27/12/2023	R\$ 112,28	29/11/2023	112,28	112,28	0015	Quitado	0,00
Total devido em 05/12/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 05/12/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)										
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)										
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança										
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado										
RJ - Lançamento com Recurso Judicial										
RN - Lançamento com Recurso Denegado										
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União										
CD - Lançamento Inscrito no CADIN										
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa										
E - Lançamento em Execução Judicial										
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006										
MO - Multa de Ofício										
LO - Lançamento de Ofício										
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado										
PA - Parcelamento: Parcela										
BF - Benefício Fiscal										



Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita**> | internet | teia | menu | ajuda


Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea



5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Estações ▼ ✔ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 |  Atualizar |  Filtrar

Ações	Status <span>↕</span>	CNPJ <span>↕</span>	Entidade <span>↕</span>	NumFistel <span>↕</span>	Carater <span>↕</span>	Finalidade <span>↕</span>	Serviço <span>↕</span>	Num Serviço <span>↕</span>	UF <span>↕</span>	Município <span>↕</span>	Local Especifico <span>↕</span>	Canal <span>↕</span>	Dec <span>↕</span>	Frequência <span>↕</span>	Classe <span>↕</span>	Categoria da Estação <span>↕</span>	Latitude <span>↕</span>	Longitude <span>↕</span>	ERP <span>↕</span>	HCI <span>↕</span>	Fistel Geradora <span>↕</span>	Fase <span>↕</span>	Data <span>↕</span>	ID Estação Principal <span>↕</span>	ID do Canal <span>↕</span>	Observações <span>↕</span>
<div>Visualizar em PDF <span>▼</span> <span>▶</span></div>	FM-C4 (Canal Licenciado)	27317809000106	RADIO GAETA LTDA	50415786800	P	Comercial	FM	230	ES	Guarapari		226		93.1	C		20° 37' 7.00" S	40° 30' 29.99" W	0.3	33.4		2	2023-11-27 14:43:42		57dbac5542afd	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.



Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 1006036455	<b>Número Indicativo:</b> ZYS956
<b>Data Último Licenciamento:</b> 22/02/2019	<b>Número da Licença:</b> 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 20° 37' 7.00" S	<b>Longitude:</b> 40° 30' 33.98" W	<b>Cota da base:</b> 120.8 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG300i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF158-50JA-A0	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> 40 m	<b>Atenuação:</b> 0.62 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.9 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> GPVFM2	<b>Fabricante:</b> GOBER ELETRONICA LTDA				
<b>Ganho:</b> 3 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 135 °	<b>Polarização:</b> Vertical	<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>ERP Máxima:</b> 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG1000i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.07 kW

RDS	
<b>Código PI:</b>	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500015612016 12	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/201 8-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	

NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO GAETA LTDA</b>				CNPJ <b>27317809000106</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1006036455</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>20° 37' 7.00" S</b>	LONGITUDE <b>40° 30' 33.98" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rodovia do Sol - 4,9 km, nº .</b>	DISTRITO		
BAIRRO <b>Morro do Céu</b>	MUNICÍPIO <b>Guarapari</b>	UF <b>ES</b>	


VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	08/11/2027		
LOCALIDADE PLANO BÁSICO:			
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
LOCALIDADE:			
FREQUÊNCIA:	93.1 MHz	CANAL:	226
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	120.8
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYS956		
NOME FANTASIA:	RADIO GAETA DE GUARAPARI	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Guarapari		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Av. Beira Mar	BAIRRO:	Praia do Morro
MUNICÍPIO:	Guarapari	UF:	ES
NUMERO:	s/n	COMPLEMENTO:	Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG300i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	0.044 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	GOBER ELETRONICA LTDA	MODELO:	GPVFM2
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3 dBd
DESCRIÇÃO:	2 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	135 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	33.4 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:		MODELO:	LCF158-50JA-A0
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			



VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 05/12/2023 20:10:17

APLICAÇÃO	Emitido Em 22/02/2019	Esta licença pode ser validada em <a href="https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhmMQ==">https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjRiOTFhMzg0MzhmMQ==</a>	
-----------	--------------------------	--	---



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.317.809/0001-06 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/07/1976	
NOME EMPRESARIAL RADIO GAETA LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAETA DE GUARAPARI				PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO AV BEIRA MAR - GALERIA ED.FRAM TOWER		NÚMERO SN	COMPLEMENTO SALAS 19, 20 E 21		
CEP 29.220-060	BAIRRO/DISTRITO PRAIA DO MORRO	MUNICÍPIO GUARAPARI		UF ES	
ENDEREÇO ELETRÔNICO NESTOR.FERNANDES@REDESIM.COM		TELEFONE (27) 3434-5700			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/12/2023 às 16:34:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.317.809/0001-06  
**Razão Social:** RADIO GAETA LTDA  
**Endereço:** RUA DA MATRIZ 85 / CENTRO / GUARAPARI / ES / 29200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/11/2023 a 19/12/2023

**Certificação Número:** 2023112001533545639460

Informação obtida em 06/12/2023 16:36:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.317.809/0001-06

Certidão nº: 69747305/2023

Expedição: 06/12/2023, às 16:36:54

Validade: 03/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GAETA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.317.809/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GAETA LTDA**  
**CNPJ: 27.317.809/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:37:22 do dia 06/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/06/2024.

Código de controle da certidão: **F01C.E72F.6FD4.88A3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO GAETA LTDA**

CPF/CNPJ: **27.317.809/0001-06**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 16:38:02 do dia 06/12/2023 , com validade até o dia 05/01/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 1BAFH6MzWwsPmLWcfPIE

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.028421/2020-26**Entidade:** RÁDIO GAETA LTDA**CNPJ nº:** 27.317.809/0001-06**FISTEL nº:** 50415786800**Localidade:** Guarapari/ES**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 30/12/2020**Período:** 8/11/2017 a 8/11/2027**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	6293602 Págs.1-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3</p> <p>11257579</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Págs. 2-3  11257579</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11257540 Págs.1-4</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Pág. 18</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>11194192 Pág. 6</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	

5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11259771 Pág.1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 11259771 Pág.4 E 11204668 M 11194192 Pág. 8	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11257540 Pág.5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 11259771 Pág.4 FGTS 11259771 Pág.2	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11259771 Pág.3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	<p>10084061 Pág.5 <b>SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES</b></p> <p>10084061 Pág.6 <b>RUI CARLOS BAROMEU LOPES</b></p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim ( ) Não</p>	<p>11257540 Pág.13</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>( ) Sim (X) Não</p>	<p>11257540 Págs.6-8</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	

13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim ( ) Não	11030779	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	( ) Sim (X) Não	11259771 Pág.5	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

<b>Documentos</b>	<b>Conformidade</b>	<b>SUPER nº</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Observações</b>
-------------------	---------------------	-----------------	-------------------	--------------------

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <p>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <b><u>está em conformidade</u></b> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11200442** e o código CRC **38D0B6A8**.

Referência: Processo nº 53115.028421/2020-26

SEI nº 11200442





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 21839/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Gaeta Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 27.317.809/0001-26**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari/ES, vinculado ao **FISTEL nº 50415786800**, referente ao período de 8 de novembro de 2017 a 8 de novembro de 2027.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Guaracube Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 1977 (SUPER 11260012 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de novembro de 1977 (SUPER 11260012 - Págs. 7-10). Ulteriormente, por intermédio da Portaria nº 421, de 20 de dezembro de 1979, publicada em 15 de janeiro de 1980, a pessoa jurídica foi autorizada a alterar sua razão social para Rádio Carioca de Guarapari Ltda (SUPER 11260012 - Págs. 2-3). Por fim, a concessionária foi autorizada a alterar a sua razão social para **Rádio Gaeta Ltda**, nos termos da Exposição de Motivos nº 37/89-GM, publicada no dia 16 de maio de 1989, (SUPER 11260012 - Págs. 4-5).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SUPER 11260012 - Págs. 11-13).

8. Concernente ao período de **1987-1997**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 13 de setembro de 1988, gerando o protocolo nº 29117.000082/1988-45, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de maio de 1987 e 8 de agosto de 1987.

9. Naqueles autos, a então Delegacia no Estado do Espírito Santo e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga. Por meio Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de outubro de 1997, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 8 de novembro de 1987. Na sequência, os autos foram remetidos à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, por meio da Exposição de Motivos nº 249/MC, de 26 de setembro de 1997. No entanto, o decênio (1987-1997) venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.

10. No tocante ao período de **1997-2007**, a interessada protocolizou o requerimento de renovação no dia 17 de julho de 1999, conforme consta no Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER, gerando o protocolo nº 53660.000256/1999-03. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o prazo legal, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, ou seja, entre 8 de maio de 1997 e 8 de agosto de 1997. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

11. Inerente ao período de **2007-2017**, a concessionária apresentou o pedido de renovação no dia 27 de novembro de 2007, gerando o protocolo nº 53000.065682/2007-47, juntamente com parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado posteriormente ao encerramento do prazo legal vigente à época, qual seja, de 8 de maio de 2007 a 8 de agosto de 2007. De igual modo, o processo passou por várias análises, no entanto, o referido decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período*

*subsequente"* (SUPER 11260075).

16. Pela análise dos autos, observa-se que, em **30 de dezembro de 2020**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 6293602 - Págs.1-2). Vê-se, portanto, o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de novembro de 2016 a 8 de novembro de 2017.

17. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, alusivos as decênios de **1987-1997, 1997-2007, 2007-2017 e 2017-2027**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

18. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

19. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11200442). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

**Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:**

**(...)**

**§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.**

**§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.**

**§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:**

**I - certidão de antecedentes criminais;**

**II - informações sobre pessoa jurídica;**

**III - outras expressamente previstas em lei.**

20. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
21. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11194192 - Pág. 18).
22. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 5 de dezembro de 2023 (SUPER 11257540 - Págs. 1-4).
23. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Sandra Miranda Resegue Lopes compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de São Mateus/ES e São Gabriel da Palha/ES. Já o sócio Rui Carlos Baromeu Lopes participa do quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de São Mateus/ES e Itapetinga/BA, bem como o serviço de radiodifusão em onda média regional, na localidade de Itapetinga/BA.
24. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11257540 - Págs. 10-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão pela detentora da outorga (SUPER 11030779).
25. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11200442).
26. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11259771 - Pág. 1).
27. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a

*peessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.*

28. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)



§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

29. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

30. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

31. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 22 de fevereiro de 2019, com validade até 8 de novembro de 2027 (SUPER 11257540 - Págs. 9 e 13).

32. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de dezembro de 2023 (SUPER 11257540 - Pág.5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11257540 - Págs.6-8). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

33. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11260075).

34. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

35. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

36. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

37. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 12/12/2023, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259943** e o código CRC **3BDF83BB**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11259945)
- Minuta de Exposição de Motivos (11259946)



# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO GAETA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 12/12/2023, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/12/2023, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259945** e o código CRC **722A67D6**.

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21.839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_, de \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259946** e o código CRC **ADC4B432**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à RÁDIO GAETA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/12/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11271652** e o código CRC **1AC63EF3**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 13 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA. (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/12/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11271658** e o código CRC **892DDA4D**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45151/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 11573/2023(11271658) e a Exposição de Motivos nº 550/2023 (11271658)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 21839/2023/MCOM (11259943), encaminho a Portaria nº 11573/2023(11271652) e a Exposição de Motivos nº 550/2023 (11271658), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 22/12/2023, às 19:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11271663** e o código CRC **43409ABB**.

Referência: Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11271663

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 26/12/2023 16:08:39  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10078136  
**Data prevista de publicação:** 27/12/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21271325	PORTARIA MCOM NA 11573 - J.rtf	f47dcf0d3706ed66 e458a91ac0d991af	8,00	R\$ 311,36
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>8,00</b>	<b>R\$ 311,36</b>

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/12/2023 | Edição: 245 | Seção: 1 | Página: 44

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 11.573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à RÁDIO GAETA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





Id solicitação: 57dbac5542afd

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO GAETA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO GAETA DE GUARAPARI	
<b>Telefone:</b> (27) 3272-1212	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 27.317.809/0001-06	<b>Número do Fistel:</b> 50415786800
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 08/11/1997	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/11/2027	
<b>Observações:</b> Ato nº 3953, de 18/06/2015, publicado no DOU. de 22/06/2015.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Beira Mar - Galeria Edifício Fran Tower	<b>Complemento:</b> - Salas 19, 20 e 21	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Avenida Vitória	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Bento Ferreira	<b>Numero:</b> 3144	
<b>Município:</b> Vitória	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29050800

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia do Sol - 4,9 km	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Morro do Céu	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29220000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Av. Beira Mar	<b>Complemento:</b> Gal. Ed. Fram - Sl 19, 20 e 22	
<b>Bairro:</b> Praia do Morro	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES	<b>CEP:</b> 29216010

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Guarapari	<b>UF:</b> ES

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 226	<b>Frequência:</b> 93.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.0674kW
<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 1006036455	<b>Número Indicativo:</b> ZYS956
<b>Data Último Licenciamento:</b> 22/02/2019	<b>Número da Licença:</b> 53500.002638/2019-29

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 20° 37' 7.00" S	<b>Longitude:</b> 40° 30' 33.98" W	<b>Cota da base:</b> 120.8 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG300i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.044 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF158-50JA-A0	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> 40 m	<b>Atenuação:</b> 0.62 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.9 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> GPVFM2	<b>Fabricante:</b> GOBER ELETRONICA LTDA				
<b>Ganho:</b> 3 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 135 °	<b>Polarização:</b> Vertical	<b>HCI:</b> 33.4 m	<b>ERP Máxima:</b> 0.07 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.44	10°: 0.45	15°: 0.45	20°: 0.45	25°: 0.46	30°: 0.45	35°: 0.36	40°: 0.26	45°: 0.25	50°: 0.26	55°: 0.22
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.18	85°: 0.18	90°: 0.18	95°: 0.19	100°: 0.18	105°: 0.14	110°: 0.09	115°: 0.04
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0.04	160°: 0.09	165°: 0.14	170°: 0.18	175°: 0.19
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.18	195°: 0.18	200°: 0.18	205°: 0.18	210°: 0.18	215°: 0.22	220°: 0.26	225°: 0.2	230°: 0.26	235°: 0.84
240°: 1.31	245°: 0.95	250°: 0.45	255°: 0.39	260°: 0.45	265°: 0.49	270°: 0.54	275°: 0.6	280°: 0.63	285°: 0.56	290°: 0.55	295°: 0.81
300°: 1.11	305°: 1.25	310°: 1.31	315°: 1.34	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.02	340°: 0.92	345°: 0.77	350°: 0.63	355°: 0.52

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b> 027381200422	<b>Modelo:</b> ETG1000i
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2							
<b>Código Equipamento:</b>				<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado			
<b>Fabricante:</b>				<b>Potência de Operação:</b> kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m			<b>Perdas Acessórias:</b> dB		<b>Impedância:</b> ohms	
Antena Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.07 kW		
RDS							
<b>Código PI:</b>							
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
93731976	80269	Decreto	PR	31/08/1977	01/09/1977	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250001561201612	146	Despacho	MCTIC	06/03/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291010006521984	1837	Portaria	MC	16/10/1984	01/11/1984	Multa	Jurídico
291170000821988	11	Decreto	PR	14/10/1997	15/10/1997	Renovação	Jurídico
536600004931997	403	Portaria	MC	25/08/1999	31/08/1999	Multa	Jurídico
53500.000286/2018-96	62	Ato	ORLE	04/01/2018	07/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.106137/2023-05	11207027	Ato	ORLE	30/11/2023	11/12/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115.028421/2020-26	11573	Portaria	MC	13/12/2023	27/12/2023	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45712/2023/MCOM

Brasília, 27 de dezembro de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 550 (11271658)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 11573/2023 (11291459), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 550 (11271658), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 28/12/2023, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11293598** e o código CRC **64C64EB9**.

Referência: Processo nº 53115.028421/2020-26

Documento nº 11293598

Brasília, 3 de janeiro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada em 27 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA. (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 122/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.028421/2020-26.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/01/2024, às 19:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11299386** e o código CRC **018C14BD**.



Brasília, 3 de Janeiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 21839/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023, publicada em 27 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA. (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/12/2023 | Edição: 245 | Seção: 1 | Página: 44

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 11.573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.028421/2020-26, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à RÁDIO GAETA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, número de inscrição no FISTEL nº 50415786800, a partir de 8 de novembro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





1

**ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915**

---

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)**

**ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)**

**Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.**

**I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;**

**II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);**

**III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;**

**IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;**

**V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.**

## **I – RELATÓRIO**

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de	

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[11](#)</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –	Art. 113, inciso VIII, do RSR.



FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REFERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO

## Notas

1. <sup>^</sup> [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE - GAB**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915**

---

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

- 1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**
- 2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.**
- 3. Encaminhem conforme proposto.**

**Brasília, 19 de outubro de 2023.**

Assinado eletronicamente  
**FELIPE NOGUEIRA FERNANDES**  
**ADVOGADO DA UNIÃO**  
Consultor Jurídico

---

**Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc**

---



**Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.**

---



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 21839/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.028421/2020-26**

**INTERESSADA: RÁDIO GAETA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Gaeta Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 27.317.809/0001-26**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari/ES, vinculado ao **FISTEL nº 50415786800**, referente ao período de 8 de novembro de 2017 a 8 de novembro de 2027.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Guaraclube Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 1977 (SUPER 11260012 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de novembro de 1977 (SUPER 11260012 - Págs. 7-10). Ulteriormente, por intermédio da Portaria nº 421, de 20 de dezembro de 1979, publicada em 15 de janeiro de 1980, a pessoa jurídica foi autorizada a alterar sua razão social para Rádio Carioca de Guarapari Ltda (SUPER 11260012 - Págs. 2-3). Por fim, a concessionária foi autorizada a alterar a sua razão social para **Rádio Gaeta Ltda**, nos termos da Exposição de Motivos nº 37/89-GM, publicada no dia 16 de maio de 1989, (SUPER 11260012 - Págs. 4-5).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 11260012 - Págs. 11-13).



8. Concernente ao período de **1987-1997**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 13 de setembro de 1988, gerando o protocolo nº 29117.000082/1988-45, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 8 de maio de 1987 e 8 de agosto de 1987.

9. Naqueles autos, a então Delegacia no Estado do Espírito Santo e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga. Por meio Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de outubro de 1997, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 8 de novembro de 1987. Na sequência, os autos foram remetidos à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, por meio da Exposição de Motivos nº 249/MC, de 26 de setembro de 1997. No entanto, o decênio (1987-1997) venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.

10. No tocante ao período de **1997-2007**, a interessada protocolizou o requerimento de renovação no dia 17 de julho de 1999, conforme consta no Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER, gerando o protocolo nº 53660.000256/1999-03. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o prazo legal, previsto na redação original do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, ou seja, entre 8 de maio de 1997 e 8 de agosto de 1997. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

11. Inerente ao período de **2007-2017**, a concessionária apresentou o pedido de renovação no dia 27 de novembro de 2007, gerando o protocolo nº 53000.065682/2007-47, juntamente com parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado posteriormente ao encerramento do prazo legal vigente à época, qual seja, de 8 de maio de 2007 a 8 de agosto de 2007. De igual modo, o processo passou por várias análises, no entanto, o referido decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período*

*subsequente"* (SUPER 11260075).

16. Pela análise dos autos, observa-se que, em **30 de dezembro de 2020**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 6293602 - Págs.1-2). Vê-se, portanto, o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 8 de novembro de 2016 a 8 de novembro de 2017.

17. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, alusivos as decênios de **1987-1997, 1997-2007, 2007-2017 e 2017-2027**, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

18. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

19. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11200442). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

**Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:**

**(...)**

**§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.**

**§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.**

**§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:**

**I - certidão de antecedentes criminais;**

**II - informações sobre pessoa jurídica;**

**III - outras expressamente previstas em lei.**

20. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
21. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11194192 - Pág. 18).
22. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 5 de dezembro de 2023 (SUPER 11257540 - Págs. 1-4).
23. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Sandra Miranda Resegue Lopes compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de São Mateus/ES e São Gabriel da Palha/ES. Já o sócio Rui Carlos Baromeu Lopes participa do quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de São Mateus/ES e Itapetinga/BA, bem como o serviço de radiodifusão em onda média regional, na localidade de Itapetinga/BA.
24. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11257540 - Págs. 10-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão pela detentora da outorga (SUPER 11030779).
25. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11200442).
26. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11259771 - Pág. 1).
27. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a

*pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.*

28. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

29. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

30. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

31. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 22 de fevereiro de 2019, com validade até 8 de novembro de 2027 (SUPER 11257540 - Págs. 9 e 13).

32. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de dezembro de 2023 (SUPER 11257540 - Pág.5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11257540 - Págs.6-8). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

33. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarapari/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11260075).

34. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

35. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

36. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

37. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 12/12/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 12/12/2023, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/12/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11259943** e o código CRC **3BDF83BB**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11259945)
- Minuta de Exposição de Motivos (11259946)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 16 de janeiro de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, a concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA. (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 26 2024 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 16/01/2024, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4904234** e o código CRC **4290F467** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 177/2024/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 26/2023.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 26/2023 (4904228), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, da concessão outorgada à RÁDIO GAETA LTDA. (CNPJ nº 27.317.809/0001-06), nos termos do Decreto nº 80.269, de 31 de agosto de 1977, publicado em 1º de setembro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 16/01/2024, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4904281** e o código CRC **1B9E8DCF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 26/2023 (4904228), do Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Encaminhamento de Exposição de Motivos.

**Trâmites do Processo:**

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PF – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 18/01/2024, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4905344** e o código CRC **6CE97E4E** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.028421/2020-26

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 629 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	RÁDIO GAETA LTDA
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	53115.028421/2020-26

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.028421/2020-26, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)**<sup>[1]</sup>, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO GAETA LTDA** CNPJ nº 27.317.809/0001-06, na localidade de **Guarapari/ES**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, consoante a **NOTA TÉCNICA** Nº 21839/2023/SEI-MCOM (4904233) e ao Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU4904232). Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas

análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica<sup>[2]</sup> a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*"<sup>[3]</sup>. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM <sup>[4]</sup>.

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.028421/2020-26, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**LUDMYLA RODRIGUES GOMES**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

---

<sup>[1]</sup> A "**Frequência Modulada (FM)**" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

<sup>[2]</sup> Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

<sup>[3]</sup> RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

<sup>[4]</sup> Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Ludmyla Rodrigues Gomes, Assessor(a)**, em 23/07/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5820221** e o código CRC **1EBC1309** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 665/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.028421/2020-26.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00026/2024 MCOM, de 3 de janeiro de 2024, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) no município de Guarapari (ES).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00026/2024 MCOM (4891085), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.028421/2020-26, acompanhado da [Portaria MCOM nº 11.573, de 13 de dezembro de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2017, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO GAETA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 27.317.809/0001-06, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU<sup>[3]</sup>, de 05/10/2023 (4891069), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
  - Nota Técnica nº 21839/2023/SEI-MCOM, de 12/12/2023 (4904233), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 33, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 12/12/2023 (4891074), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[3]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[4]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#). Cumpre registrar que a consulta revela que está em tramitação processo de transferência de titularidade da outorga do canal registrado sob o Fistel nº 50415786800, em favor da empresa Cidade Cultural Ltda (CNPJ nº 22.007.703/0001-84), conforme [Portaria MCOM nº 11.930, de 11 de janeiro de 2024](#), no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.019084/2023-29.
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	27.317.809/0001-06
NOME EMPRESARIAL:	RADIO GAETA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$114.526,00 (Cento e quatorze mil e quinhentos e vinte e seis reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RUI CARLOS BAROMEU LOPES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	SANDRA MIRANDA RESEGUE LOPES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RADIO GAETA LTDA
Qualificação:	63-Cotas em Tesouraria

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.  
Emitido no dia 18/07/2024 às 13:20 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE  
Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 16/08/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landerdahl de Albuquerque, Secretário(a) Adjunto(a) substituto(a)**, em 16/08/2024, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 16/08/2024, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5911398** e o código CRC **559ACBD8** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)